



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2023

Santa Maria / RS, abril de 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2023

Relatório de Gestão do Exercício 2023, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas e orientações do Tribunal de Contas da União.

Santa Maria / RS, abril de 2024

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS AO IFFAR - EXERCÍCIO 2023	32
QUADRO 2 – IGG 2021 – RESULTADOS IFFAR	42
QUADRO 3 – FORÇAS E FRAQUEZAS IGG 2021	43
QUADRO 4 – MÉTRICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO	47
QUADRO 5 – MÉTRICAS DE EXTENSÃO - APURADO EM JAN/24.....	50
QUADRO 6 – MÉTRICAS DE EXTENSÃO - APURADO EM MARÇO/21.....	51
QUADRO 7 – MÉTRICAS DE EXTENSÃO - APURADO PROEX MARÇO/24	55
QUADRO 8 – INDICADORES DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA DO IFFAR, INCLUINDO O EXERCÍCIO DE 2023	57
QUADRO 9 – LEI ORÇAMENTÁRIA 2023.....	63
QUADRO 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA 5012	65
QUADRO 11 – QUADRO DE SERVIDORES DO IFFAR.....	69
QUADRO 12 – QUADRO DE SERVIDORES E RESPECTIVA JORNADA DE TRABALHO.....	70
QUADRO 13 – QUADRO DE SERVIDORES POR GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.....	70
QUADRO 14 – NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	71
QUADRO 15 – QUANTITATIVO DE CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS NO IFFAR	71
QUADRO 16 – PROGRAMA DE PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – PIIQP - 2023	76
QUADRO 17 – ATESTADOS REGISTRADOS.....	81
QUADRO 18 – PERÍCIAS.....	81
QUADRO 19 – PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES EM 2023 POR MODALIDADE.....	87
QUADRO 20 – PROCESSOS HOMOLOGADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2023	88
QUADRO 21 – CAPACITAÇÕES REALIZADAS EM 2023 (CONTRATAÇÃO IN COMPANY)	88
QUADRO 22 – CONTRATOS EXECUTADOS E ACOMPANHADOS.....	90
QUADRO 23 – PROJETOS PARA CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA	94
QUADRO 24 – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL	95
QUADRO 25 – TOTAL DE DESFAZIMENTOS POR CONTA CONTÁBIL 2023	95
QUADRO 26 – LOCAÇÃO E BENS MÓVEIS, IMÓVEIS.....	96
QUADRO 27 – VEÍCULOS QUE INTEGRAM A FROTA DO IFFAR	97
QUADRO 28 – CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA PAGADORA IFFAR.....	104
QUADRO 29 – RESTOS A PAGAR POR CATEGORIA ECONÔMICA	108
QUADRO 30 – RESTOS A PAGAR MDE IDUSO 8 – AÇÕES DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....	109
QUADRO 31 – COMPOSIÇÃO DOS BENS MÓVEIS	119
QUADRO 32 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – POR FORNECEDOR	134

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – UNIDADES DE ENSINO DO IFFAR.....	18
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DA REITORIA.....	21
FIGURA 3 – ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DOS CAMPI DO IFFAR.....	22
FIGURA 4 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO IFFAR	23
FIGURA 5 – CADEIA DE VALOR	30
FIGURA 6 – CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO 2023 E NOS DOIS ANOS ANTERIORES NO IFFAR	74
FIGURA 7 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – TODOS OS ORÇAMENTOS	110
FIGURA 8 – BENS COMPOSIÇÃO AGRUPADA	114
FIGURA 9 – BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO	115
FIGURA 10 – BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	115
FIGURA 11 – BENS MÓVEIS – COMPOSIÇÃO.....	116
FIGURA 12 – BP – LIMITE DE SAQUE POR FONTE DE RECURSOS	117
FIGURA 13 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – COMPOSIÇÃO	124
FIGURA 14 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – POR ÓRGÃO (UNIDADE GESTORA) CONTRATANTE	125
FIGURA 15 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 1).....	126
FIGURA 16 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 2).....	127
FIGURA 17 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 3).....	128
FIGURA 18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 4).....	129
FIGURA 19 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 5).....	130
FIGURA 20 – FIGURA 18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 6)	131
FIGURA 21 – FIGURA 18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 7)	132
FIGURA 22 – FIGURA 18 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS POR CONTRATADO – ÓRGÃO (PARTE 8)	133
FIGURA 23 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – COMPOSIÇÃO.....	133
FIGURA 24 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – UNIDADE GESTORA CONTRATANTE	134
FIGURA 25 – BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO E PASSIVO.....	136
FIGURA 26 – BALANÇO PATRIMONIAL - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS.....	140
FIGURA 27 – DÍVIDA PÚBLICA POR AÇÃO DE GOVERNO – ÓRGÃO	145
FIGURA 28 – DÍVIDA PÚBLICA POR PROGRAMA DE GOVERNO – ÓRGÃO	145
FIGURA 29 – BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS E DISPÊNDIOS.....	146
FIGURA 30 – DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	148
FIGURA 31 – INGRESSOS DE RECEITAS E SERVIÇOS	149
FIGURA 32 – DFC POR FUNÇÃO + GRUPO DE DESPESA + ANOS	149
FIGURA 33 – DFC POR FUNÇÃO + GRUPO DE DESPESA + ANOS	150
FIGURA 34 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	151
FIGURA 35 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO	118
TABELA 2 – BENS MÓVEIS – COMPOSIÇÃO	119
TABELA 3 – BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO	121
TABELA 4 – BENS DE USO ESPECIAL - COMPOSIÇÃO	121
TABELA 5 – INTANGÍVEL – COMPOSIÇÃO	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	Advocacia-Geral da União
APLs	Arranjos produtivos locais
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
Audin	Auditoria Interna
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAGEPE	Comitê Assessor de Gestão de Pessoas
Cain	Coordenação de Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Comissão de Ética
CEA	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
CGEA	Comissão Provisória de Gestão e Educação Ambiental
CGGP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CISSP	Comissões Internas de Saúde do Servidor Público
Codir	Colégio de Dirigentes
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Consup	Conselho Superior
Copsia	Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos
CPA	Comissão própria de avaliação
CPPCI	Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios
DCLC	Direção de Compras, Licitações e Contratos
Dead	Diretoria de Educação a distância
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFD	Documento de Formalização de Demandas
DGRC	Diretoria de Governança, Riscos e Controle
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas

Dinter	Doutorado Interinstitucional
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DPDI	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD	Educação a distância
e-JIF	Jogos Eletrônicos dos Institutos Federais
EJA-EPT	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
EXPOEDUCAR	Feira que reúne instituições de ensino básico ao ensino superior e tem como objetivo oferecer um espaço informativo à comunidade e auxiliar nas tomadas de decisão sobre escolhas educacionais
EXPOINTER	Feira agropecuária de destaque nacional e internacional, realizada no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul.
FADERGS	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
Feicoop	Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária
FIC	Formação inicial e continuada
FORCULT	Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras
GRE	Gabinete Reitoria
HGT	Hemoglicoteste
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICT	Instituições de Ciência e Tecnologia
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações

iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentárias
iGovPub	Índice de governança pública
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
JIF	Jogos das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica
LAI	Lei de acesso à informação
LGDP	Lei Geral de proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei orçamentária anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
MEIs	Empreendedores Individuais
MEPT	Mostra da Educação Profissional e Tecnológica
Minter	Mestrado Interinstitucional
MOOC	<i>Massive Open Online Courses</i>
MPEs	Micro e Pequenos Empreendedores
NAC	Núcleo de Arte e Cultura
NAI	Núcleos de Ações Internacionais
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
ND	Natureza de demanda
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NSST	Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho
NUGEA	Núcleos de Educação e Gestão Ambiental
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAB	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano Anual de Contratações
PCA	Plano de Contratações Anual
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PET	Programa de Educação Tutorial
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIDes	Programa Institucional de Desenvolvimento
PGC	Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PGD	Programa de Gestão e Desempenho
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIIQP	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional
PIIQP-AD	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Auxílio Deslocamento
PIIQP-AM	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Auxílio Mensalidade
PIIQP-BE	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Bolsa de Estudo
PIIQPE	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais
PIN	Pesquisa Institucional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPCI	Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PPSI	Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PRDI	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proad	Pró-Reitoria de Administração
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Proen	Pró-Reitoria de Ensino
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Projur	Procuradoria Jurídica

PRPPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PSI	Política de Segurança da Informação
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RNP	Registro Nacional Profissional
REGIES	Rede Gaúcha das Instituições para a Educação Sustentável
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Educação
SEGES	Secretaria de Gestão e Inovação
Segov	Secretaria de Governança
SESCOOP RS	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SGD	Secretaria de Gestão e Desempenho
SGDP	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
SGP	Sistema de Gestão Pedagógica
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sicaf	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIEPES	Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação para a Sustentabilidade
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGGP	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo

	Federal
SIPAC	Sistema de Controle Patrimonial
SIPEC	Sistema Orgânico e Estruturador de Gestão de Pessoas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SIS	Sistema Integrado de Seleção
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAE	Técnico-administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TEDs	Termos de Execução Descentralizadas
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UASG	Número composto de 6 dígitos que identifica a Unidade Administrativa de Serviços Gerais.
UFN	Universidade Franciscana
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICRED	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
1. MENSAGEM DA REITORA	15
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	18
2.1. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.....	18
2.1.1. Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:	19
2.1.2. Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:	19
2.1.3. Missão.....	20
2.1.4. Visão	20
2.1.5. Valores.....	20
2.2. A estrutura organizacional.....	21
2.3. Estrutura de governança	23
2.3.1. Instâncias internas de governança	24
2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança.....	24
2.3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna – Audin	28
2.4. Cadeira de valor e modelo de negócio	30
2.5. Políticas e programas de governo	31
2.6. Relação com o ambiente externo	32
2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos	40
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	40
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	41
4.1. Governança.....	41
4.2. Relacionamento com partes interessadas e controle social	44
4.2.1. Ouvidoria.....	44
4.2.2. Serviço de Informação ao Cidadão	45
4.3. Resultados de desempenho	47
4.3.1. Métricas de Pesquisa e Inovação	47
4.3.2. Métricas de Extensão	50

4.3.3. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha	57
4.4. Correição	59
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	63
5.1. Gestão orçamentária, financeira e de custos	63
6. GESTÃO DE PESSOAS (DGP)	68
6.1. Conformidade legal	68
6.1.1. Órgãos de Controle	68
6.2. Avaliação da força de trabalho	69
6.2.1. Quantidade de cargos gerenciais ocupados	71
6.2.2. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	71
6.3. Detalhamento da despesa de pessoal	73
6.4. Estratégias de gestão de pessoas	74
6.4.1. Estrutura das Carreiras, Avaliação de desempenho e remuneração	74
6.4.2. Capacitação: estratégia e números	75
6.4.3. Levantamento de necessidades de desenvolvimento	77
6.4.4. Programa de Gestão - consolidação e ampliação	78
6.4.5. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar	78
6.4.6. Segurança no Trabalho	84
6.4.7. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE)	85
6.5. Desafios e perspectivas	86
7. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	86
7.1. Conformidade legal	86
7.2. Principais tipos de serviço ou bens	87
7.2.1. Processos	87
7.2.2. Pregões eletrônicos com base na Lei nº 8.666, de 1993.	88
7.2.3. Pregões eletrônicos com base na Lei nº 14.133, de 2021	88
7.2.4. Capacitações contratadas na modalidade <i>in company</i> em 2023	88
7.2.5. Contratos	90
7.3. Contratações diretas	91
7.3.1. Justificativas para realização	91
7.4. Desafios e perspectivas	91
8. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	93
8.1. Base legal	93
8.2. Fontes de investimento de capital	93

8.2.1. Novas Intervenções	94
8.3. Desfazimento de ativos	95
8.4. Locações de imóveis e equipamentos.....	96
8.5. Mudanças e desmobilização relevantes	96
8.6. Principais desafios e ações futuras	96
8.7. Gestão de Frota no IFFar	97
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	98
9.1. Conformidade legal	98
9.2. Modelo de governança de TI	98
9.3. Montante de recursos aplicados em TI.....	99
9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI	100
9.5. Principais iniciativas e resultados na área de TI.....	100
9.6. Segurança da informação.....	101
9.7. Principais desafios e ações futuras	101
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	101
10.1. Política Ambiental do IFFar	102
11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	103
11.1. Estrutura Organizacional do Órgão	103
11.2. Estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha	104
11.3. Base de preparação das demonstrações contábeis.....	105
11.4. Resumo das práticas e critérios contábeis	105
11.4.1. Orçamento público	105
11.4.2. Ente público	105
11.4.3. Despesa pública	105
11.4.4. Recursos orçamentários e recursos financeiros	106
11.5. Balanço Orçamentário	106
11.5.1. Restos a pagar.....	107
11.3. Balanço Patrimonial.....	114
11.4. Balanço Financeiro.....	144
11.5. Demonstração do fluxo de caixa	148
11.6. Demonstração das variações patrimoniais	155
12. DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA	160

1. MENSAGEM DA REITORA

O Relatório de Gestão anual sistematiza e fornece as principais informações sobre recursos humanos e orçamentários, assim como sobre os processos e os resultados institucionais. Ele articula diretamente as finalidades e competências do IFFar enquanto autarquia, criada pela Lei Nº 11.892, de 2008, e está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2019-2026.

Reunindo uma amostra da complexidade de contextos pedagógicos – de processos de ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão e inovação – e administrativos, o Relatório de Gestão 2023 apresenta o trabalho de retomada integral da presencialidade pós-pandemia. Esse documento retrata um cenário de significativas alterações na pauta da Rede Federal de EPCT, no decorrer do período pós-eleições presidenciais 2022, e de reconfigurações da gestão do MEC. Em 2023, durante a transição da gestão, em âmbito federal, por meio da PEC da Transição, aprovada pelo congresso nacional, o IFFar sentiu a repercussão da ampliação dos valores de custeio (extra LOA). Isso permitiu o atendimento das atividades estudantis e administrativas de todas as unidades e o cumprimento do Plano Anual de Atividades.

Em maio 2023, foi pauta intensa a proposta de criação de novos *campi* de Institutos Federais no país. Após a aprovação, em agosto, a proposta foi incluída no Plano Plurianual e transformou-se em uma das ações do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC. Na Rede Federal, isso repercutiu em valores orçamentários definidos para execução de atividades de consolidação e de expansão da Rede Federal, com a criação de novos *campi* em todos os estados da federação. No IFFar, a etapa de consolidação alcançou os *campi* que não possuem ainda espaços definidos como prioritários – bibliotecas, refeitórios, quadras poliesportivas, sede da reitoria e auditórios. Assim, os *campi* que não tiveram projetos executados e foram criados na fase três da expansão – Santo Ângelo, Avançado Uruguaiana e Frederico Westphalen, além de Jaguari – devem ter completada a sua infraestrutura mínima, a partir de 2024.

Também foi pauta a análise de indicadores das unidades que integram a Rede Federal. Atendendo ao expresso na portaria MEC nº 713/2021 – que substituiu a Portaria

MEC nº 425/2016 – no IFFar, isso acarretará a mudança de tipologia do *Campus* Avançado para *Campus* Uruguaiana em 2024. No mesmo contexto, pautou-se o acompanhamento do desenvolvimento dos Centros de Referência existentes – que no IFFar são dois atualmente: CR São Gabriel (vinculado ao *Campus* São Vicente do Sul) e CR Santiago (vinculado ao *Campus* Jaguari).

Cumprе mencionar que 2023 foi ano de plantio, pois foram muitas as ações desenvolvidas. Como previsto no PDI 2019–2026, o ano 2023 registrou a abertura de novos cursos, com formalização de novas ofertas para 2025, de acordo com as resoluções do Consup que tratam dessa temática.

Quanto ao planejamento previsto no PAC para consolidação dos *campi*, destaca-se a definição de projetos prioritários de infraestrutura e de expansão, a participação em audiências públicas e propostas coordenadas pela Comissão de Educação da Câmara de deputados do RS (AL RS), em 14 municípios. Tais ações, enquanto planejamentos externos (MEC-Casa Civil), fortalecerão a educação pública no território educativo-geográfico alcançado pelo IFFar com a criação de novos *campi*. Nesse sentido, acredita-se que os resultados desse trabalho estarão no relatório de 2024.

Concernente à apresentação dos resultados, ressalta-se que os indicadores de ensino da Rede Federal de EPCT são demonstrados a partir da base de dados usada para os indicadores do TCU (ensino e pessoal), que é a Plataforma Nilo Peçanha – PNP. A partir da plataforma Sistec-PNP, foram coletados os dados na segunda quinzena de janeiro de 2023. No entanto, esses dados ainda não foram publicados. Logo, a publicação dos indicadores das atividades finalísticas pelo IFFar tem previsão para ocorrer a partir de maio.

Dado os fatos expostos e analisados, compreende-se que o ano de 2023 teve inúmeras atipicidades. Ele foi desafiador e apresentou complexidades de diferentes ordens: pedagógicas, administrativas, orçamentárias, de construção do novo Plano Nacional de Educação para uma nova década. Ainda foi um ano em que se percebeu a sociedade mais próxima, por meio dos executivos municipais em acirrados debates para criação de novos *campi*. Além disso, o IFFar comemora a manutenção do Índice Geral de Cursos – IGC, pois manteve, pelo 8º ano consecutivo, a nota 4, de uma escala de 1 a 5. Por fim, e tão importante quanto a comemoração mencionada, destaca-se o efetivo e irrestrito comprometimento da comunidade acadêmica e o trabalho qualificado das equipes

de gestão de todas as unidades. É esse conjunto – de pessoas, de saberes, de habilidades, de experiências – que atua e possibilita a concretização dos objetivos planejados, para ofertar a educação pública, qualificada e referenciada que o IFFar entrega para a sociedade brasileira.

Nídia Heringer
Reitora do IFFar

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — IFFar constitui-se como uma instituição pública e gratuita e vinculada ao Ministério da Educação. Foi criado por meio da Lei [nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008](#), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

O IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A instituição fica localizada no Estado do Rio Grande do Sul e constitui-se de 10 *campi* e 1 *campus* avançado; 2 centros de referência; 13 polos de Educação a Distância (EaD) e 7 polos-sedes UAB (Universidade Aberta do Brasil). Trabalha com a oferta de cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância. Adicionalmente, a unidade Reitoria está sediada no município de Santa Maria, região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Unidades de Ensino do IFFar



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar— DPDI (2024)

2.1.1. Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de sua atuação;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente as voltadas à preservação do meio ambiente.

2.1.2. Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministras, em nível de educação superior: cursos de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, com foco na formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2026 apresenta a missão, a visão e os valores institucionais do IFFar:

2.1.3. Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

2.1.4. Visão

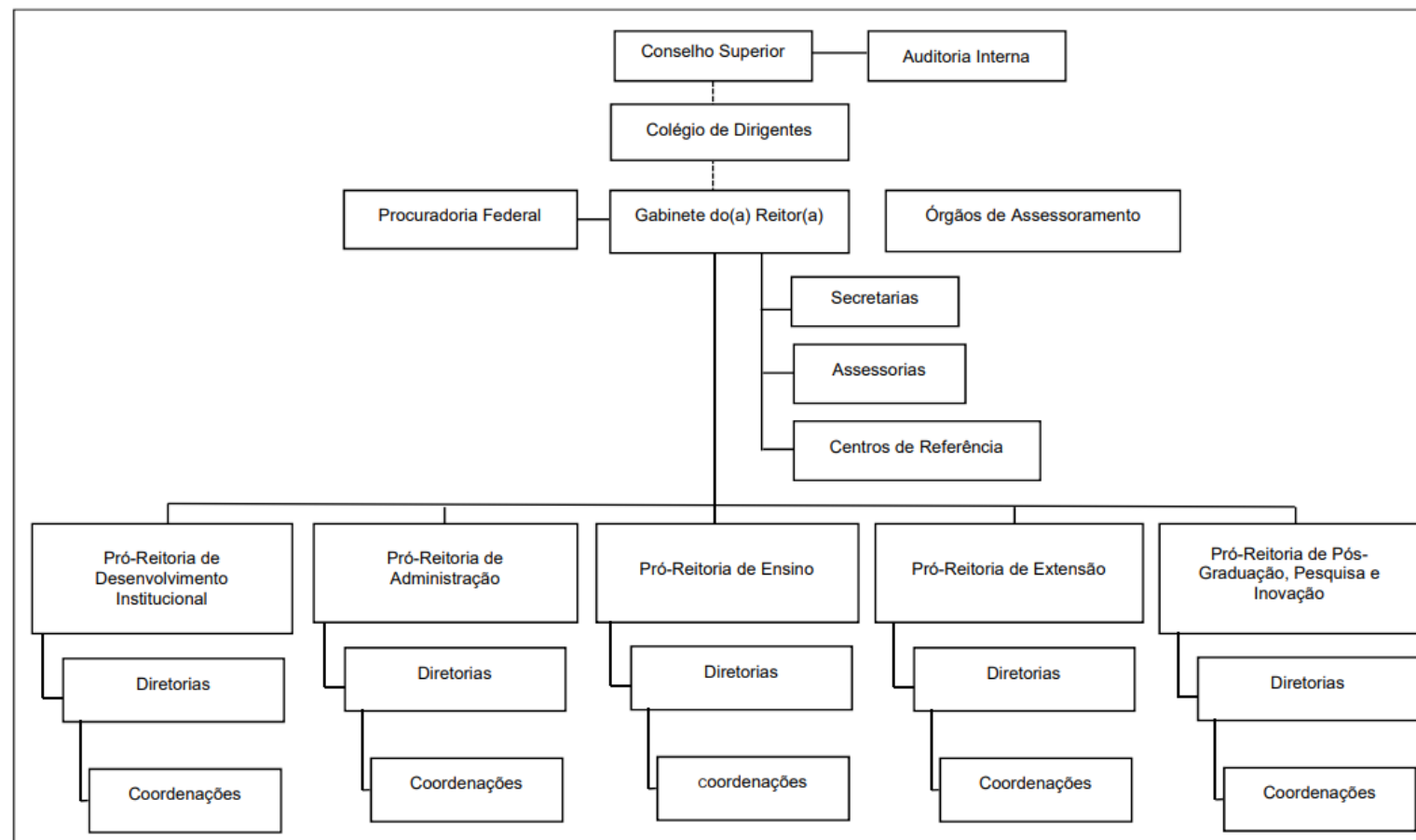
Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

2.1.5. Valores

- Ética;
- Solidariedade;
- Responsabilidade social, ambiental e econômica;
- Comprometimento;
- Transparência;
- Respeito;
- Gestão democrática; e
- Inovação.

2.2. A estrutura organizacional

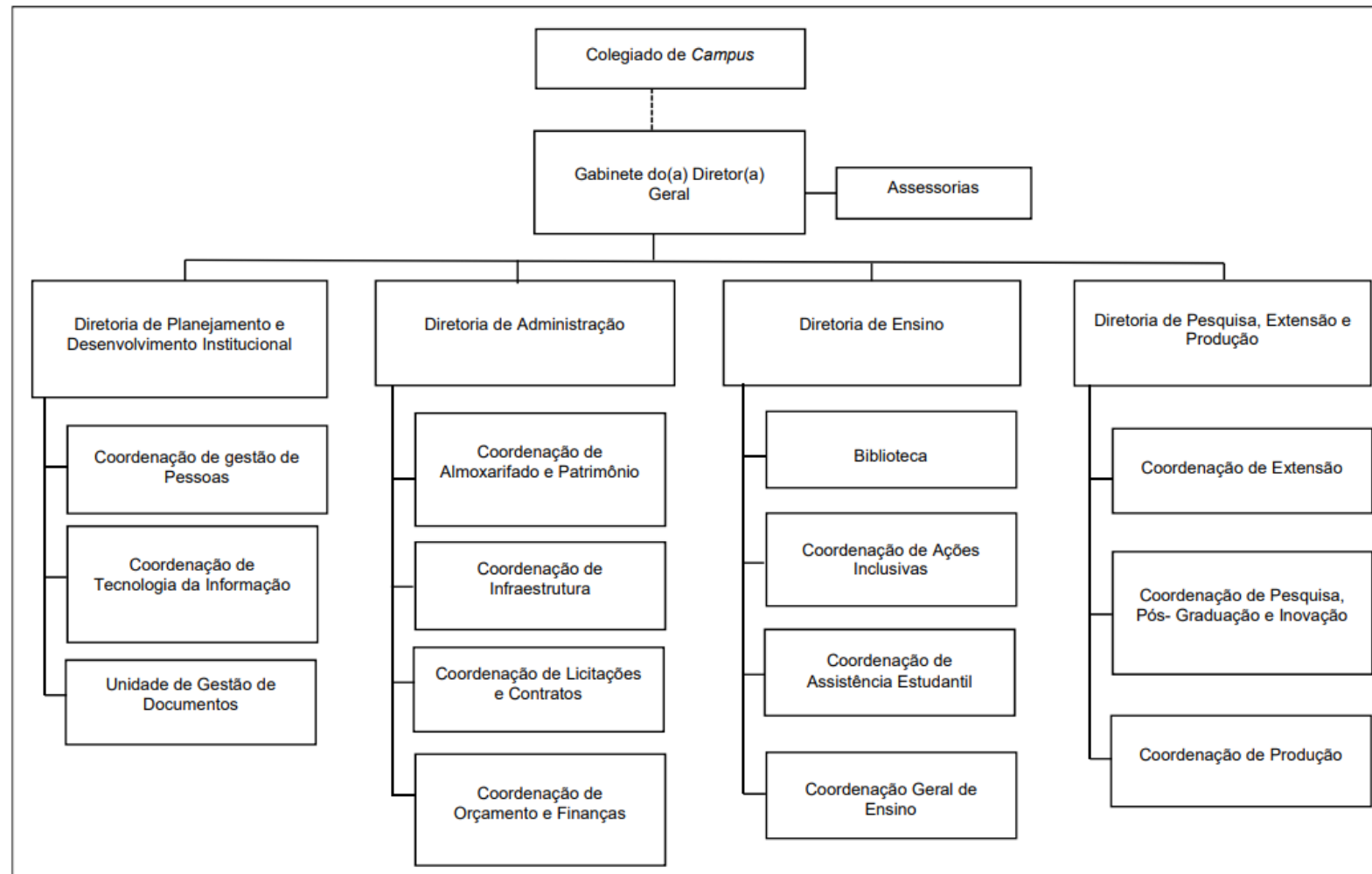
Figura 2 – Organograma da Reitoria



Fonte: DPDI (2024)¹.

¹ Elaborado com base no organograma da Reitoria, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimentogeral>.

Figura 3 – Organograma simplificado dos *campi* do IFFar



Fonte: DPDI²

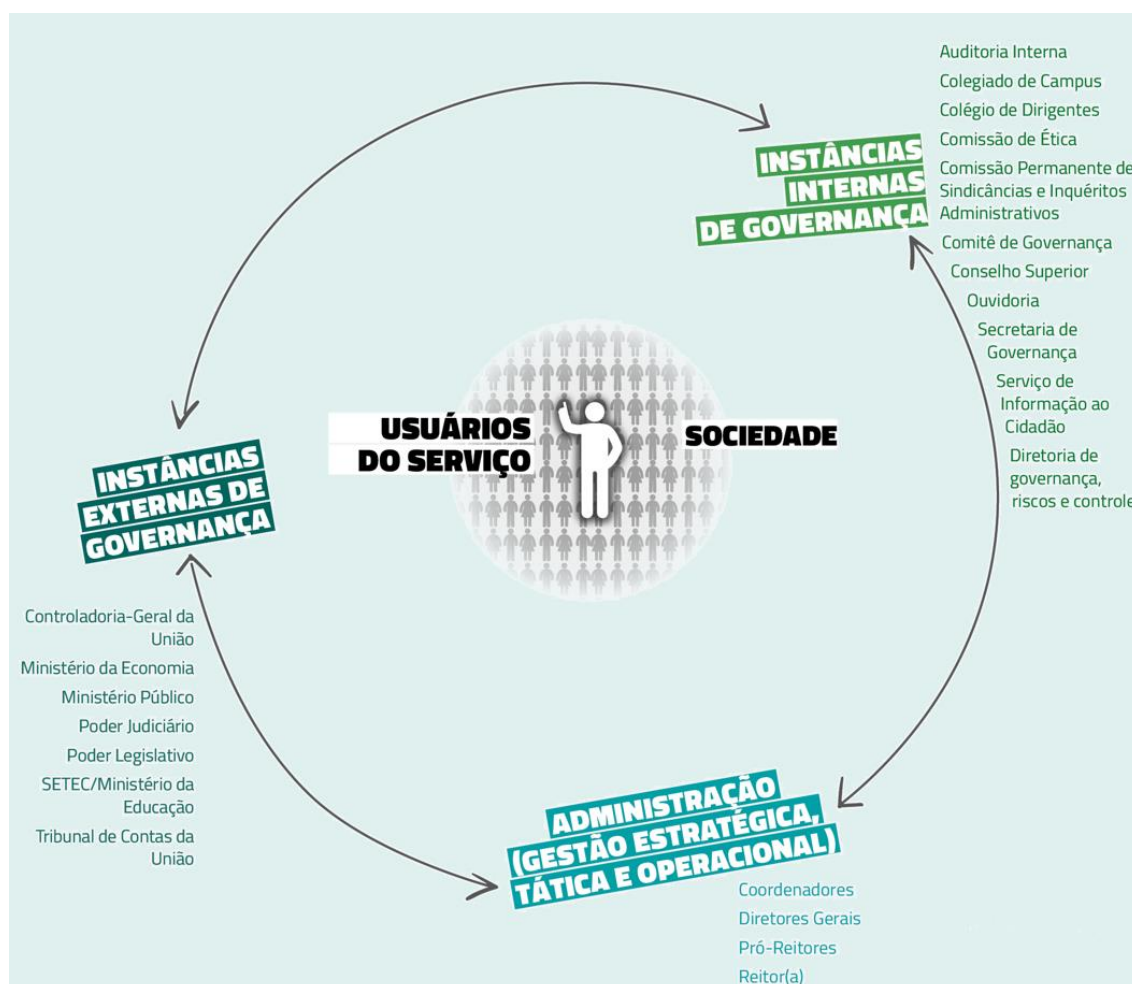
² Elaborado com base no organograma da Reitoria, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>

2.3. Estrutura de governança

O sistema de governança do IFFar engloba: I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito (portanto, em âmbito **estrutural** de governança), como instâncias de **assessoramento/deliberação** — Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Comitê de Governança, Riscos e Controles, entre outros —, e de **avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos** — p. ex. Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; e II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com **garantia de participação** em órgãos consultivos e/ou deliberativos (Conselho Superior, Colegiado de *Campus*) e disponibilização de canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A ilustração abaixo representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas.

Figura 4 - Estrutura de governança do IFFar



Fonte: Diretoria de Governança, Riscos e Controle do IFFar — DGRC (2024).

2.3.1. Instâncias internas de governança

a. Alta administração

- Reitora;
- Pró-Reitores;
- Diretores-Gerais.

b. Conselho Superior

O Conselho Superior — Consup é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi* e da Reitoria — servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Estatuto do Instituto Federal Farroupilha:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#estatuto>

Regulamento do Conselho Superior:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>

2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança

a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna — Audin é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Regimento interno da Auditoria Interna:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

b. Colegiado de Campus

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do *campus*. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com

representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Regulamento interno dos Colegiados de *Campus*:

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

c. Colégio de Dirigentes

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

Regimento interno do Codir:

https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=436011

d. Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFFar — CE foi constituída pela Portaria Nº 840, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consup Nº 001/2013 e, posteriormente, atualizado pelas Resoluções Consup Nº 54/2017 e Nº 18/2022 (*Ad Referendum*), *qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão*, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução Consup Nº 013, de 28 de março de 2017, aprovou o *Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Cíveis do Instituto Federal Farroupilha*.

Regimento interno da Comissão de Ética:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/comiss%C3%A3o-de-%C3%A9tica/comiss%C3%A3ode%C3%A9tica>

e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha

O Comitê de Governança foi criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1/2016, por meio da Portaria Nº 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (Reitora, Pró-Reitores e Diretores

Gerais) e tem, dentre suas competências: *promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.*

f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia

A Copsia é um órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

Regimento interno da Copsia:

https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=438533

g. Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação é uma comissão constituída para conduzir os processos de avaliação internos da instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP. Ela é respaldada pela Lei nº 10.861/2004 e regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.051/2004. Sua composição inclui os segmentos: Docente, Discente, Técnico-administrativos em educação e Sociedade civil. A CPA institucional conta com o apoio do Núcleo de Autoavaliação, existente em cada *campus* do IFFar e com a Coordenação de Avaliação Institucional – Cain, vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. A Cain foi criada em setembro de 2016, para apoiar e assessorar a CPA. Também atua com outras instâncias do IFFar mediando e promovendo as condições adequadas para que a CPA desenvolva as ações de forma autônoma. Com esse apoio, CPA e Núcleos planejam e executam os processos de Autoavaliação institucional.

Relatório de Autoavaliação 2023:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/38110/f31f1c951989b0b0ad033777e6a06a21>

Regulamento da CPA: [Regulamento da CPA - IFFar \(iffarroupilha.edu.br\)](https://www.iffarroupilha.edu.br)

h. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria Nº 829, de 11 de julho de 2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricão e ao sigilo e foco na agilidade. A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos – pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (Fala.BR), e-mail, telefone e presencialmente – analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

Acesso ao Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/>

i. Diretoria de Governança, Riscos e Controles — DGRC

A Diretoria de Governança, riscos e controles foi instituída em 2022, por meio da Portaria Eletrônica Nº 897, de 05 de agosto de 2022 - GRE, com o fim de promover o desenvolvimento da área de governança e gestão de riscos no IFFar. Entre suas atribuições, estão: promover a gestão de riscos em âmbito institucional, supervisionando a execução de políticas relacionadas ao tema e propondo ajustes ou alternativas que garantam a sua eficiência; apoiar e promover ações de capacitação e/ou conscientização nas áreas de gestão de riscos, transparência, integridade ou outros temas relacionados à governança pública; e promover a aproximação e a atuação conjunta das unidades componentes da estrutura de governança do IFFar, estimulando a troca de informações, melhoria de processos e criação e monitoramento de índices.

j. Secretaria de Governança – Segov

A Segov foi instituída em 2016, por meio da Resolução Consup nº 21/2016, de 24 de maio de 2016, a qual atualizou a estrutura organizacional do Instituto Federal Farroupilha. Compete à Segov promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, à missão e aos valores institucionais. Cabe à Secretaria, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, Copsia, Comissão de Ética e Auditoria.

k. Serviço de Informação ao Cidadão — SIC

Em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços: o *Fala.BR*. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

Acesso ao Fala.BR: <https://falabr.cgu.gov.br/>

2.3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna – Audin

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (Audin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — IFFar é órgão singular que exerce atividade de auditoria interna governamental no âmbito da Instituição. Ela atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, nos termos da Instrução Normativa CGU Nº 3, de 09 de junho de 2017.

A Audin sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e está subordinada ao Conselho Superior da Instituição, obedecendo ao que estabelece o Decreto nº 3.591/2000, vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a assegurar a independência de atuação da unidade.

Seu modelo de organização tem o objetivo de adicionar valor à Instituição contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03/2017.

Atualmente a Audin é composta por seis membros, auditoras e auditores, dos quais um ocupa o cargo de Auditor-Chefe, com lotação tanto nos *campi* quanto na Reitoria. Apesar dessa configuração, a atuação acontece em conjunto. Para a realização de cada trabalho de avaliação, reúne-se uma equipe com, pelo menos, dois auditores, dos quais um(a) é designado(a) coordenador(a) da ação.

A Audin possui um regimento interno atualizado e desenhado para agregar valor aos processos institucionais, bem como para contribuir no cumprimento de metas, na execução dos programas de governo e do orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Além disso, a Audin auxilia na comprovação da legalidade e na

avaliação dos resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão, ao passo que a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Por sua vez, a Audin atua, enquanto apoio ao Sistema de Controle Interno, no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Providências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União — CGU para cumprimento do IFFar) no sistema E-aud, da CGU, e em diligências do sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União —TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores, fornecendo-lhes, por meio de relatórios, informações que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o apoio à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos.

A designação da chefia da equipe é feita conforme o art. 11 do Regimento Interno (Resolução Consup nº 08/2021, de 02 de março de 2021), com mandato de dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

A equipe tem a prerrogativa, obedecido o prazo regulamentar, de sugerir nomes para ocuparem o cargo de chefia, que deve ser assumido por servidor concursado para o cargo de Técnico-administrativo em Educação – Auditor. A submissão do nome do(a) candidato(a) ao Conselho Superior é realizada pelo(a) dirigente máximo(a) do IFFar, para aprovação e posterior envio do procedimento para apreciação e homologação pela CGU, em conformidade com a Portaria CGU nº 2.737/2017.

A atuação da equipe tem enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em relação às técnicas e aos enfoques utilizados.

O planejamento e o desenvolvimento dos papéis de trabalho são realizados em conjunto pela equipe, utilizando-se de qualquer método físico ou virtual cabível. Quando possível e desejável pelos gestores, a equipe realiza reuniões para tratar dos resultados encontrados. Ao final, os relatórios com os resultados das avaliações, consubstanciados em constatações e recomendações, são enviados aos gestores por memorando eletrônico, com comprovante de recebimento, para que a Audin possa certificar-se de que os responsáveis tomaram conhecimento dos resultados dos trabalhos e, posteriormente, tais resultados são publicados no sítio eletrônico do IFFar. Com esses relatórios, a equipe de auditoria comunica à gestão os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da Audin. Após entregar as recomendações formuladas à gestão, essas passam a integrar o Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua implementação por parte da Audin. Dessa forma, a verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os

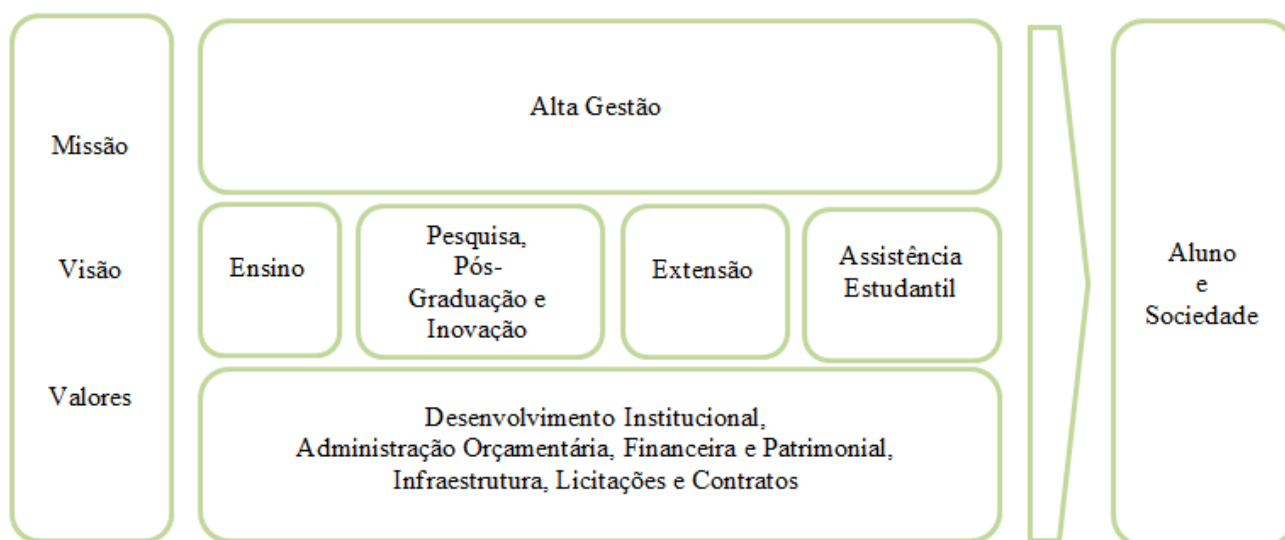
gestores tenham tempo suficiente para a devida implementação e aprimoramento de seus processos.

O Regimento Interno da Audin pode ser encontrado neste link: <https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

2.4. Cadeira de valor e modelo de negócio

Em conformidade com as políticas governamentais voltadas para a educação, o IFFar oferta à comunidade ensino público, gratuito e de qualidade atento às demandas e arranjos produtivos locais e regionais. Dessa forma, o IFFar contribui positivamente para o desenvolvimento humano, econômico e social, oportunizando o ensino de jovens e adultos, qualificação profissional, bem como a produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

Figura 5 – Cadeia de Valor



Fonte: DPDI (2024)

Associado à cadeia de valor, o modelo de negócio do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos, com resultados gerados e entregues à sociedade.

2.5. Políticas e programas de governo

Os recursos para funcionamento e expansão do IFFar são fixados na Lei Orçamentária Anual — LOA. Eles são divididos em ações orçamentárias com finalidades específicas. As principais são:

0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;

0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;

0909 - Operações especiais: Outros encargos sociais;

0910 - Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;

5012 - Educação Profissional e Tecnológica;

21B3 - Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.6. Relação com o ambiente externo

Quadro 1 – Oportunidades e ameaças ao IFFar - exercício 2023

Pró-Reitoria de Ensino – Proen	
Oportunidades	Ameaças
Demanda por formação e qualificação profissional – O aumento da demanda incentivou a projeção e aprovação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) nos <i>campi</i> do IFFar	Mudanças nas legislações educacionais (novo ensino médio e instabilidade nos normativos das licenciaturas). Não ampliação orçamentária dos recursos de natureza de custeio e capital, inviabilizando a ampliação das unidades. Pouca capacidade de ampliação de pessoal, dificultando a alocação de docentes e técnico-administrativos nos novos cursos aprovados.
Revisão do Programa Permanência e Êxito; Fortalecimento das ações que contribuem para a permanência e êxito, através da revisão de Programa Permanência e Êxito no IFFar.	Dificuldades sociais, econômicas e de aprendizagem dos estudantes que impactaram na permanência e êxito.
Programa EJA-EPT Fundamental; Aproximação com a comunidade e municípios, com oferta de cursos e qualificação profissional.	Dificuldade de parceria com alguns municípios de abrangência dos <i>campi</i> do IFFar; Dificuldade de ingresso e permanência de estudantes para a modalidade EJA-EPT, especialmente em função da necessidade de revisão das diretrizes nacionais para essa modalidade.
Ampliação na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD); Ampliação na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) – MOOCs, FIC sem mediação, Cursos técnicos subsequentes e de graduação; Oferta de edital para assistência estudantil aos estudantes dessa modalidade.	Dificuldade de criação de vínculo de pertencimento institucional com os estudantes da EaD, o que pode acarretar evasão e não participação em editais de assistência estudantil oferecidos pela instituição; Pouca capacidade de ampliação de pessoal, dificultando a alocação códigos de vagas de servidores efetivos, o que gera necessidade de contratação de membros na equipe da Dead e contribui para a

	diminuição dos recursos para investimento nesta modalidade.
Ampliação das Bolsas de Programas Institucionais; Ampliação das bolsas do PIBID e PET para os estudantes dos cursos de licenciatura.	Alta evasão dos cursos de licenciaturas, fato observado também nacionalmente, motivado, dentre outros fatores, pela baixa valorização do profissional da educação no país.
Participação na 3ª Semana Nacional de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC; Oportunidade de participação por meio da apresentação de projetos de ensino na Semana Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília.	Editais com cronograma e prazos curtos, o que dificulta a mobilização institucional, que é multicampi, tornando a participação de projetos restrita.
Participação da Linha de Fomento Bolsa Formação EJA-EPT/SETEC; Oportunidade de participação da linha de fomento do bolsa formação para EJA-EPT para o Ensino Médio, através do aumento do número de vagas no processo seletivo da EJA-EPT institucionalizada do ano de 2024.	Editais com cronograma e prazos curtos o que dificulta a mobilização institucional que é multicampi; Dificuldade no ingresso e alto índice de evasão dos cursos de EJA, o que pode comprometer o repasse orçamentário.
Participação no Edital nº 025/2023 da UAB/CAPES; Possibilidade de ofertar cursos EaD através da Universidade Aberta do Brasil, com recurso externo.	Editais com cronograma e prazos curtos, o que dificulta a mobilização institucional, que é multicampi, e articulação com polos.
Participação em Edital INOVA EaD/CAPES; Oportunidade de criação de projeto para inovação em metodologias e processos educacionais para EaD.	Edital com cronograma e prazo curto, o que dificulta a mobilização institucional, que é multicampi, dificultando a aprovação da proposta encaminhada.
Continuidade do processo de implantação do Diploma Digital; Foi dado prosseguimento nos testes e foram realizados alguns ajustes necessários para implantação do Diploma Digital (instituído pela Portaria MEC n.º 330/2018, cujas especificidades técnicas foram definidas na Portaria MEC n.º 554, de 11 de março de 2019).	Problemas no processo de validação de documentos emitidos pelo SIGAA/IFFar e de vinculação ao RapSign/RNP, quantidade e complexidade de ajustes técnicos necessários e falta de pessoal devidamente apropriado do funcionamento dos sistemas na DTI/IFFar impedem o início da emissão e registro de diplomas digitais, previsto para 31 de dezembro de 2021.

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPPGI	
Oportunidades	Ameaças
Retomada dos editais de agências financiadoras externas com possibilidade de captação de recursos para projetos de pesquisa e inovação.	Setores produtivos locais com pouca abertura para parcerias com instituições acadêmicas para desenvolvimento de soluções tecnológicas conjuntas.
Atualização do arcabouço regulatório da Pós-Graduação pela CAPES (discussões sobre cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> EaD, discussões sobre o financiamento de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> profissionais).	Tendência de diminuição na procura por cursos de pós-graduação em algumas áreas do conhecimento.
Aproximação da SETEC com a CAPES, permitindo a visibilidade e proposição de políticas destinadas especificamente à Rede Federal.	
Pró-Reitoria de Extensão – Proex	
Oportunidades	Ameaças
- Projeto Geoparque: Constituição do Comitê Interinstitucional de Implantação do Geoparque Raízes de Pedra. - Ações de Geoconservação: Criação de Geodias nos municípios que compõe o Território Geoparque. - Ações de Geoturismo: Oficialização de Convênios e parcerias com o SEBRAE, EMATER, SICREDI, FADERGS, Receita Federal, Secretarias Estaduais, de Turismo, Educação e Desenvolvimento Social; Projetos encaminhados a (SETUR, SEDUC, FADERGS, PETROBRAS, Gabinete do Deputado Federal MARCEL VAN HATEM.	- Manter em 2024, a articulação entre o IFFar e os órgãos públicos municipais que representam a área de abrangência do Geoparque Raízes de Pedra; - Relação conflituosa entre alguns municípios partícipes; - Necessidade de ampliar a contrapartida dos municípios nas ações do programa.
- Projeto Cidades Educadoras: I Edição do Curso de Formação Continuada para Gestores e Professores Municipais que compõe o Geoparque Raízes de Pedra - "Território que se Educa" (Módulo: Cidades Educadoras - um novo olhar sobre a cidade); Mostra Pedagógica "Território que se Educa"	- Reduzido número de pessoas para dar prosseguimento ao projeto, tanto no IFFar quanto nas esferas públicas municipais; - A elevada sobrecarga de trabalho concentrado em poucas pessoas pode comprometer o andamento do programa.

(envolvendo a temática "Cidades Educadoras"); Fórum da FADERS - Acessibilidade e Inclusão; Evento I Diálogos da Cátedra UNESCO Cidades que Educam e Transformam; Estabelecimento de Convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Maria e Projeto interinstitucional para Santa Maria/RS - Cidade Educadora.	
- I Encontro de Internacionalização do IFFar	- Falta de previsão orçamentária institucional obrigatória para a Assessoria de Relações Internacionais (ARI).
- Ampliação das Ações de Internacionalização com possibilidades de estágio curricular supervisionado e de mobilidade acadêmica.	- Falta de orçamento específico para essa finalidade.
- Aumento da oferta de cursos de idiomas (Inglês, espanhol e Italiano) para alunos, servidores e comunidade externa (Editais 053 e 295/2023).	- Pouca disponibilidade de carga horária docente na área das linguagens e de infraestrutura nos Núcleos de Ações Internacionais (NAI).
- Parceria com UNIPAMPA, UFPEL e Universidade Federal de Ciências da Saúde na realização do Concurso Prêmio Cultural Pindorama 2023.	- Pouca comunicação e divulgação Institucional sobre o concurso.
- Parcerias públicos-privadas para fomento das ações de pesquisa, extensão e estágios (Instituto UNICRED e UNICRED Ponto Capital, SESCOOP RS, SEBRAE, EMATER).	- Os trâmites processuais para a celebração de acordos, termos de cooperação e de elaboração de convênios possuem uma previsão de documentação e avaliação que necessita de prazos para a instituição e a parceira cumprir obedecendo rigorosamente a legislação. Na maioria das vezes as demandas que surgem não conseguem esperar esses trâmites, dificultando a execução e a efetividade das ações de extensão.
- Programa de Acompanhamento de Egressos: desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa Institucional com o objetivo de obter informações sobre a formação recebida e sua eficiência e eficácia no mundo do trabalho. Assim como gerar uma base de dados para o planejamento de ações institucionais voltadas aos egressos.	- Necessidade de um número maior de ações institucionais para a conscientização/sensibilização de alunos, sobretudo, do último ano e/ou semestres de que a instituição permanece a disposição, mesmo depois de formados; - A carência de maiores informações/orientações sobre a possibilidade de concluintes manter vínculo com a instituição; - Falta de canais de comunicação mais eficazes com os egressos.
- Edital Nº01/2023 Adesão ao Programa IF Mais Empreendedor Nacional: chamada nacional voltada a execução de projetos de	- Pequenos atrasos, por parte da fundação responsável pelo gerenciamento do programa, no pagamento das bolsas dos alunos.

Extensão Tecnológica ao atendimento/apoio a Micro e Pequenos Empreendedores (MPEs), Empreendedores Individuais (MEIs) e Produtores Rurais.	
- Ofício de Adesão nº35/2023 Programa Mulheres Mil Voltado para oferta de cursos de qualificação profissional de mulheres em situação de vulneráveis social.	- Organização do cronograma (prazos muito exíguos) em desacordo com a realidade Institucional.
Programa Energif/DOC: 3513584/SETEC/2022 Participação Institucional na chamada pública de adesão ao Bolsa Formação Qualifica Mais Energif para o setor de energias renováveis.	- Demora na liberação do Orçamento pela SETEC/MEC
- 41º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS).	- Qualificar o processo de organização Institucional para participação no evento.
- Jogos Estudantis (Etapa Institucional/Regional e Nacional) Fomentar e oportunizar práticas desportivas no âmbito Institucional, Regional e Nacional, assim como propiciar momentos de confraternização e trocas de experiências entre alunos e servidores das Instituições Federais de Educação Básica, Técnica e Tecnológica.	- Previsão prévia do calendário rotativo Institucional para a escolha do campus sede dos jogos para a etapa Local. Pouco envolvimento de servidores na organização dos jogos.
- III edição do eJIF - Jogos Eletrônicos do IFFAR Oportuniza a Integração entre discentes, docentes, técnicos administrativos e sociedade em geral; Vivenciar a pluralidade cultural em suas diversas e diferentes manifestações;	- Baixa adesão de servidores envolvidos na organização do evento e pouco envolvimento dos <i>campi</i> .
- Programas sociais: Parceria com Instituições Privadas (UNICRED e COOPERATIVA DE RECEBIMENTO DE INSERVIVÉIS RECICLÁVEIS), Projeto Batalhão do Bem, com a oferta de 3 cursos profissionalizantes: Curso de Customização, Curso de Microempreendedorismo Individual e de Reciclador para mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes em diferentes bairros do município de Santa Maria.	- Dificuldades de envolver mais servidores nas ações/parceria.
- Constituição do Núcleo da Incubadora Social da Reitoria/Proex	- A falta de uma unidade/campus do IFFar em Santa Maria
- Extensão em Rede: Projeto Institucional que visa a constituir um espaço virtual de discussão, reflexão e formação de	- Pouca sensibilização quanto a importância da formação em

servidores do IFFar e comunidade externa sobre temas relacionados à Extensão. Essa ação on-line tem contribuído para aproximar a Proex da comunidade interna e externa. Temas abordados: - Formação aos Avaliadores de Ações de Extensão; - Capacitação de cadastramento de cursos FIC no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e na Plataforma Nilo Peçanha (PNP); - Internacionalização no IFFar; - Agenda 2030 e Extensão: relação e pertinência, Patrimônio Natural do Geoparque Raízes de Pedra e Patrimônio e Educação: o uso pedagógico do Geoparque.	extensão para servidores e comunidade interna/externa.
- 29ª Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária (Feicoop): Aproxima o IFFar da comunidade externa, por meio do envolvimento de servidores e alunos em espaços de discussões como em mesas, painéis, standers (apresentação de projetos) e também nos momentos culturais que compõem a programação do evento. Evento de grande repercussão nacional/internacional.	- Pouca adesão de servidores, sobretudo, daqueles em exercício na reitoria (Santa Maria).
- Participação Institucional enquanto membro fundador e/ou integrante: Conselho Estadual de Economia Solidária e do Fórum Gaúcho de Economia Solidária; membro do Grupo de Assessoramento do Projeto Esperança/Coesperança; membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Santa Maria); membro fundador do Comitê pelo meio Ambiente (formado pelo Grupo Diário, prefeitura de Santa Maria, Câmara de Vereadores de Santa Maria, UFSM), Universidade Franciscana (UFN) e Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e Programa Interinstitucional Rede Gaúcha das Instituições para a Educação Sustentável/ REGIES.	- Pouca valorização e visibilidade Institucional dessas importantes ações desmotiva a participação dos servidores representantes do IFFar; - Necessidade de recursos financeiros; maior engajamento da população e, principalmente, dos órgãos públicos.
Participação de servidores e alunos na EXPOINTER,	- Pouco orçamento e baixo número de servidores para auxiliar na

EXPOEDUCAR, Educar e Empreender/2023.	organização, logística e na escala de participação nas feiras.
Descubra 2023	- Pouco número de servidores para auxiliar na organização, logística e na escala de participação.
Núcleo de Arte e Cultura: Sarau Artístico Literário Multicampi	- Sobrecarga laboral dos servidores envolvidos na ação.
Ebook de divulgação das ações de extensão.	- Planejamento e cronograma exíguos.
6ª edição do Curso de Capacitação de Gestores da Extensão	- Orçamento exíguo.
Pró-Reitoria de Administração – Proad	
<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
Manutenção de projetos internos provenientes de recursos orçamentários recebidos de emendas parlamentares, que possibilitam o IFFar e suas unidades manter ações de manutenção da Instituição, bem como ampliar suas aquisições de equipamentos e também possibilitaram a construção de pequenas obras nos campi;	Matriz orçamentária institucional aprovada na LOA 2023, com base nos valores recebidos no exercício de 2022 mais IPCA, resultando em valores insuficientes, para o desenvolvimento pleno de todas as ações previstas no Plano de Ação Institucional do exercício de 2023 ;
Integração entre os segmentos TAE/DOCENTES e DISCENTES;	Não possuir recursos orçamentários, para modernização tecnológica;
Permanente qualificação dos servidores;	Recursos orçamentários, insuficientes, para contratação de postos de funcionários terceirizados para atender às atividades meio da instituição.
	Processos de compras desertos.
	Necessidade de recursos extraorçamentários, principalmente para projetos que contemple serviços especializados;
	Inviabilização do funcionamento da infraestrutura, devido a insuficiência orçamentária.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI	
Oportunidades	Ameaças
Potencializar ações voltadas para a promoção a qualidade de vida dos servidores do Instituto Federal Farroupilha, por meio de núcleos específicos com suporte de todas as unidades do IFFar.	Matriz orçamentária aquém das necessidades institucionais.
Ampliar o relacionamento do IFFar com a s comunidades dos 12 municípios nos quais o IFFar está inserido.	Número de servidores insuficiente para atender as demandas institucionais;
Mapeamento de fluxos e procedimentos relacionados com as temáticas de atuação vinculadas à PRDI.	Rotatividade acentuada em servidores vinculados à gestão de pessoas, principalmente.
Manutenção do PGD - possibilidade dos servidores vinculados à PRDI realizarem suas atividades através do Teletrabalho em uma alternativa ao acompanhamento de cônjuge.	Acompanhamento de cônjuge pode contribuir para a redução do quadro de servidores.
Fortalecer a integração entre os servidores do IFFar, por meio da realização dos Jogos dos servidores.	Necessidade de ampliar a integração entre os servidores do IFFar.
Ampliação da oferta da Educação Profissional, por meio da proposta de expansão da Rede Federal, alcançando municípios cuja oferta da educação profissional ainda não se faz presente.	

Fonte: Pró-Reitorias do IFFar (2024)

2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos

O cidadão que deseja apresentar uma manifestação, seja ela uma denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio, deverá acessar os seguintes canais de atendimento e informações:

Ouvidoria do IFFar:

E-mail: ouvidoria@iffarroupilha.edu.br

Telefone: (55) 3218 9803

Fala BR:

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

Carta de serviços ao cidadão

Site: <https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

- Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício e destinados a agregar valor à organização;
- Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;
- Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais;

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria Eletrônica Nº 776/2021 – GRE) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna (Audin) e a Diretoria de Governança, Riscos e Controles (DGRC) são as unidades de apoio ao Comitê, responsáveis pela análise, acompanhamento, orientação, recomendação e operacionalização da política de gestão de riscos.

A respeito da institucionalização da gestão de riscos, enquanto processo formal, no âmbito do IFFar, ressalta-se que, pelo fato de envolver uma construção cultural e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dos servidores, principalmente ocupantes de cargos de gestão, a progressão, nesse aspecto, ocorre de forma lenta e gradual. A Política de Gestão de Riscos do IFFar, aprovada em 2017, teve seu processo de revisão iniciado (Processo Nº 23243.003734/2020-45), porém depende de encaminhamentos para conclusão.

Ainda, carecem os servidores do IFFar de uma atuação pautada pela gestão de riscos, que se desenvolve, de um lado, pelo próprio perfil e formação profissionais e, de outro, pela capacitação promovida institucionalmente. Nesse sentido, a administração busca viabilizar, na medida do possível, ações com impacto direto na priorização e na percepção geral a respeito da importância do tema. Cita-se, como exemplo, a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles (Portaria Eletrônica Nº 897/2022 - GRE), que tem entre seus objetivos promover a gestão de riscos em âmbito institucional e supervisionar a execução de políticas relacionadas ao tema.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Governança

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa a, primordialmente, estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de práticas consideradas benéficas.

O último levantamento³, realizado em 2021, demonstra uma pequena evolução do Instituto Federal Farroupilha no índice geral, em relação à avaliação anterior (2018). Destaca-se que o próximo levantamento ocorrerá em 2024 e está denominado como iESGO - Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*), uma iniciativa que visa a avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao Tribunal de Contas da União (TCU) em relação às práticas ESG.

³ <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20270%20-%20IF%20Farroupilha.pdf>

Abaixo, quadro comparativo dos levantamentos já realizados no iGG 2018 e 2021:

Quadro 2 – IGG 2021 – Resultados IFFar

iGG 2021 – RESULTADOS IFFAR		
INDICADOR	2018	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	45%	 55,7% 
iGovPub (índice de governança pública)	68%	53,9%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	42%	 49,3%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	21%	 43,6%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44%	  52,7%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	41%	  60,2%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	65%	56,1%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	51%	61,0%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)*	-	36,8%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)**	-	58,3%
Fonte: iGG 2021. *Avaliado apenas em 2021 **Avaliado apenas em 2021		

Em todos os indicadores, o Instituto Federal Farroupilha se situa na faixa de classificação “intermediário” (40% a 69,9%). Embora os índices sejam superiores às médias de pontuação das instituições avaliadas — com exceção do item “iGovPub” —, considerando-se tanto o extrato das instituições de ensino quanto o das entidades autárquicas e/ou, também, dos órgãos do poder executivo, de forma geral, fica demonstrado que a governança do IFFar está em amadurecimento, ainda que distante de um cenário ideal. Contudo, deve-se destacar o avanço significativo do IFFar em seu iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), que passou de 45%, em 2018, para 55,7%, em 2021, de acordo com o instrumento avaliativo do TCU.

A título de exemplo, lista-se algumas forças e fraquezas identificadas no Perfil Integrado de Governança de 2021, conforme as áreas avaliadas:

Quadro 3 – Forças e Fraquezas iGG 2021

FORÇAS X FRAQUEZAS iGG 2021	
GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Modelo de governança estabelecido	Promoção de lideranças
Estratégia definida	Monitoramento do desempenho da gestão
Transparência	Monitoramento da satisfação dos usuários
Compromisso com a integridade	Gestão de riscos
<i>Accountability</i>	Monitoramento dos resultados organizacionais
GESTÃO DE PESSOAS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Definição do quantitativo necessário de pessoal	Disponibilidade de sucessores qualificados
Identificação das lacunas de competências dos colaboradores e gestores	Desenvolvimento das competências dos colaboradores e gestores
Avaliação do ambiente de trabalho organizacional	Identificação dos motivos dos pedidos de movimentação interna de colaboradores
SEGURANÇA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Monitoramento do desempenho da gestão de TI	Capacidade em prestar serviços públicos com qualidade
Planejamento de TI	Gestão de pessoal de TI
Definição de políticas de responsabilidades para a gestão de TI	Processo de gestão de continuidade de serviços de TI
Gestão de contratos de TI	Gestão de riscos de TI

CONTRATAÇÕES	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Definição de modelo de gestão de contratações	Monitoramento do desempenho da gestão de contratações
Contratação e gestão com base em desempenho	Gestão de pessoal de contratações
ORÇAMENTO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Acompanhamento de indicadores que permitem gerenciar o processo orçamentário	Processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária

Fonte: iGG 2021.

4.2. Relacionamento com partes interessadas e controle social

A atuação das partes interessadas e o controle social sobre o Instituto Federal Farroupilha ocorrem, fundamentalmente, por meio:

I - da comunicação direta da sociedade com a autarquia, via ouvidoria, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e outras formas abertas de participação;

II - da participação irrestrita de representantes de todos os segmentos (alunos, servidores, egressos, sociedade civil organizada e governo federal) em órgãos deliberativos, com direito a voto, inclusive; e, especificamente no que tange ao controle;

III - do acesso a dados e informações disponibilizados em atenção à Lei de Acesso à Informação (dados abertos, contratos, processos, atas, execução orçamentária etc.) e da transmissão, em tempo real, das reuniões realizadas pelas instâncias da alta administração (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, comitês assessores, entre outros).

4.2.1. Ouvidoria

Considerando-se todas as manifestações (923) contabilizadas pelo painel “Resolveu?”⁴, da Controladoria-Geral da União, até o dia 31 de dezembro de 2023, descontados os registros arquivados (25), encaminhados a outros órgãos (13) e em tratamento (7), o índice de respostas apresentadas dentro do prazo pelo IFFar é de 83%. Os 17% restantes compreendem respostas entregues com atraso.

⁴ <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>

Considerando ainda a série histórica, o tempo médio de resposta é 32,42 dias, enquanto a satisfação média com o atendimento dos usuários que responderam à avaliação é de 64,42% (50% dos respondentes ficaram muito satisfeitos; 11,54% declararam-se satisfeitos; 3,85% consideraram o atendimento regular; 15,38% ficaram insatisfeitos; e 19,23%, muito insatisfeitos).

Em 2023, o IFFar recebeu 169 manifestações de ouvidoria, das quais **7** foram arquivadas e **65 (42%) foram respondidas dentro do prazo, com um tempo médio de resposta de 69,33 dias**, acima do tempo médio identificado nos órgãos e entidades federais no mesmo período (18,59 dias). Destaca-se que 20 respostas (21%) foram apresentadas com atraso. Durante esse ano, 2 usuários responderam à avaliação de satisfação, dos quais 1 se sentiu “muito satisfeito” e 1 “muito insatisfeito”.

O desempenho com relação às respostas dentro do prazo piorou em relação à 2022, quando 80% das respostas foram apresentadas dentro do prazo. Entretanto, ocorreu um aumento no **volume de manifestações de 38,1% em 2023 em relação à 2022**, fato esse que pode ter influenciado no tempo médio de resposta.

4.2.2. Serviço de Informação ao Cidadão

Conforme estabelecido pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso à informação se dá principalmente por duas formas: a transparência passiva, ou seja, a disponibilização de dados mediante solicitação dos interessados, e a transparência ativa, que consiste na divulgação espontânea de dados pelas instituições.

A respeito da transparência passiva no IFFar, pelo que se extrai do painel “Lei de Acesso à Informação”⁵, da Controladoria-Geral da União, a atuação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da autarquia é bastante consistente.

O IFFar contabiliza, até o final de 2023, um total de 964 pedidos de acesso à informação recebidos, dos quais 100% foram respondidos. Não há omissões nesse sentido, portanto. Nesse recorte (geral), o tempo médio de resposta do IFFar é de 14,66 dias, praticamente igual ao tempo médio de resposta geral (14,84 dias), calculado com base no conjunto de todos os órgãos e entidades federais.

Em 2023, o tempo médio de resposta do IFFar a pedidos de acesso à informação foi de 12,75 dias, abaixo da sua média histórica e praticamente igual ao exercício de 2022 (**12,63 dias**). **Em relação ao nível de satisfação do usuário**, para as perguntas “*A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?*” e “*A resposta fornecida foi de fácil compreensão?*”, **as avaliações, em uma escala de 1 a 5, foram, em 2023, de 4,00 (igual à 2022) e 4,75 (igual à 2022)**, respectivamente. É importante

⁵ <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>

ressaltar que houve somente 7 respostas no exercício de 2023 para a pesquisa de satisfação do usuário.

Os órgãos de controle, além de fiscalizar e estimular os órgãos e entidades jurisdicionados a cumprir as normativas da área, estabelecem, objetivamente, conjuntos ou tipos de informações cuja publicação é obrigatória. Tais dados constituem o corpo básico da transparência ativa, o mínimo que precisa estar imediatamente acessível, independentemente de pedido ou interesse demonstrado.

O ideal que se busca é a publicação de toda e qualquer informação que não seja sigilosa nos termos da lei. Entretanto, como se pode constatar facilmente, trata-se de um processo bastante trabalhoso, afetado por fatores como segurança da informação, proteção de dados pessoais, desenvolvimento/manutenção de sistemas, volume de dados para tratamento, entre outros.

De acordo com o que é exigido pelo Tribunal de Contas da União, o IFFar disponibiliza, em seu portal web, uma seção específica de transparência ativa⁶ ("Acesso à Informação"), em que podem ser acessados dados abertos, relatórios de auditorias, ações e programas, convênios, receitas e despesas etc. **Nesse aspecto, contudo, de acordo com o painel LAI, a instituição precisa evoluir. Em 2023, o grau de cumprimento de itens de transparência ativa pela autarquia foi de 22,45, melhor quando comparado com o índice de 2022 (12,24%%).**

Os números demonstram que, embora os principais canais de comunicação direta e de acesso à informação do IFFar pela sociedade estejam funcionando regularmente e com bom desempenho, apesar das dificuldades relacionadas à falta de estrutura, principalmente quanto à força de trabalho, a transparência ativa deve ser aprimorada, como sinalizado pelos órgãos de controle.

⁶ <https://iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acessoinfo>

4.3. Resultados de desempenho

4.3.1. Métricas de Pesquisa e Inovação

Quadro 4 – Métricas de Pesquisa e Inovação

Objetivo estratégico - Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
Meta: Aumento de 5% — até 2022 — do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de projetos de pesquisa vinculados aos TAE's</i>	86
<i>Nº TAE's participantes</i>	72
Objetivo estratégico – Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
Meta: Divulgar, anualmente, 100% dos resultados dos projetos e ações desenvolvidos pela instituição no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de resumos expandidos publicados nos anais da Mostra da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT)</i>	320
<i>Nº de resumos publicados nos anais das mostras locais dos campi</i>	861
Meta: Ampliar, anualmente, em 5%, as parcerias de cada unidade com os setores público e privado, estabelecidas via convênio, projeto ou outro instrumento formal, com vista ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e à maior interação entre estudantes e sociedade.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de convênios com instituições privadas para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica.</i>	0

<i>Nº de projetos com instituições privadas para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica.</i>	0
Objetivo estratégico – Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/regionais.	
Meta: Promover a participação de, no mínimo, 50% dos alunos do IFFar em eventos científicos, a cada ano.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de alunos participantes na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT)</i>	183
<i>Nº de alunos participantes nas mostras locais dos campi</i>	3644
Meta: Ampliar em, no mínimo, 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Indicador	Resultado
<i>Nº total de projetos de pesquisa (científicos) ativos</i>	174
<i>Nº total de alunos integrantes dos projetos de pesquisa (científicos) ativos</i>	213
<i>Nº total de projetos de pesquisa (tecnológicos) ativos</i>	26
<i>Nº total de alunos integrantes dos projetos de pesquisa (tecnológicos) ativos</i>	23
Meta: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de incubadoras-campus</i>	5
<i>Nº de empresas de base tecnológica incubadas</i>	5
<i>Nº de alunos envolvidos nos programas de formação de cultura empreendedora</i>	664
Meta: Ofertar, no mínimo, 1 (um) curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> por campus e 3 (três) cursos <i>stricto sensu</i> no IFFar, até 2026.	
Indicador	Resultado

<i>Nº de cursos de pós-graduação lato sensu</i>	17
<i>Nº de alunos “em curso” lato sensu</i>	415
<i>Nº de cursos de pós-graduação stricto sensu</i>	1
<i>Nº de alunos “em curso” stricto sensu</i>	49
Objetivo estratégico – Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
Meta: Ampliar em 100% o total de projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável, até 2026.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs</i>	5
<i>Nº de alunos integrantes de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs</i>	6
Meta: Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs financiados com recursos externos</i>	3
<i>Montante de recursos externos aplicados em projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs</i>	625.544,00
Meta: Promover a criação de produtos e tecnologias na instituição, em decorrência do processo pedagógico, e promoção do seu aproveitamento.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de programas de computadores registrados junto ao INPI (no ano)</i>	1
<i>Nº de depósitos de patentes junto ao INPI (no ano)</i>	0

<i>Nº de patentes concedidas junto ao INPI (no ano)</i>	<i>0</i>
<i>Nº de indicações geográficas registradas junto ao INPI com a participação de pesquisadores do IFFar (no ano)</i>	<i>0</i>
<i>Nº de desenhos industriais registrados junto ao INPI (no ano)</i>	<i>0</i>
<i>Nº de cultivares registradas junto ao INPI (no ano)</i>	<i>0</i>

Fonte: PRPPGI.

4.3.2. Métricas de Extensão

Quadro 5 – Métricas de Extensão - apurado em jan/24

Objetivo estratégico - Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
Meta: Aumento de 5% — até 2022 — do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de projetos de extensão vinculados aos TAE's</i>	<i>53 projetos</i>
<i>Nº TAE's participantes</i>	<i>189 TAE'S</i>
Meta: Desenvolver, anualmente, ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, atingindo 70% dos servidores.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos servidores</i>	<i>12 projetos</i>
<i>Nº de servidores envolvidos</i>	<i>27 servidores</i>

Fonte: Proex – Data de apuração: 12/01/24

Quadro 6 – Métricas de Extensão - apurado em março/21

Objetivo estratégico – Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
Meta: Desenvolver, no mínimo, anualmente, 2 (duas) estratégias de comunicação com a sociedade.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de ações de comunicação com a sociedade</i>	
1) 41º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	15 trabalhos de extensão apresentados no evento.
2) I Encontro de Internacionalização do IFFar	40 participantes
3) I Edição do Curso de Formação Continuada para Gestores e Professores Municipais que compõe o Geoparque Raízes de Pedra - "Território que se Educa"	250 participantes
4) Organização do 187º Fórum Permanente da Política Pública Estadual para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades (FADERS)	100 participantes
5) 29º FEICOOP	16 ações desenvolvidas no espaço IFFar sendo: 01 Oficina, 02 Encontros (EJA/EPT), 05 rodas de conversas, 02 apresentações (Ebook e Artística) e 06 exposições.
6) Promoção e participação do II Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação para a Sustentabilidade (SIEPES)	02 apresentações
7) Participação enquanto membro e responsável pelo Eixo de formação "Cidades Educadoras" na 9ª Conferência do Meio Ambiente de Santa Maria/RS (COMDEMA).	100 participantes
8) XIV Mostra da Educação Profissional e Tecnológica	70 projetos de extensão apresentados para comunidade interna/externa.
9) Extensão em Rede - Desenvolver atividades de formação nos temas de extensão: - Formação aos Avaliadores de Ações de Extensão, Capacitação de cadastramento de cursos FIC no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e na Plataforma Nilo Peçanha (PNP); - Internacionalização no IFFar, Agenda 2030 e Extensão: relação e pertinência, Patrimônio Natural do Geoparque Raízes de Pedra e - Patrimônio e Educação: o uso pedagógico do Geoparque.	250 participantes
10) Participação no descubre 2023/UFSM	250 escolas participantes (estimativa de 27 mil visitantes)

11) Membro Fundador do Comitê pelo Meio Ambiente (Grupo Diário, Prefeitura de Santa Maria, Câmara de Vereador de Santa Maria, IFFar, UFSM e UFN).	02 seminários: A crise Hídrica no Estado do RS e Seminário de Avaliação dos Seis meses da Coleta seletiva de Santa Maria/RS e as perspectivas para o futuro.
12) Núcleo de Arte e Cultura/NAC	Ações de extensão voltadas à arte e cultura: - Mostra Cultural do IFFar; - VI Sarau Artístico Literário Multicampi; - Membro do Forcult Sul: Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras da Região Sul (FORCULT Sul).
13) Esporte e Lazer	- Jogos estudantis/Etapa Institucional (619 participantes) - Jífs/Etapa Regional (150 participantes) e na Etapa Nacional (05 participantes) - E-Jífs (Jogos Eletrônicos Etapa Institucional (128 participantes) e na Etapa Nacional (10 participantes)
14) I Diálogos da Cátedra UNESCO Cidades que Educam e Transformam (em parceria com a UFSM e UFN)	50 participantes
Meta: Divulgar, anualmente, 100% dos resultados dos projetos e ações desenvolvidos pela instituição no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.	
Indicador	Resultado
Publicação de ebook de divulgação das atividades extensionistas.	24 trabalhos selecionados.
Publicação de artigos sobre as ações de extensão do IFFar	03 artigos publicados
Total de ações de comunicação com a sociedade	286
Áreas temática: Educação	107 (37,4%)
Áreas temática: Saúde	15 (5,2%)
Áreas temática: Meio Ambiente	17 (5,9%)
Áreas temática: Cultura	25 (8,7%)
Áreas temática: Tecnologia e Produção	76 (26,6%)
Áreas temática: Comunicação	10 (3,5%)
Áreas temática: Direitos Humanos e Justiça	22 (7,7%)
Áreas temática: Trabalho	14 (4,9%)
	Total: 100% das ações de extensão divulgadas

Meta: Ampliar, anualmente, em 5%, as parcerias de cada unidade com os setores público e privado, estabelecidas via convênio, projeto ou outro instrumento formal, com vista ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e à maior interação entre estudantes e sociedade.

Indicador	Resultado
<i>Nº de convênios com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão.</i>	<i>150 convênios</i>
<i>Nº de projetos com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão.</i>	<i>17 projetos</i>
<i>Nº de convênios com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão.</i>	<i>58 convênios</i>
<i>Nº de projetos com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão.</i>	<i>39 projetos</i>

Objetivo estratégico – Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/regionais.

Meta: Ampliar as ações de qualificação da formação inicial e continuada de professores da educação básica, com a criação de 1 (um) programa de formação continuada para professores e técnicos-administrativos das redes públicas estadual e municipais em cada campus, envolvendo os cursos de licenciatura do IFFar.

Indicador	Resultado
<i>Nº de ações de qualificação da formação inicial e continuada de professores da educação básica.</i>	<i>107 ações</i>

Meta: Mobilidade anual de, no mínimo, 1% dos alunos matriculados entre os *campi* do IFFar e com outras instituições no Brasil e no exterior.

Indicador	Resultado
<i>Nº total de alunos(as)</i>	<i>03</i>

Meta: Ampliar em, no mínimo, 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.

Indicador	Resultado
<i>Nº total de projetos de extensão</i>	<i>286 projetos</i>

<i>Nº total de alunos integrantes de projetos de extensão</i>	<i>788 alunos</i>
<i>Nº total de docentes integrantes de projetos de extensão</i>	<i>466 docentes</i>
<i>Total de Público/comunidade externa atingido</i>	<i>96.633</i>
Meta: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de incubadoras-campus</i>	<i>X incubadoras-campus</i>
<i>Nº de empresas incubadas</i>	<i>X empresas incubadas</i>
<i>Nº de empresas juniores</i>	<i>2 empresas júnior</i>
<i>Recursos destinados às ações de empreendedorismo</i>	<i>R\$ 10.000,00</i>
Meta: Acompanhar e monitorar, no mínimo, 10% dos egressos por meio do Programa de Acompanhamento de Egressos.	
Indicador	Resultado
<i>Percentual de respondentes da pesquisa em relação ao total de egressos aptos a participarem da pesquisa de 2023</i>	<i>13,3%</i>
Meta: Ofertar, no mínimo, 1 (uma) língua estrangeira extracurricular, anualmente, por campus.	
Indicador	Resultado
<i>Total de campus com centros de idiomas</i>	<i>11</i>
<i>Total de língua estrangeira extracurricular ofertada</i>	<i>3</i>
<i>Nº total de docentes envolvidos nos Centros de Idiomas</i>	<i>25</i>
<i>Nº total de turmas ofertada na Instituição</i>	<i>20</i>
<i>Nº total de vagas ofertadas na Instituição</i>	<i>400</i>
Objetivo estratégico – Oferecer cursos com excelência, observando a verticalização do ensino e o desenvolvimento local/regional.	
Meta: Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos PROEJA, conforme prevê o Decreto Nº 5.840/06, entre os quais pelo menos 1 (um) curso EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os <i>campi</i> e 1 (um) curso EJA/EPT (PROEJA) FIC em todos os <i>campi</i>, como possibilidade de ingresso ao ensino médio.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio</i>	<i>8 cursos (6 cursos ativos e 2 cursos suspensos)</i>
<i>Nº de vagas ofertadas em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio</i>	<i>200 vagas (6 cursos ativos)</i>

Nº de matrículas em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	122 matrículas
Eficiência acadêmica em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	-
Nº de cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	4 cursos
Nº de vagas ofertadas em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	300 vagas
Nº de matrículas em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	Na primeira oferta foram matriculados 287 estudantes, no final do ano passado formaram 160. Ainda temos duas turmas, cerca de 70 alunos matriculados ainda. Estamos iniciando uma nova oferta esse ano, com 4 cursos e 300 vagas.
Eficiência acadêmica em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	-

Fonte: Proen e Plataforma Nilo Peçanha – Data da apuração: 28/03/2021.

Quadro 7 – Métricas de Extensão - apurado Proex março/24

Objetivo estratégico – Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
Meta: Ampliar em 100% o total de projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável, até 2026.	
Indicador	Resultado
<i>Nº de projetos de extensão em parceria com instituições privadas relacionados ao desenvolvimento sustentável</i>	02 projetos - Pedal Ambiental - Santa Rosa; - Mulheres do Batalhão do Bem: educação e sustentabilidade
<i>Nº de alunos integrantes nos projetos de extensão em parceria com instituições privadas relacionados ao desenvolvimento sustentável</i>	20 alunos

Nº de projetos de extensão em parceria com instituições públicas relacionados ao desenvolvimento sustentável	07 projetos: - Biblioteca em Ação: IV festival de histórias; - Matemática e Inclusão: Parceria entre IFFar-Campus Santo Ângelo e APAE/Santo Ângelo; - Programa Cidades Educadoras; - Programa de Extensão Geoparque Raízes de Pedra; - Multiletramentos com Imigrantes: Inclusão e Cidadania; - Atividades extensionistas de Robótica educacional na rede Municipal de Panambi; - Qualificação de produtores Kässchmier.
Nº de alunos integrantes nos projetos de extensão em parceria com instituições públicas relacionados ao desenvolvimento sustentável	40
Meta: Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.	
Indicador	Resultado
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições privadas financiados com recursos externos	01 projeto
Montante de recursos externos aplicados em projetos de extensão em parceria com instituições privadas	R\$ 12.900,00
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições públicas financiados com recursos externos	18 projetos; 04 projetos pelo Programa IF Mais Empreendedor Nacional; 05 projetos pelo Programa Mulheres Mil; 02 projetos pelo Programa Energif/SETEC/MEC;) e 08 projetos financiados por Emendas Parlamentares
Montante de recursos externos aplicados em projetos de extensão em parceria com instituições públicas	R\$ 1.269,200,00

Fonte: Proex – Data da apuração: 28/03/2024.

4.3.3. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha

Como forma parcial de apresentação dos resultados, destaca-se aqui os dados da Plataforma Nilo Peçanha publicados de 2018 a 2023, referente aos anos 2017 a 2022. Já a previsão para inserção dos dados referentes ao ano de 2023 neste relatório é a partir da primeira quinzena de maio, assim que forem publicados na Plataforma.

Quadro 8 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha do IFFar, incluindo o exercício de 2023

Indicadores – Plataforma Nilo Peçanha		2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Acadêmicos	Taxa de Evasão		21,46%	15,8%	21,3%	16,8%	13,40%	19,1%
	Eficiência Acadêmica		66,5%	48,6%	53,0%	74,7%	49,30%	44,1%
	Conclusão Ciclo		63,57%	46,20%	49,14%	71,94%	47,19%	42,1%
	Evasão Ciclo		32,09%	48,83%	43,57%	24,4%	48,48%	53,3%
	Retenção Ciclo		4,34%	4,97%	7,29%	3,65%	4,33%	4,6%
	Relação Inscritos/Vagas		1,73	1,82	3,77%	3,29	2,73	4,0
	Relação Matrícula por Professor (RAP)		21,94%	22,6	24,92	21,55	21,29	19,44
	Taxa de Ocupação		89,70%	93,63%	88,28%	91,03%	-	-
Administrativos	Gasto Total		R\$ 359.729.431,20	R\$ 337.072.025,07	R\$ 314.256.671,37	R\$ 317.182.250,01	R\$ 305.106.223,00	R\$ 280.455.814,00
	Gasto com Pessoal		R\$ 295.015.686,12	R\$ 289.701.933,63	R\$ 272.049.893,85	R\$ 263.811.876,75	R\$ 227.695.928,00	R\$ 216.185.120,00
	Investimentos		R\$ 11.288.036,57	R\$ 13.093.451,98	R\$ 5.932.768,69	R\$ 8.001.067,65	R\$ 8.022.745,00	R\$ 9.975.010,00
	Outros Custeios		R\$ 53.439.215,11	R\$ 34.276.639,46	R\$ 36.274.008,83	R\$ 45.369.305,61	R\$ 67.374.260,00	R\$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas		R\$ 20.253.961,93	R\$ 18.976.510,98	R\$ 17.466.640,31	R\$ 16.770.613,52	R\$ 13.821.528,00	R\$ 11.798.786,00
	Gasto Corrente por Matrícula		R\$ 21.512,22	R\$ 19.195,74	R\$ 18.721,34	R\$ 19.438,41	R\$ 20.352,90	R\$ 19.783,35
Socioeconômicos	0 < RFP ≤ 0,5		3.690	2.361 alunos	2.433 alunos	3.241 alunos	2.550 alunos	2.613 alunos
	0,5 < RFP ≤ 1		3.203	3.513 alunos	3.119 alunos	3.298 alunos	3.194 alunos	3.300 alunos
	1,0 < RFP ≤ 1,5		2.483	3.692 alunos	2.785 alunos	2.654 alunos	2.599 alunos	2.396 alunos

	1,5 < RFP ≤ 2,5		1.649	2.343 alunos	1.796 alunos	1.535 alunos	1.476 alunos	1.636 alunos
	2,5 < RFP ≤ 3,5		623	929 alunos	621 alunos	500 alunos	382 alunos	398 alunos
	RFP > 3,5		548	944 alunos	581 alunos	375 alunos	277 alunos	162 alunos
	Não Declarado		4.130	7.207 alunos	5.788 alunos	1.837 alunos	4.381 alunos	2.773 alunos
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)		4,5	4,5	4,4	4,4	4,20	4,20

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

4.3.3.1. Análise crítica dos indicadores acadêmicos – PNP 2024 Ano Base 2023

A análise crítica dos indicadores acadêmicos será apensada ao relatório após a publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha, cuja previsão é a partir da primeira quinzena de maio de 2024.

4.3.3.2. Análise crítica dos indicadores administrativos – PNP 2024 Ano Base 2023

A análise crítica dos indicadores administrativos será apensada ao relatório após a publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha, com a mesma previsão do item 4.3.3.1.

4.3.3.3. Análise crítica dos indicadores socioeconômicos – PNP 2024 Ano Base 2023

A análise crítica dos indicadores socioeconômicos será apensada ao relatório após a publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha, com a mesma previsão do item 4.3.3.1.

4.3.3.4. Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas – PNP 2024 Ano Base 2023

A análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas será apensada ao relatório após a publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha, com a mesma previsão do item 4.3.3.1.

4.4. Correição

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia é um órgão independente e imparcial, diretamente vinculado ao Gabinete da Reitora. Tem como finalidade responsabilizar-se pelas atividades de controle interno em âmbito disciplinar. Além disso, trabalha para assegurar a probidade dos atos e atividades administrativas desenvolvidas, prevenindo e apurando irregularidades, por meio da instauração e da condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

Atualmente, a equipe de trabalho é formada por dois servidores: Ian F. Brites, presidente da Comissão, conforme Portaria Eletrônica nº 1283/2022 – GRE, e por Andreia dos Santos Felipe, que se ausentou por licença-maternidade em 2023 e foi substituída por

Raquel da Silva Goularte, revisora de textos lotada no Gabinete da Reitora, que atuou no setor durante o segundo semestre de 2023.

Quanto à estrutura física para a execução das atividades da Copsia, a comissão conta com duas salas: uma no segundo andar e outra no sétimo andar da Reitoria do IFFar. Quanto à organização do setor, durante o ano de 2023, foram contempladas, dentre inúmeras outras, as seguintes atividades:

- Constante aprimoramento no diagnóstico e levantamento de novos casos que envolvam matéria correccional na instituição;
- Como sequência de um trabalho prévio não estruturado, um dos maiores desafios da Copsia durante o ano de 2023 foi manter atualizado o acompanhamento dos processos que tramitam no setor, bem como procurar resgatar antigos processos não catalogados devidamente em outros anos;
- Como efeito deste ininterrupto trabalho, conseguiu-se catalogar até o momento **159 processos**, com muitos deles ainda com situação indefinida, **além de algumas dezenas de novos casos de 2023 a serem integrados a estes números nas próximas semanas após autuação;**
- **Consolidação do novo Regimento da Copsia** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Resolução Consup/IFFar nº116/2022, de 23 de dezembro de 2022, através de diversas ações de composição de equipe e estruturação do setor.

Composição de equipe da COPSIA:

Realização de seleção de novos servidores dos *campi* para integrarem a equipe da Copsia ao longo do período 2023-24.

Através do Edital Nº 168/2023, de 18 de abril de 2023 (referente aos Editais nº 123/2023, de 23 de março de 2023, e sua retificação, edital nº 165/2023, de 14 de abril de 2023), **a Presidência da Copsia integrou à sua força de trabalho temporária mais 22 colegas servidores do IFFar, sendo um representante TAE e um representante docente de cada um dos 11 *campi* da instituição**, que além de desempenharem suas funções cotidianas nos *campi*, também atuam em Processos Administrativos.

Treinamento e capacitação dos novos integrantes da Copsia:

A Corregedoria pauta a sua atuação por princípios técnicos e intrinsecamente conectados com o que há de mais moderno em técnicas jurídicas e de investigações processuais, demandando, portanto, constantes aperfeiçoamentos e qualificações de seus integrantes, visando sempre a uma atuação focada na proteção da administração pública e boa utilização daquilo que é público.

Isto posto, a Presidência da Copsia realizou o desenvolvimento integral de um **Curso Teórico e Prático de Formação com 12 etapas online e presenciais para os novos membros da Copsia.**

Realização de evento de dois dias de **formação presencial para os novos membros da Copsia, em junho de 2023**, em que além da capacitação promovida pela própria Presidência da Copsia, contou igualmente **com a cooperação interinstitucional do Ministério Público Federal e da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul,**

além de colaborações da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

Desenvolvimento processual de casos envolvendo assédio sexual no IFFar:

Com a consequente criação de um novo Regimento, bem como a composição dos quadros da Copsia, foi possível retomar o andamento de diversos casos até então estagnados no setor. Mediante diálogo com a Gestão do IFFar, foi sugerido e aceito que processos que envolvessem casos de assédio sexual na instituição seriam tratados como prioritários neste primeiro momento.

Dessa forma, após a equipe da Copsia ter concluído as primeiras etapas de sua formação teórica, foram distribuídos 7 novos processos para que, em Comissões de 3 servidores cada, a Unidade Correcional do IFFar iniciasse a sua atuação efetiva dentro de Processos Administrativos Disciplinares.

Os referidos procedimentos estão em fase final de confecção de Relatórios Finais e dentro das próximas semanas devem se desenvolver para análise da Procuradoria Federal do IFFar e a posterior decisão da autoridade máxima da Instituição.

Cabe salientar as centenas de diligências *online* e presenciais realizadas pela equipe do setor, com destaque para o adstrito cumprimento do dever legal e do sigilo absoluto dos assuntos trabalhados pelas Comissões, especialmente com temáticas envolvendo assuntos extremamente delicados e atores sensíveis.

Resoluções administrativas da Corregedoria do IFFar:

Contato, **fortalecimento de relacionamento institucional** e retorno de demandas externas dos mais variados órgãos, **com destaque para Controladoria-Geral da União - CGU, Justiça Federal da 4ª Região/ Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Procuradoria da República no Rio Grande do Sul/Ministério Público Federal – MPF/RS, diversas comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Polícia Federal, Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul**, dentre outros.

Implementação de política documental setorial, padronização de documentos/solicitações e emissão de 56 declarações negativas para servidores do IFFar (que demandaram pedidos de aposentadoria, redistribuição ou cedências a outros órgãos) atendidos com prioridade em menos de 24h em 100% dos casos.

Integração e suporte técnico/jurídico para outros setores que demandaram a cooperação da Presidência da Copsia ao longo da consecução e suas atividades administrativas na Reitoria do IFFar.

Dezenas de reuniões com a Gestão da Instituição visando à organização do setor, aprimoramento de procedimentos e resolução de situações internas e externas de urgência.

Diálogo e suporte ininterrupto aos *campi*, com diversas reuniões semanais visando ao esclarecimento de questões, bem como atuação conjunta no encaminhamento de situações *campus/reitoria*.

Realização de diligências presenciais da Presidência da Copsia nos *campi* com situações de conflito deflagradas, visando à mediação e aos ajustes de situações críticas envolvendo relações entre servidores em geral.

Atuação constante na prevenção de infrações administrativas, através de reuniões com dirigentes, participações no Consup e no Codir, bem como outros movimentos necessários para prevenir potenciais infrações e situações que pudessem escalar para momentos mais gravosos.

A Copsia 2023 em alguns números:

- 159 processos catalogados até o momento (com a expectativa de ao menos mais 22 novas entradas na próxima semana);
- Mais de 3000 documentos produzidos em 7 processos administrativos que tramitaram ao longo do segundo semestre de 2023;
- Mais de 120 oitivas/depoimentos realizados ao longo do segundo semestre de 2023;
- Mais de 2050 *e-mails* recebidos e enviados/respondidos ao longo de 2023;
- 8 novas Comissões de Processos Administrativos em atividade constante durante o ano de 2023.

Considerações Gerais sobre a Copsia

Ressalta-se que a Copsia passa atualmente por processo de estruturação do setor, constatado o cenário incipiente e incompleto quanto a procedimentos, a regulamentos definidos e à equipe de trabalho, composta, ainda, por apenas um servidor. A criação de dezenas de modelos de documentos ao longo de 2023 já representa um ativo ímpar e inédito no setor, facilitando a consecução rotineira de atividades da Unidade Correcional da Instituição.

Os principais desafios no ano de 2022, os quais são ainda presentes em 2023, perpassam primordialmente por um acréscimo substancial nos servidores e colaboradores destinados ao setor, que igualmente carecem de tempo hábil para questões elementares, como formação e qualificação técnica na área, dentre outras demandas básicas.

Ademais, mesmo com todas as dificuldades passadas e presentes, é possível afirmar que finalmente foi aberto um canal de diálogo adequado com a alta gestão do IFFar, bem como com os gestores locais dos *campi* e setores afins na própria Reitoria da instituição. A perspectiva para o próximo ano é certamente qualificar e aumentar os esforços aplicados pela instituição em sua unidade correcional, para que, o mais breve possível, atinja-se um nível adequado de tratamento e resolução das demandas disciplinares que nesta comissão aportam diariamente.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Gestão orçamentária, financeira e de custos

A Lei Orçamentária Anual de 2023 (**LOA/2023**) consignou ao IFFar dotação orçamentária no total de R\$ 374.018.988,00. Esse valor é composto pelos programas indicados no quadro abaixo.

Quadro 9 – Lei orçamentária 2023

Programas	Descrição	Valor
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	323.837.688
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	13.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	55.426
5012	Educação Profissional e Tecnológica	48.953.566
21B3	Ensino, Pesquisa e Extensão	1.159.308

Fonte: SIOP (extraído em 07/02/2024)

Os valores analisados concentram-se no Programa 5012 – Educação Profissional Tecnológica, cuja dotação inicial foi de R\$ 48.953.566,00. Esse valor teve acréscimo orçamentário referente à recomposição de orçamento no valor de R\$ 7.920.611,00 do custeio e totalizou o valor (PLOA 2023) de R\$ 56.874.177,00. Nessas análises, não foram considerados os termos de Execução Descentralizadas TEDs.

O Programa 5012 é composto pelas ações:

20RG - Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 1.919.872,00 exclusivo para investimento.

20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no valor de R\$ 43.163.558,00.

Dentre os valores empenhados na Ação 20RL, somou-se com a Loa 2023 o valor de R\$1.313.429,00 de arrecadação própria referente ao superávit financeiro, na fonte 3050. Também foram empenhados o valor de R\$448.199,00 correspondente ao valor recebido do Governo do Estado do RS, que se refere a Convênio.

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica no valor de R\$ 13.296.901,00. A partir da Dotação recebida no exercício de 2023, pelo IFFar, foram empenhados R\$13.284.662,00, que representam 99,91 % do valor autorizado na LOA 2023.

21B3- Ensino, Pesquisa e Extensão, no valor de R\$ 1.159.308,00, valores aplicados em Pesquisa, Ensino e Extensão do IFFar durante exercício 2023.

O montante inscrito em restos a pagar não processados totalizou R\$ 12.401.149,00, com a maior parcela composta por Custeio R\$ 11.318.346,00, num

percentual de 91,26%, e em Obras e Instalações com percentual de 8,74% bem como aquisições de equipamentos e material permanente que serão entregues em 2024.

No que diz respeito à Execução Financeira, o valor empenhado em 2023 no programa 5012 totalizou R\$59.527.401,00 com a maior parte R\$ 42.316.774,00 - referente à execução de despesas necessárias ao funcionamento do IFFar.

O quadro abaixo apresenta a execução orçamentária e financeira do Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica detalhado por ação, grupo e elemento de despesa.

Quadro 10 – Execução orçamentária e financeira do Programa 5012

AÇÃO	NATUREZA DESPESAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESP. INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS
20RG	449040- AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	150.762	133.990	16.772	133.990
	449051- OBRAS EM ANDAMENTO	665.097	488.653	176.445	341.795
	449052- MATERIAL PERMANENTE	1.104.013	645.679	458.334	642.614
20RL	449052 - MATERIAL PERMANENTE	846.784	415.532	431.252	415.532
	339014-DIARIAS PESSOAL CIVIL	748.722	748.722		748.722
	339020-AUXÍLIO A PESQUISADORES	409.197	409.197		368.755
	339018-BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	1.076.223	1.076.223		1.076.223
	339030 - MATERIAL CONSUMO	3.777.084	2.746.092	1.030.992	2.561.796
	339039 - PESSOA JURÍDICA	18.250.661	12.477.790	5.772.871	11.830.721
	339139 - INTRA SIAFI	113.793	34.787	79.006	34.787
	339147-CONTRIB PREVIDENCIÁRIAS	108.089	103.804	4.285	99.999
	339033- PASSAGENS E TRANSPORTE	641.947	564.831	77.116	564.831
	339033- TRANSPORTE	466.908	427.562	39.346	411.122
	339036-SERV PESSOA FÍSICA	1.034.215	1.034.215		969.423
	339040-SERV.TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PPJ	753.800	620.796	133.004	583.569
	339018-AUXÍLIO. PESSOA FÍSICA	34.953	34.953		34.953
	339037-SERVIÇOS PJ COM MÃO OBRA	14.774.295	12.403.505	2.370.790	12.071.514
	339047-TAXAS E CONTR PREVIDENC	119.988	109.697	10.291	109.697

	339092-SERV PESSOA JURÍDICA EXER ANTERIOR	6.899	6.865	34	6.865
21B3	339014-DIARIAS PESSOAL CIVIL	32.302	32.302		32.302
	339018-BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS	68.583	68.583		61.430
	339020-AUXÍLIO A PESQUISADORES	542.507	542.507		542.507
	339030-MATERIAL CONSUMO	744	744		744
	339033-LOCAÇÃO MEIOS TRANSPORTE	19.355	19.355		19.355
	339036-SERV TEC PROFISSIONAIS	29.260	29.260		29.260
	339039-SERV APOIO ENSINO-PJ	337.016	203.221	133.795	203.221
	339040-LOCACAO SOFTWARE	17.500	17.500		17.500
	339047-CONTR PREVIDENCIÁRIAS E TAXAS	18.898	9.141	9.757	9.141
	339048-AUX PESSOA FÍSICA	89.433	89.433		89.433
	339093-RESTITUIÇÕES	3.710	3.710		3.710
2994	339018-AUXÍLIO FIN ESTUDANTES	2.402.243	2.402.243		2.402.243
	339030-MATERIAL CONSUMO	2.272.828	1.830.746	442.082	1.827.396
	339033 - LOCOMOÇÃO URBANA	13.813	13.813		13.813
	339037-CONTRAT EMPR.COM MAO DE OBRA	4.613.323	3.917.474	695.849	3.818.291
	339039-SERV PESSOA JURÍDICA	3.922.763	3.453.010	469.753	3.448.065
	339040 - COMPUTAÇÃO EM NUVEM	59.375	10.000	49.375	10.000
	339093 - RESTITUIÇÕES	318	318		318

Fonte: SIOP (extraído em 07/02/2024)

Conforme demonstrado a partir dos dados da planilha de execução do Programa 5012 acima, podemos observar que os valores empenhados nos elementos Serviços de Terceiros PJ R\$ 18.250.661,00, Locação de Mão-de-obra R\$ 14.774.295,00, e Material de Consumo R\$ 3.777.084,00 da ação 20RL somados R\$ 36.802.040,00 correspondem a aproximadamente 85,26 % do total de custeio empenhado na ação 20RL. Com isso evidencia-se o expressivo desembolso com contratos de serviços como limpeza e vigilância, necessários ao funcionamento de toda a instituição.

A ação 2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica teve como dotação inicial o valor de R\$ 12.621.554,00. Após recomposição orçamentária de R\$ 948.728,00, a ação ficou com valor de dotação de R\$ 13.570.282,00. Desse valor, foram executados R\$ 13.284.663,00, o que corresponde a 97,90 % dos recursos consignados ao IFFar. Destaca-se o elemento Auxílio Financeiro a Estudantes, que teve o total executado, o que denota a prioridade dada aos recursos destinados diretamente aos estudantes.

No exercício de 2023, a execução orçamentária do IFFar ocorreu de forma descentralizada, parcial, visto que os *campi* possuem relativa autonomia para gestão da dotação a elas consignadas. Com a centralização das contratações na UASG da Reitoria, no exercício de 2023, os processos de Adesões Tardias, principalmente que se refere a orçamento de custeio, foram empenhados pela UASG 158127 e sub-rogados aos *campi* do IFFar.

Os valores recebidos na LOA 2023 concentram-se no Programa 0032 (Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo) e foram de R\$ 323.837.688,00.

Conforme o SIOPE 2023, o Programa 0032 é composto pelas seguintes ações, com os respectivos valores:

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes (R\$ 2.287.819,00);

20TP - Ativos Civis da União (R\$238.343.968,00);

212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes (R\$14.107.252,00);

216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (R\$ 156.794,00);

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (R\$ 264.000,00);

0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União (R\$ 23.218.245,00);

09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (R\$45.459.610,00).

Ao longo do exercício de 2023, o IFFar obteve recomposição orçamentária no montante de R\$ R\$ 7.920.611,00; sendo R\$ 6.971.883,00 do custeio manutenção Unidades, e o valor de R\$ 948.728,00 referente à Assistência Estudantil.

Esses valores impactaram de forma significativa as ações que estavam previstas no Plano de Ação Institucional 2023, principalmente para custear as atividades de

manutenção da Instituição, contribuindo positivamente para que as Unidades efetivassem o fechamento do exercício financeiro de 2023.

Quanto aos repasses financeiros, principalmente no segundo semestre do ano – ocorria um semanalmente. Isso trouxe impactos positivos com os fornecedores, já que após a prestação dos serviços e /ou entrega de mercadorias, tiveram seus pagamentos executados nos prazos previstos estabelecidos nos fluxos organizacionais das Unidades IFFar.

6. GESTÃO DE PESSOAS (DGP)

6.1. Conformidade legal

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) está vinculada ao órgão setorial na área de pessoal no Ministério da Educação (MEC) denominado de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que edita normas e orientações com relação à área de pessoal.

Nesse sentido, a partir da Lei nº 11.892/2008, que propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, a Gestão de Pessoas apresenta-se como estrutura importante na organização do resgate e registro de informações de pessoal, articulando a promoção de capacitação e qualificação dos quadros de pessoal, requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Dessa forma, para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha trabalha com observância da Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e da Lei nº 11.091/2005 que trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda, com relação às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, são utilizadas as Resoluções do Conselho Superior do IFFar, Pareceres do Colegiado de Dirigentes e Instruções Normativas, as quais seguem as Notas Técnicas e Orientações Normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP).

6.1.1. Órgãos de Controle

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU), de forma a corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas - apontamentos, diligências e recomendações - são tramitadas nesta Diretoria visando a apurar indícios motivados pelo TCU que trataram de possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, recebimento indevido de auxílio-transporte, quebra da Dedicação Exclusiva e outros.

No ano de 2023 foram tramitados os apontamentos descritos a seguir:

- Acumulação irregular de cargos = 1;
- Auxílio-alimentação pago em duplicidade = 10;
- Pensão civil sem ato de concessão = 15;
- Servidor/empregado mantido em folha de pagamento como inativo, apesar de o respectivo ato de aposentadoria/reforma ter sido julgado ilegal ou inepto = 4.

Ainda, todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

Atos SISAC/e-pessoal no ano de 2023:

- Admissão: 35;
- Desligamento: 00;
- Aposentadoria: 13.

6.2. Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é composto, em sua maioria, por duas carreiras: docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº 12.772/2012; e Técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091/2005. Também constituem o quadro de servidores do IFFar, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída por meio das lotações de pessoal, nas onze (11) unidades de ensino e uma (01) unidade administrativa conforme quadro a seguir.

Quadro 11 – Quadro de servidores do IFFar

Unidade	Docente	TAE
Reitoria	00	97
Alegrete	100	80
São Vicente do Sul	117	101
Santa Rosa	66	56
Júlio de Castilhos	70	60
Santo Augusto	64	53
Panambi	67	58
São Borja	55	55

Jaguari	37	38
Santo Ângelo	54	44
Uruguaiana	24	15
Frederico Westphalen	62	40
Total	716	697

Fonte: SIAPE

Quanto à jornada de trabalho, a grande maioria dos servidores TAEs estatutários são submetidos à jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, e o perfil predominante dos Docentes é ser estatutário e submetido ao regime de dedicação exclusiva. O quadro a seguir apresenta o perfil da força de trabalho do IFFar:

Quadro 12 – Quadro de servidores e respectiva Jornada de Trabalho

Carreira	Jornada	Nº de servidores
TAE	40h	690
	30h	01
	25h	04
	20h	02
Total		697
Docente	Dedicação Exclusiva	712
	40h	02
	20h	02
Total		716

Fonte: SIAPE/SIG

Em termos de composição, os servidores do gênero feminino são maioria na instituição, representando 52,22 % do quadro funcional.

Quadro 13 – Quadro de servidores por gênero no Instituto Federal Farroupilha

Sexo	Docente	TAE
Masculino	343	332
Feminino	373	365

Fonte: SIG

O índice de titulação dos servidores demonstra o nível de qualificação dos servidores do IFFar.

Quadro 14 – Nível de qualificação dos servidores do Instituto Federal Farroupilha

Titulação	Docente	TAE
Doutorado	384	48
Mestrado	319	248
Especialização	21	264
Aperfeiçoamento	2	4
Graduação	0	81
Ensino médio	0	28
Ensino fundamental	0	4
Ensino fundamental incompleto	0	5

Fonte: SIG/EXCEL

6.2.1. Quantidade de cargos gerenciais ocupados

O quadro a seguir mostra o número de cargos de Direção e de Funções Gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-03 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União, e os demais Cargos em Comissão/gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFFar .

Quadro 15 – Quantitativo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas no IFFar

Cargos de Direção		Função Gratificada	
CD 01	01	FG 01	75
CD 02	15	FG 02	92
CD 03	20	FG 03	08
CD 04	41	FG 04	10
		FG 05	20
		FUC	120

Fonte: SIORG

6.2.2. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e alocação de pessoal no IFFar é realizado através de concurso público e processos seletivos simplificados.

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Complementa o art. 10 da Lei nº 8.112/1990 que:

A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Ainda, o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG. Em decorrência do Decreto nº 7.312/2010 e Decreto nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais temporários regidos pela Lei nº 8.745/93, referente a professores substitutos, são normatizados pela própria Lei e pela Instrução Normativa nº 28/2021 do Gabinete da Reitora do IFFar.

Quanto aos provimentos das vagas previstas em concurso, estes devem estar planejados pela Instituição, de acordo com Portaria Interministerial nº 109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação – MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme alíneas b e c, inciso I do art. 2º:

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:

I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:

b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e

c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de

classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018 e com Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas Unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação trazendo os quantitativos de Técnico-administrativos em Educação e de Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de docentes na Reitoria. A partir da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016 (primeiro modelo de dimensionamento), o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

A mobilidade interna dos servidores da Instituição é feita, desde 2013, por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido, visando a selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei nº 8.112/1990. E, desde agosto/2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Ainda, ocorreram remoções em virtude de motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como remoção para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto na Lei nº 8.112/90.

6.3. Detalhamento da despesa de pessoal

A despesa de pessoal no IFFar apresenta anualmente acréscimo devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras Docente e TAE. Em quantitativos globais, o total de servidores passou de 1.408, no ano de 2022, para 1.413 no ano de 2023, produzindo o resultado, conforme mostra a tabela seguinte.

Os valores do exercício 2023 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão tiveram aumento devido ao recebimento de judiciais, progressões dos servidores nas carreiras e reposição salarial. Houve ampliação significativa no pagamento de exercícios anteriores com relação ao ano de 2022.

Salienta-se que o pagamento de exercícios anteriores ocorre através de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, desta forma, considera-se normal a oscilação nos valores.

Figura 6 – Custos de Pessoal no Exercício 2023 e nos dois anos anteriores no IFFar

QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO 2023 E NOS DOIS ANTERIORES											
Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2023	R\$ 101.233.645,48	R\$ 0,00	R\$ 55.831.020,25	R\$ 8.371.843,69	R\$ 12.716.747,72	R\$ 18.788.807,76	R\$ 0,00	R\$ 952.568,51	R\$ 64.753,67	R\$ 197.959.387,08
	2022	R\$ 93.784.199,02	R\$ 0,00	R\$ 50.264.979,36	R\$ 7.682.845,38	R\$ 10.083.312,44	R\$ 16.900.460,94	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 178.974.696,80
	2021	R\$ 92.417.587,18	R\$ 0,00	R\$ 49.515.448,07	R\$ 8.216.755,15	R\$ 9.853.990,16	R\$ 15.957.984,00	R\$ 48.385,50	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 176.973.658,83
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2023	R\$ 6.748.708,02	R\$ 0,00	R\$ 765.600,74	R\$ 81.768,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.596.077,36
	2022	R\$ 5.416.599,52	R\$ 0,00	R\$ 608.056,56	R\$ 30.624,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.055.280,67
	2021	R\$ 4.000.684,89	R\$ 0,00	R\$ 405.285,94	R\$ 59.725,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.465.696,11
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2023	R\$ 581.548,99	R\$ 0,00	R\$ 99.374,34	R\$ 17.391,30	R\$ 36.074,08	R\$ 14.499,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 748.887,79
	2022	R\$ 429.926,50	R\$ 0,00	R\$ 31.878,56	R\$ 18.423,49	R\$ 17.404,00	R\$ 10.606,91	R\$ 0,00	R\$ 1.027,87	R\$ 0,00	R\$ 509.267,33
	2021	R\$ 318.854,72	R\$ 0,00	R\$ 40.409,87	R\$ 19.059,41	R\$ 10.076,00	R\$ 12.098,20	R\$ 0,00	R\$ 2.446,49	R\$ 0,00	R\$ 402.944,69
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2023	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.750.874,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 952.568,51	R\$ 64.753,67	R\$ 5.768.196,87
	2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.404.163,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 4.663.062,82
	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.500.552,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 5.464.061,14
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2023	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 756.313,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 952.568,51	R\$ 64.753,67	R\$ 1.773.636,06
	2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 674.661,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.495,54	R\$ 66.404,12	R\$ 933.561,54
	2021	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 667.641,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 893.224,33	R\$ 70.284,44	R\$ 1.631.150,22

Fonte: SIGGP

6.4. Estratégias de gestão de pessoas

6.4.1. Estrutura das Carreiras, Avaliação de desempenho e remuneração

A carreira Técnico-administrativa em Educação (TAE) está fundamentada pela Lei nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui, ainda, quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada 18 meses, quando realizada a Progressão por Mérito Profissional, existindo ainda a progressão por capacitação, o que ocorre também a cada 18 meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) e Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente, ocorre a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios Institucionais.

Além disso, de acordo com o art. 18, da Lei nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução Consup nº 62, de 05 de novembro de 2014 (que está sendo atualizada).

Assim, todos os anos é recorrente que algumas concessões de RSC sejam revogadas ante o encaminhamento da Retribuição por Titulação, haja vista a política institucional de qualificação profissional.

6.4.2. Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar estabeleceu, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), o qual se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio-Mensalidade e Auxílio-Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós-graduação *strictu sensu*. No ano 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós-graduação *lato sensu*, em Instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias.

Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP são fracionados de forma igualitária entre as três modalidades existentes, em caráter de ressarcimento, sendo as modalidades caracterizadas como:

- Bolsa de Estudo (PIIQP-BE): Destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, em cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais;
- Auxílio Mensalidade (PIIQP-AM): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais e privadas;

- Auxílio Deslocamento (PIIQP-AD): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais localizadas em municípios diferentes ao de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas estão os recursos destinados ao PIIQP e PIIQPE que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre através de edital semestral em que o servidor deverá atender às exigências da Resolução *Ad Referendum* Consup nº 011/2020.

No ano de 2023, foi utilizado um total de R\$ 263.256,44 em recurso para o PIIQP, restando um saldo de R\$ 24.580,20 considerando as regras institucionais para concessão do programa.

Quadro 16 – Programa de Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional – PIIQP - 2023

Primeiro Semestre de 2023		Segundo Semestre de 2023	
Modalidade	Número de servidores contemplados	Modalidade	Número de servidores contemplados
PIIQP-BE	61	PIIQP-BE	55
PIIQP-AM	13	PIIQP-AM	12
PIIQP-AD	35	PIIQP-AD	30
Total de 206 servidores contemplados em 2023			

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ano-base 2023.

O Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) é formalizado pela Resolução *Ad Referendum* Consup nº 011/2020. Ele possui caráter e proposição institucional e tem o objetivo de atender a qualificação, em nível de Pós-graduação *strictu sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no exterior e no país.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, especializações em Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, conveniado com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PIIQPPE está em andamento através do Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de Computação, convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Pelotas, que possui 21 servidores cursando desde março de 2020. A terceira oferta do PIIQPPE também está em andamento através do Mestrado Interinstitucional (Minter) na área de Gestão das Organizações Públicas, convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Santa Maria e possui 10 servidores cursando desde setembro de 2023.

Com relação à qualificação profissional, o IFFar atende o art. 96-A da Lei nº 8.112/90, que trata da possibilidade de afastamento integral para realização de curso de

Pós-graduação *stritu sensu*. Desde 2011, o IFFar possibilita que os servidores se afastem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação.

Nesse sentido, ante a publicação do Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foi realizada atualização da normativa institucional em setembro/2020, através da Resolução Consup nº 057/2020, a qual normatiza os afastamentos para ações de desenvolvimento, entre elas o afastamento integral, o qual prevê realização de seleção, através de edital semestral, no percentual de 10% de total de servidores, por categoria (docentes e técnico-administrativos), os quais concorrem entre si.

No ano de 2023, foram publicados dois editais de seleção para afastamento integral, disponibilizando 33 vagas para docentes e 47 vagas para técnico-administrativos do IFFar.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores por meio de capacitação e formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida dos servidores e projetos culturais, o Programa Institucional de Desenvolvimento (PIDes) foi criado em 2014 e atualmente é disciplinado pela Resolução *Ad Referendum* nº 12/2020, efetivando-se por meio de cadastro em fluxo contínuo dos projetos e ações.

O PIDes prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução Consup nº 077/2019, concedido através de edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio de cada Unidade do IFFar. No ano de 2023, o valor correspondente a 1% do custeio de cada Unidade e somou o total de R\$ 144.318,16.

6.4.3. Levantamento de necessidades de desenvolvimento

Em agosto/2019, a partir da edição do Decreto nº 9.991/2019, que revogou o Decreto nº 5.707/2006 e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, as capacitações e qualificações dos servidores devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFFar (PDP), o qual foi cadastrado na plataforma conforme o prazo estabelecido.

Salienta-se que todo ano o PDP do IFFar é planejado e cadastrado, ação realizada a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias, bem como da indicação de ações de capacitação na busca do atendimento aos objetivos institucionais, partindo das metas estabelecidas no PDI 2019-2026.

Por fim, importante destacar que no ano de 2023 através do levantamento de necessidades de desenvolvimento realizado com os servidores (individualmente) e gestores, houve o cadastro de 1.207 ações, distribuídas entre afastamento integral, licença capacitação, cursos e eventos nas diferentes áreas de atuação, sendo que o acompanhamento pode ser realizado através da *home page* do IFFar, no Menu PDP.

6.4.4. Programa de Gestão - consolidação e ampliação

Em atendimento à demanda recebida do quadro de servidores, no mês de julho de 2022, foi dado início ao projeto piloto do Programa de Gestão no âmbito do IFFar. A partir da publicação da Portaria nº 695/2022, do Edital nº 228/2022 e da Instrução Normativa nº 10/2022 do Gabinete da Reitora, originada após ampla discussão do Grupo de Trabalho designado para a tarefa. Inicialmente, o funcionamento do projeto foi autorizado para os setores que se enquadraram nos pré-requisitos definidos.

Programa de Gestão e Desempenho - PGD é o nome dado ao modelo de trabalho instituído pela Administração Pública Federal, por meio da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020 (IN 65/2020). As bases de funcionamento do PGD são:

- substituição do controle de frequência dos agentes públicos (o famoso “bater ponto”) por uma gestão de pessoas baseada em resultados; e
- inovação nos arranjos de trabalho, tanto em relação aos locais (presencial, teletrabalho e híbrido), quanto aos horários de execução (síncrono e assíncrono).

No mês de setembro de 2023, o Programa de Gestão foi ampliado, passando também a abranger a categoria Docente, cujos servidores interessados poderiam ingressar no programa, somente na modalidade presencial. Até então, apenas os servidores Técnico-administrativos em Educação poderiam ingressar. O edital publicado em dezembro de 2023 (com vigência a partir de janeiro de 2024) também trouxe inovações no que diz respeito à categoria TAE, inserindo a modalidade presencial (até então, somente eram permitidas as modalidades teletrabalho integral e parcial) e permitindo a retirada de equipamentos mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Apesar de sinônimos, os termos “teletrabalho” e “trabalho remoto”, usualmente, têm sido diferenciados pela Administração Pública Federal, conforme as circunstâncias e o fundamento legal. O trabalho remoto extraordinário, originado por força da pandemia, teve como principal característica a realização das atividades fora das dependências físicas do órgão. Já o teletrabalho, modalidade de trabalho prevista no PGD, instituído pela IN nº 65/2020, e posteriormente pelo Decreto nº 11.072/2022, tem como foco o controle dos resultados alcançados pelos agentes públicos, independentemente do local de trabalho, além de ter a obrigatoriedade da utilização de sistema informatizado.

Até 31/12/2023, 198 servidores TAEs haviam aderido ao PGD (28,40 %). 2318 planos de trabalho foram avaliados no período com uma nota média geral de 9,70. Com relação aos docentes, foram abertos 130 processos administrativos de adesão ao programa, equivalente a 18,15% do quadro.

6.4.5. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar

O Núcleo Saúde e Segurança do Trabalho sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) do Instituto Federal

Farroupilha. Essa unidade tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo Federal. Durante o período, foram realizadas importantes ações objetivando a saúde do servidor. Essas informações serão expostas no presente relatório. Para facilitar a compreensão, algumas definições serão fornecidas a seguir:

Equipe multiprofissional: composta por um conjunto de servidores com formação em diversas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento de ações de saúde, segurança do trabalho e atividades administrativas, podendo contribuir para a avaliação pericial com pareceres técnicos específicos de sua área de atuação a fim de qualificar a intervenção.

Avaliação Social: realizada pela assistente social integrante da equipe multidisciplinar do SIASS, externaliza uma sugestão técnica para a melhor solução da situação pericial apresentada, fazendo uso de técnicas e instrumentos pertinentes ao exercício da profissão, necessários para a análise, interpretação da situação em questão e elaboração do parecer que subsidiará a decisão pericial.

Perícia oficial em saúde: ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.

Junta oficial em saúde: perícia oficial em saúde realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas.

Licença por motivo de saúde: direito de o servidor ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente. São espécies das referidas licenças: a licença para tratamento da própria saúde, conforme disposto nos artigos 202, 203 e 204 da Lei nº 8.112/1990; licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme disposto nos artigos 83 e 204 da Lei nº 8.112/1990; a licença à gestante, conforme disposto no art. 207 da Lei nº 8.112/1990; e a licença por acidente em serviço, conforme disposto nos artigos 211 e 212 da Lei nº 8.112/1990.

Registro de atestados: inclusão virtual de licenças dispensadas de perícia no SIASS por um servidor técnico-administrativo das Unidades de Saúde do IFFar com acesso administrativo no sistema, tendo por base atestados emitidos por profissional médico ou odontólogo assistente externo.

6.4.5.1 Ações em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida:

O Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho do IFFar, durante o ano de 2023, foi atuante com o Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos Institutos Federais, UNIFICA, formado por membros dos institutos e instituições federais de ensino partícipes do GT Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Fórum de Gestão de Pessoas da Rede

Federal – Forgep. A partir da atuação do UNIFICA, foram promovidas lives sobre temáticas importantes referentes aos assuntos a seguir:

1. Janeiro Branco (janeiro);
2. Divisão Sexual do Trabalho (março);
3. Saúde Financeira e Mental - qual o impacto na sua vida? (julho);
4. Desafios da inclusão da pessoa com deficiência (agosto).

Ainda, foram ações da pasta durante o ano de 2023:

- Divulgação de ações de vacinação;
- Ações de promoção da saúde por meio do envio de cards via e-mail, relacionado a campanhas nacionais de prevenção e cuidado;
- Campanhas de doação de sangue;
- Informativo Momento Saúde IFFar;
- Ações de prevenção contínuas: Acompanhamento e monitorização de sinais vitais (PA/SpO2/FC) presencial dos servidores da Reitoria; realização de testes rápidos: Covid-19, HIV, Sífilis, Hepatites B e C, HGT - hemoglicoteste;
- Elaboração de Curso de Primeiros Socorros para Profissionais da Educação, via Moodle. Extensivo à toda comunidade acadêmica do IFFar e externos.

6.4.5.2. Atividades em Perícia Oficial em Saúde

As atividades de perícia oficial em saúde estão resumidas abaixo:

Quadro 17 – Atestados Registrados

Unidade SIASS IFFar - Sede	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família		Total
	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	
	254	3,48	120	2,8	374

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade SIASS IFFar, 2023.

Quadro 18 – Perícias

Tipo Perícia	Singular	Junta por Videoconferência	Total Geral
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	290	62	352
LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA	53	0	53
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - RGPS (ATÉ 15 DIAS)	47	0	47

AVALIAÇÃO PARA CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE	16	0	16
AVALIAÇÃO PARA FINS DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A APOSENTADORIA	0	7	7
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE HORÁRIO ESPECIAL PARA SERVIDOR COM FAMILIAR/DEPENDENTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0	7	7
LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO OU MOLÉSTIA PROFISSIONAL	5	0	5
AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE HORÁRIO ESPECIAL PARA SERVIDOR PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	0	3	3
AVALIAÇÃO DE IDADE MENTAL PARA FINS DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	0	1	1
AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO PARA FINS DE APOSENTADORIA	0	1	1
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA FINS DE READAPTAÇÃO - EC nº 103/2019	0	5	5
REMOÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA DO PRÓPRIO SERVIDOR	0	7	7

REMOÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA DO CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU DEPENDENTE QUE VIVA ÀS EXPENSAS DO SERVIDOR	0	2	2
REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO PARA FINS DE REVERSÃO	0	1	1
AVALIAÇÃO DE CANDIDATO PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	13	0	13
AVALIAÇÃO DA DEFICIÊNCIA PARA FINS DE APOSENTADORIA/ABONO PERMANÊNCIA	1	0	1
Total	425	96	521

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade SIASS IFFar, 2023.

III. AVALIAÇÕES SOCIAIS REALIZADAS EM 2023: 11.

6.4.6. Segurança no Trabalho

A área de Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que têm por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Ao longo do ano de 2023, diversas ações foram realizadas, destacando-se:

a) Elaboração de laudos de avaliação para concessão de adicionais ocupacionais

Foi realizada a análise das condições de exposição dos servidores a agentes insalubres e/ou perigosos, com a finalidade de caracterizar e enquadrar as atividades e os servidores quanto à concessão de adicionais ocupacionais. Também se sugeriu medidas de controle e equipamentos de proteção individual e coletiva recomendados para uso no setor. Em 2023 foram feitos 61 laudos de concessão de adicionais ocupacionais.

b) Elaboração de Mapas de Risco

Os mapas de risco são uma representação gráfica de um conjunto de fatores presentes nos locais de trabalho, capazes de acarretar prejuízos à saúde dos trabalhadores, acidentes e doenças de trabalho. No decorrer de 2023, houve muitas demandas ao NSST relativas à elaboração de mapas de risco devido à avaliação de reconhecimento de cursos dos *campi*.

c) Participação e elaboração do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC:

Foi feita a consolidação das demandas de serviços e de materiais identificadas pelos demandantes – materiais que o IFFar pretende comprar no ano subsequente. Ressalta-se que a Segurança do Trabalho é responsável pelas Naturezas de Demanda (ND) referente aos materiais de proteção e segurança, Equipamentos de proteção e socorro, Aparelhos de medição e orientação da Reitoria.

d) Participação na Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios (CPPCI) do IFFar:

A equipe da segurança do trabalho no IFFar é composta por uma engenheira de segurança do trabalho e uma técnica em segurança do trabalho. As servidoras são membros natos da CPPCI, a qual desempenha ações que colaborem na elaboração, execução e manutenção dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) nos *campi* e na Reitoria do IFFar; amplie a proteção e a segurança contra incêndios em todos os espaços do IFFar, alertando a gestão sobre atualizações da legislação e melhores práticas para assegurar a proteção de todos; e crie uma consciência acerca da prevenção e proteção contra incêndios em toda a comunidade acadêmica. Ainda, a equipe da segurança do trabalho do IFFar faz parte da Brigada de Incêndio da Reitoria.

e) Emissão de pareceres e orientações por e-mail acerca dos pagamentos de adicionais ocupacionais

No decorrer de 2023, a segurança do trabalho auxiliou e orientou as Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos *campi* através de e-mails, pareceres e informativos, a respeito de assuntos relacionados à segurança do trabalho, a exemplo de adicionais ocupacionais.

f) Elaboração de subsídios judiciais:

Foram elaborados relatórios e enviadas cópias de documentos relativos ao servidor autor do processo para auxiliar a defesa da instituição.

g) Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP):

O PPP é um documento histórico-laboral apresentado em formulário, contendo informações detalhadas sobre as atividades do trabalhador, exposição a agentes nocivos à saúde e outras informações de caráter administrativo. Para o preenchimento do PPP, é necessário fazer um levantamento de dados nos laudos, fichas funcionais, portarias, sistemas eletrônicos, tais como SIG e SIAPE. No decorrer do ano de 2023, foram preenchidos e encaminhados 5 Perfis Profissiográficos Previdenciários.

h) Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP

No ano de 2022, foi iniciada a construção da minuta do regulamento para a constituição das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP's. A minuta foi submetida à análise do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior e, em dezembro, foi publicada a Resolução Consup/IFFar nº 125/2022, de 27 de dezembro de 2022, a qual aprova o Regimento Interno das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar). Em 2023, houve a consolidação da Política, bem como a definição de diretrizes de atuação e capacitação dos servidores envolvidos.

Além das ações mencionadas anteriormente, em 2023, a segurança do trabalho prestou suporte à Diretoria de Gestão de Pessoas no que se refere a respostas a memorandos e demandas judiciais. Também participou de reuniões cujos temas eram relacionados à adicionais ocupacionais ou outros assuntos referentes à segurança do trabalho.

6.4.7. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE)

O Comitê Assessor de Gestão de Pessoas é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva. O CAGEPE tem por finalidade colaborar para a inovação e o aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, bem como promover o desenvolvimento institucional ético e responsável. Também zela pela correta execução das políticas de Gestão de Pessoas do IFFar, dialogando com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com a Diretoria de Gestão de Pessoas e sua equipe e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos *campi*.

Enquanto boa prática da gestão, o CAGEPE realiza uma reunião semanal, denominada “Café Virtual”, a fim de promover a gestão democrática e dialogada com todas as Unidades. Trata-se de um momento informativo, propositivo e de aprimoramento dos conhecimentos. O café virtual é construído a partir de temáticas que envolvem assuntos da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Coordenação de Administração e Pagamento, do Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e das Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos onze *campi*.

6.5. Desafios e perspectivas

Em consonância com o PDI 2019-2026, a área de pessoal possui desafios e ações a implementar.

Desafios:

- ▶ Intensificar a articulação com as Unidades do IFFar para a proposição de ações e projetos envolvendo a Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, com o objetivo de oportunizar o protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e de satisfação com o ambiente de trabalho;
- ▶ Mapear os processos de gestão de pessoas que ainda não possuem fluxo desenhado;
- ▶ Aprimorar o Programa de Gestão, de forma que seu funcionamento atinja de forma plena seus objetivos no que tange à melhoria da qualidade de vida dos servidores envolvidos, contudo sem permitir que haja redução na capacidade de atendimento no IFFar nem prejuízo ao andamento dos trabalhos.

Ações futuras:

- ▶ Criação de um Programa de Preparação para Aposentadoria;
- ▶ Criação de um Programa de Preparação para Gestores;
- ▶ Finalização do Manual do Servidor e mapeamento dos processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a governança da área e o compartilhamento dos conhecimentos relacionados.

7. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1. Conformidade legal

O IFFar conta com uma equipe de servidores efetivos que trabalham nas modalidades presencial e teletrabalho nas Licitações. Além disso, há colaboradores terceirizados que atuam para auxiliar e subsidiar as Licitações Institucionais. Apesar de as Licitações funcionarem de forma centralizada na UG 158127 – Reitoria do IFFar, todos os setores de licitações dos *campi* da instituição atuam e colaboram na realização desse trabalho.

Os processos Licitatórios são executados em conformidade com os ditames legais existentes, em especial a Lei Geral de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/02 do pregão, Lei nº 12.462/11, do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), Lei nº 11.947/09, do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Decreto nº 7.892/13 (Regulamento do Registro de Preços) e o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica. O IFFar também segue as instruções normativas importantes do Ministério da Economia, em especial, a IN nº 01/2019 e o Decreto nº 10.947/2022, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, IN nº 03/2018 do Sicaf

(Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), IN nº 73/2020 de Pesquisa de Preços e IN nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como segue a nova lei de licitação Lei nº 14.133/2021 e suas Instruções Normativas e Decretos.

Nessa esteira, foram criadas ferramentas para auxiliar os setores requisitantes em todas as fases processuais de uma licitação. Com o advento dos modelos de editais e seus anexos elaborados pela Advocacia-Geral da União (AGU), e de observância obrigatória, a Proad elaborou o Instrumento de Procedimentos de Contratações, que seguem os moldes dos Instrumentos de Padronização dos procedimentos da AGU. Ademais, foram criados os modelos de Documento de Formalização de Demandas (DFD), o mapa de riscos para contratação e os termos de referência em suas diversas possibilidades de aquisição e contratação e estão todos disponíveis.

A gestão das licitações e dos contratos segue rigorosamente os requisitos constitucionais e legais, e mantém constante observância às atualizações dos documentos e às instruções provenientes dos órgãos de controle e de assessoramento para a devida instrução e embasamento dos procedimentos licitatórios. Ademais, há a submissão dos autos à análise jurídica minuciosa por parte da Procuradoria Federal (Advocacia-Geral da União) no IFFar.

7.2. Principais tipos de serviço ou bens

As compras e as contratações no IFFar ocorrem por meio da centralização na UASG 158127 – Reitoria. Elas são feitas de forma dinâmica e contam com a participação de todos os *campi* da Instituição. A metodologia utilizada está centrada em Equipes específicas, as quais são responsáveis pela elaboração, pela execução do planejamento e pelos editais (Equipe de Planejamento) e pregões (Equipe de Pregoeiros). No mês de dezembro do ano anterior, foi elaborado o cronograma das licitações institucionais para o ano subsequente, com emissão de portaria de acordo com o planejamento Institucional lançado no PCA.

7.2.1. Processos

Quadro 19 – Processos de Contratações em 2023 por modalidade

Modalidade	Quantidade	Homologados
Pregão Lei nº 8.666/1993	65	43
Pregão Lei nº 14.133/2021	05	04
Rdc	0	0
Dispensas de Licitação – Lei nº 8.666/1993	30	30
Dispensas de Licitação – Lei nº 14.133/2021	14	14
Inexigibilidades	29	29
Adesões de atas externas	22	22

Participação IRP de outros órgãos	05	05
Concorrência	04	04
Tomada de preço	06	06
Chamada Pública	11	11

Fonte: DCLC/Coordenações

Quadro 20 – Processos homologados até dezembro de 2023

Cronograma 2022/2023	Quantidade	Percentual
Homologados	48	60%
Equipe de planejamento/Projur	04	6%
Equipe de pregoeiros	08	14%
Total	60	100%

Fonte: DCLC/Coordenações

7.2.2. Pregões eletrônicos com base na Lei nº 8.666, de 1993.

* Cronograma de licitações segundo semestre 2022 - Início do processo em agosto/2022 e finalização em 2023 = 17 processos.

Cronograma de licitações primeiro semestre 2023 – Início do processo janeiro 2023 – finalização em dezembro/2023 –38 processos.

Total de processos de 2022 =55

7.2.3. Pregões eletrônicos com base na Lei nº 14.133, de 2021

- 05 iniciados e 04 homologados;

7.2.4. Capacitações contratadas na modalidade *in company* em 2023

Quadro 21 – Capacitações realizadas em 2023 (contratação *in company*)

UASG Origem	Objeto	Modalidade de Compra	Nº da Compra	Nº de pessoas participantes
158127	Inscrição no curso sobre EFD- REINF e sua INTEGRAÇÃO com a DCTFWEB Regulamentado pelas IN'S RFB no 2.043/21 (REINF) e no 2.005/21 (DCTFWEB)- Leiaute Versão 1.5.1, atendendo a Portaria SEGES/ME no 13.623/2019.	Inexigibilidade de Licitação	00007/2023	24
158127	Inscrição no CURSO ONLINE: Desvendando o eSocial para Órgãos	Inexigibilidade de Licitação	00008/2023	4

	Públicos			
158127 (Sub-rogada para 158269)	Contratação de Curso: Nova Lei de Licitação e Contratos, Gestão e Fiscalização de Contratos com base	Inexigibilidade de Licitação	00013/2023	5
158127 (Sub-rogada para 158269)	Contratação de Curso: Curso: CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS NAS PRORROGAÇÕES DE CONTRATOS DE SER	Inexigibilidade de Licitação	00015/2023	3
158127	Inexigibilidade de Licitação para Contratação de empresa especializada para treinamento e capacitação In-Company, on line, Curso de Gestão patrimonial, com base na Nova Lei de Licitações	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00016/2023	1
158127	Inscrição no WORKSHOP ONLINE E AO VIVO DE PREGÃO ELETRÔNICO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2022 E PRÁTICAS NO SISTEMA COMPRAS.GOV	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00017/2023	6
158127	Inscrição no 56º Foinatec - promovido pela Associação Nacional dos Integrantes das Unidades de Auditoria Interna Governamental.	Inexigibilidade de Licitação	00018/2023	2
158127	Contratação de empresa especializada para capacitação: Novo Curso SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - para servidores DAOF/Reitoria.	Inexigibilidade de Licitação	00019/2023	2
158127	Inscrição no Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno - promovido pela União nacional de Auditores do Ministério de Educação	Inexigibilidade de Licitação	00023/2023	2
158127	O objeto da presente contratação do Curso Revit Arquitetônico, COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00024/2023	1

158127 (Sub-rogada para 158266)	Contratação de pessoa jurídica especializada para treinamento e capacitação dos bibliotecários do Instituto Federal Farroupilha na plataforma Pergamum.	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00026/2023	1
158127	Contratação de empresa especializada para Capacitação de servidores em retenções tributárias, COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00028/2023	30
158127 (Sub-rogada para 158505)	Contratação de empresa especializada para Curso SINAPI AVANÇADO - Curso Completo de Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas atualizado pela nova lei de licitações.	Inexigibilidade de Licitação	00029/2023	2
158127	Inexigibilidade de licitação para Contratação de empresa especializada para Capacitação de servidores em SIAPECAD - DGP IFFar, COM BASE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	Inexigibilidade de Licitação (Outras Hipóteses)	00031/2023	15
158127	Curso online com a temática Curso Prático de escrituração da EFD REINF e- SOCIAL E TRANSMISSÃO DA DC	Inexigibilidade de Licitação	00035/2023	15

Fonte: DCLC

7.2.5. Contratos

Em 2023, optou-se pela contratação de cursos *In Company*, na forma on-line, beneficiando maior número de servidores dos setores de licitações e contratos do IFFar. Além disso, também se verifica que o número de capacitações realizadas foi reduzido.

Quadro 22 – Contratos executados e acompanhados

Quantidade/ ano	2022	2023
Total de Contratos vigentes em 2023 sem dedicação exclusiva de Mão de Obra	380	405
Total de Contratos vigentes em 2023 com dedicação exclusiva de Mão de Obra	105	111

Total de Fiscais	353	335
Total de Terceirizados	366	381

Fonte: DCLC/Coordenações

7.3. Contratações diretas

No IFFar, de modo geral, segue-se a política das contratações primando sempre pelo processo licitatório (pregão eletrônico). Porém, em alguns casos específicos e devido às especificidades do objeto ou urgência, é mais célere e vantajoso para a Administração optar pela contratação direta.

7.3.1. Justificativas para realização

a) Dispensas de Licitação

No exercício de 2023, o IFFar efetivou 30 processos de contratações através de dispensas de licitações e 14 processos através de dispensas eletrônicas, amparadas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. Essas contratações foram realizadas para manter o funcionamento de maneira adequada e viável nas 11 unidades físicas da Instituição. Na maioria das contratações, o valor manteve-se baixo, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

b) Chamadas Públicas

As chamadas públicas encontram amparo na Lei nº 11.947/2009, a qual versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em seu inciso III, prevê a inclusão dos alunos matriculados na rede pública de educação que cursam a escola básica, sendo assim, a chamada pública realizada pelo IFFar atendeu suas 11 unidades.

c) Inexigibilidades

A Administração tem a prerrogativa de realizar processos de Inexigibilidade, conforme o previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/1993, quando houver impossibilidade de competição. No exercício de 2023, o IFFar realizou 29 contratações que se enquadram nessa situação, destacando-se: serviços de energia elétrica, fornecimento de água e Correios.

7.4. Desafios e perspectivas

A recente centralização das compras e contratações em uma única UASG, instituída pela Portaria-SEGES nº 13.623/2019, e implementada na instituição no

exercício de 2021, impactou o andamento dos processos. Embora se perceba a melhoria nos dados de 2021, 2022 e 2023, dificultou a celeridade na finalização dos processos.

Os principais desafios que envolvem a gestão de licitações e contratos continuam relacionados ao reduzido número de pessoal para atuar nas áreas ligadas às compras institucionais, a entrada e saída de servidores (*turnover*), bem como as prementes alterações nas legislações voltadas às Licitações e Contratações.

Outro desafio para a gestão será o de aprimorar as pesquisas de preços, necessárias em todos os processos de aquisições. Identificou-se que muitos requerentes não estão dando a devida importância a essa atividade que, se malconduzida, pode gerar itens desertos em pregões. Além disso, para a nova lei de licitações, essa atividade recebeu grande atenção, exigindo uma análise crítica sobre todas as pesquisas realizadas, o que irá demandar nova capacitação em 2023.

Quanto às ações futuras, destaca-se a importância da continuidade e o aprimoramento das equipes que trabalham na área de licitações: Coordenadores de Licitações e Contratos, integrantes das Equipes de Planejamento, Pregoeiros, Gestores de Contratos. Ainda que todos os servidores tenham passado por capacitações sobre a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), deve-se manter ou ampliar as capacitações específicas, voltadas para o planejamento das contratações, elaboração de editais, execução de SRP/Pregões ou aquelas relacionadas à gestão e à fiscalização de contratos administrativos. Também é importante desenvolver uma cultura de inovação dentro da área de licitações, estimulando os Líderes das Equipes de Planejamento a buscarem novas soluções para os processos.

Ressalta-se que para 2024, o calendário de contratações será com base no plano anual de contratações de 2025. Nesse sentido, a padronização do processo de contratações do IFFar ainda está sofrendo ajustes para se adequar da melhor forma à centralização do PGC e às orientações da Projur. Quanto a isso, já foi realizada reunião com os líderes das licitações e está prevista a realização de novas reuniões com os demais colegas em 2024.

8. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

8.1. Base legal

A base legal que disciplina a gestão patrimonial na Administração Pública do IFFar e suas unidades é listada a seguir:

- Art. 37 da Constituição Federal;
- Lei nº 8.112/1990;
- Lei nº 12.305/2010;
- Decreto nº 9.373/2018;
- Instrução Normativa nº 205/2019;
- Lei nº 8.429/92; e demais instrumentos.

Algumas obras iniciaram em exercícios anteriores e foram concluídas em 2023. Outras iniciaram em 2023 e serão continuadas em 2024. O quadro seguir mostra algumas intervenções realizadas.

8.2. Fontes de investimento de capital

O orçamento destinado a obras e reformas na Instituição é oriundo de aportes orçamentários, principalmente de Termos de Execução Descentralizadas TEDs, celebrados entre o IFFar e o MEC/SETEC. Ademais, valores menos expressivos foram advindos da Matriz Orçamentária Institucional (reversões orçamentárias de custeio para capital), para atender reformas emergenciais nas unidades e também uma parte de aporte de emendas parlamentares.

Quadro 18 – Intervenções, consolidação e modernização da infraestrutura física.

Campus	Obra em andamento	Obra Concluída em 2023	Valor total da obra	Valor executado em 2023
ALEGRETE	Parada de ônibus		267.909,86	206.465,02
		Biblioteca	3.002.877,57	1.130.787,57
	Reforma da Agroindústria		115.000,00	0
JAGUARI	PPCI	-	432.712,46	0
JÚLIO DE CASTILHOS	PPCI	-	1.350.753,40	1.310.490,80
PANAMBI	-	PPCI	336.598,77	25.928,92
SANTO ÂNGELO	Centro de Convivência	-	3.153.677,45	1.407.389,83
SANTO AUGUSTO	Terminal Rodoviário	PPCI	788.714,24	50.268,79
			450.000,00	0

Fonte: Proad e DADs dos *campi* (SIMEC/SIAFI/SIOP)

8.2.1. Novas Intervenções

A gestão possui, além das obras concluídas ou em andamento, o planejamento de novas intervenções para melhor estruturar o espaço utilizado pela Comunidade, como se verifica nos quadros a seguir.

Quadro 23 – Projetos para consolidação e modernização da infraestrutura física

Campus	Projetos Elaborados e em Elaboração	Valor estimado (R\$)
Avançado de Uruguaiana	Prédio de Salas de Aula Prédio Multiuso Ampliação prédio multiuso Campo de futebol e pista de atletismo	2.959.969,42 753.747,86 Projeto em andamento Projeto em andamento
Frederico Westphalen	PPCI Reforma Prédio da Informática Suinocultura	2.200.000,00 Projeto em andamento Projeto em andamento
Jaguari	Prédio de Salas de Aula Quadra Coberta Central de Resíduos Moradia Estudantil	2.407.157,76 972.369,42 85.073,61 Projeto em andamento
Júlio de Castilhos	Depósito de Agrotóxicos Reforma ginásio de esportes	258.772,39 Projeto em andamento
Panambi	Cantina PPCI Réplica Prédio de Salas de Aula de UR	1.247.230,42 108.850,50 2.959.969,42
Santa Rosa	PPCI Centro de Convivência - Cantina Prédio de Salas de Aula	888.146,89 2.698.558,72 Projeto em andamento
Santo Ângelo	Galpões LEPEPS	605.539,70
São Vicente do Sul	PPCI Reforma abatedouro	Projeto em andamento Projeto em andamento

Fonte: Proad/CEA/Reitoria

Quadro 24 – Principais investimentos de capital

Contratações	Valores empenhados	Porcentagem
Material e equipamentos de TI	48.287	0,10%
Obras em andamento e instalações	1.874.621	3,86%
Demais gastos de investimento	670.048	1,38%
Total	2.592.958	5,34%

Fonte: SIAFI/SIOP/Tesouro Gerencial

8.3. Desfazimento de ativos

O desfazimento de bens no IFFar ocorre mediante a adoção de procedimentos constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público e no Manual do Patrimônio próprio do IFFar.

As baixas ou desfazimentos de bens em 2023 representam 2,31% do total dos bens móveis no balanço patrimonial. Essa constatação e a vivência de problemas de sistema (SIG/SIPAC) inviabilizaram alguns processos de baixa e desfazimento de bens, tanto na Reitoria quanto nos *campi* da Instituição, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 25 – Total de desfazimentos por conta contábil 2023

Conta contábil	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.10.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	499.690,16
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	662.267,52
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios	177.370,05
1.2.3.1.1.04.00	Mater cultural, educacional e de comunicação	55.243,79
1.2.3.1.1.05.00	veículos	64.894,00
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado	5.999,95
1.2.3.1.1. 99.00	Demais bens móveis	230.253,98

Fonte: SIAFI

8.4. Locações de imóveis e equipamentos

No exercício de 2023, a sede administrativa da Reitoria do IFFar e a Diretoria de Educação a Distância tiveram seus imóveis locados. Isso é verificado na demonstração das despesas executadas com locação de imóveis, máquinas e equipamentos no quadro a seguir.

Quadro 26 – Locação e bens móveis, imóveis

Objeto	Valor	Percentual
Locação de Imóveis, máquinas e equipamentos	2.027.422	3,41%

Fonte: SIAFI

8.5. Mudanças e desmobilização relevantes

Não ocorreram mudanças nem desmobilização relevantes no exercício de 2023 na Instituição.

8.6. Principais desafios e ações futuras

Especialmente na modalidade SRP nas contratações, uma grande dificuldade encontrada é o fato de que os fornecedores, em grande parte, não conseguem manter os preços inalterados dentro do período de 12 meses. Assim sendo, a administração tem a obrigação de aplicar sanções em decorrência da não manutenção da proposta e, na maioria das vezes, providenciar uma extensa lista de atividades de chamada de próximos colocados que, em geral, também não poderão honrar suas propostas iguais às do certame licitatório. Em razão disso, as empresas não concretizam seus negócios, e o IFFar não consegue atender suas necessidades em plenitude.

A implantação da nova lei de licitações foi um dos principais desafios para a Gestão, que exigiu a obtenção de novas capacidades pelos servidores e a consolidação do Plano Anual de Contratações (PAC) como instrumento de governança efetiva.

A expectativa para 2024 é de que as novas possibilidades trazidas, os novos limites para as contratações, versados pela Lei nº 14.133/2021, agilizem as aquisições com menor valor agregado, facilitando a manutenção das atividades acadêmicas e o pleno alcance dos objetivos institucionais, ao mesmo tempo em que se busca a qualidade do gasto e a entrega do valor à comunidade.

Outro desafio verificado é relativo ao planejamento nas áreas requisitantes e demais participantes do macroprocesso de contratações, que carecem de melhorias contínuas. Nesse contexto, vê-se como caminho mais eficaz a capacitação dos servidores envolvidos. Assim, para promover a melhoria contínua do macroprocesso de

contratações sob a ótica da governança, do planejamento e da gestão de riscos, essa estratégia dever ser considerada de médio prazo.

O sistema do teletrabalho instituído na Instituição, desde 2022, na área de contratações, provou ser possível e eficaz para realizar contratações a distância. Prova disso é o fato de que o IFFar ampliou as aquisições de alimentos da agricultura familiar em atendimento às políticas públicas ligadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAB) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa ação visa ao fortalecimento e ao desenvolvimento sustentável dos arranjos produtivos locais – APLs.

8.7. Gestão de Frota no IFFar

Conservar e manter a frota dos veículos oficiais em boas condições de uso tem sido uma ação cada vez mais desafiadora à gestão. Isso ocorre em razão do envelhecimento da frota e das dificuldades para reposição, considerando as questões orçamentárias. Quanto a isso, ressalta-se que a frota oficial funciona como importante suporte às atividades do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura e da administração.

O quadro a seguir demonstra o número de veículos que o IFFar possui por categoria, as despesas e mobilidade dos veículos automotores próprios no exercício de 2023.

Quadro 27 – Veículos que integram a frota do IFFar

Veículos	quantidade total	Km rodados
Veículos leves e utilitários	114	554.972 km
Ônibus, micro-ônibus e vans	07	39.503 km
Caminhões	05	21.529 km
Total de Km rodados:	616.004 km	-
Gasto Total com Combustível:	R\$ 745.186,66	-
Gasto Total com Manutenção:	R\$ 1.093.516,01	-
Total Gastos Diretos:	R\$ 1.838.702,67	-

Fonte: Link card

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1. Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução Consup Nº 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável por:

- I. Aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados à área da tecnologia da informação e comunicação;
- II. Viabilização, planejamento e manutenção do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comitê Gestor de Segurança da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- III. Identificação de necessidades institucionais e proposição de políticas de segurança da informação e telecomunicação;
- IV. Gerenciamento de investimentos, proposição de recursos e aquisições para ações de TIC;
- V. Gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por técnicos de informática e analistas de tecnologia da informação que atuam em diferentes frentes. A DTI tem, em sua estrutura, uma Coordenação de Sistemas, responsável pela gestão dos projetos de desenvolvimento e manutenção de softwares institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de planejamento conjunto de futuras ações e acompanhamento nos *campi*. Também presta suporte técnico ao Centro de Referência de São Gabriel e à unidade de Educação a Distância, localizada no Distrito Industrial de Santa Maria (Tecnoparque).

9.2. Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento proposto no PDI 2019 – 2026, em que constam as ações estratégicas do IFFar. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (Peti).

A Diretoria também dispõe de um documento próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o qual apresenta o planejamento de ações da área para um período de três anos. O modelo implantado a partir do PDTI 2023 – 2025, aprovado pelo Comitê Gestor de TI, Codir e Consup, elencou as necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do PDI 2019 – 2026. É importante salientar que, por meio desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela DTI e CGTI têm

alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Também destaca-se que metas e ações relacionadas à gestão do Teletrabalho foram adicionados ao novo planejamento estratégico.

Quanto à Governança de TI, destacam-se a Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023 e a Portaria SGD/MGI Nº 4.339, de 10 de agosto de 2023, a partir das quais foi instituído para todos os órgãos do SISP a implantação do PPSI (Programa de Privacidade e Segurança da Informação). Em atendimento a essas orientações, o IFFar realizou a entrega da primeira etapa em 2023, dentro do prazo previsto, conforme solicitado pela SGD.

Também foram confeccionados e atualizados documentos importantes para as adequações ao novo framework e a LGDP, os quais estão listados abaixo:

- Reformulação da Política de Segurança da Informação (PSI);
- Criação da Política de Backup Institucional;
- Criação da Política de Privacidade e Proteção de Dados;
- Criação do Plano de Contingência de Tecnologia da Informação.

Todos os documentos elencados estão em fase final de aprovação, pois devem passar por todos os conselhos e colegiados da instituição.

9.3. Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos investidos na área de tecnologia da informação e comunicação do IFFar, no setor da Diretoria de Tecnologia da Informação, totalizaram R\$ 331.613,77 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e treze reais com setenta e sete centavos). Desse valor, R\$ 194.568,73 (cento e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais com setenta e três centavos) foram utilizados para o pagamento da primeira parcela do Termo de Cooperação com a UFRN, para manutenção do sistema institucional SIG. Ademais, o valor de R\$ 137.045,04 (cento e trinta e sete mil, quarenta e cinco reais com quatro centavos) foi aplicado em material (equipamentos) permanente de TI para Reitoria.

Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades:

- I. Aquisição de equipamentos para o DataCenter e infraestrutura computacional;
- II. Termo de cooperação com a UFRN, para acesso ao repositório do código do sistema institucional;
- II. Manutenção de contratos de prestação de serviços em TI; e
- IV. Aquisição de materiais de consumo, em conformidade com o documento de gestão tática de tecnologia da informação.

Considerando-se essas metas, os recursos foram distribuídos conforme a sua disponibilidade.

9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

No ano de 2023, com o fortalecimento da equipe de desenvolvimento SIG, o foco de contratações foram as capacitações e cursos para a área de programação. Foi adquirido através da plataforma de cursos Alura, 10 licenças institucionais, distribuídas entre os servidores que compõem a Coordenação de Sistemas de Informação.

É importante ressaltar também que grande parte dos recursos financeiros foram utilizados para celebrar o Termo de Cooperação com a UFRN, garantindo acesso ao repositório de código fonte do sistema integrado de gestão, assim como apoio em diversas outras áreas pela UFRN, conforme estabelecido em contrato.

Também foram adquiridos dois novos equipamentos de firewall PaloAlto, para garantir a segurança e confiabilidade do data center da Reitoria, onde ficam hospedados grande parte dos sistemas institucionais utilizados no IFFar.

9.5. Principais iniciativas e resultados na área de TI

No que tange às questões de infraestrutura nas unidades do IFFar, através de uma negociação com a RNP, conseguiu-se o aumento do link de internet em 90% das unidades, e o prazo final de conclusão do upgrade é até o primeiro trimestre de 2024. Dessa forma, todas as unidades passarão a fornecer 1GB de internet aos alunos e ao corpo técnico. Isso é considerado um avanço, tendo em vista que a velocidade até então era de apenas 100mb nos *campi*.

O segundo maior sistema utilizado pelo IFFar, o SIS (Sistema Integrado de Seleção), ganhou diversas novas funcionalidades, deixando ainda mais dinâmica e intuitiva sua utilização. Novos requisitos foram implementados, aumentando ainda mais a sua capacidade de gestão no ingresso de alunos na instituição.

É importante ressaltar também o ótimo trabalho realizado pela equipe de desenvolvimento SIG, no atendimento de chamados referentes ao sistema institucional. Antes da criação desta equipe, o IFFar possuía uma empresa terceirizada para atendimento de demandas e problemas que surgiam com a utilização do sistema. Somente no ano de 2023, foram atendidos mais de 60 chamados específicos pela equipe própria da instituição.

Em paralelo, a equipe também está trabalhando na atualização do código fonte do sistema, levando o mesmo para a versão de referência, o que garante a segurança e a confiabilidade necessárias para um pleno funcionamento do software de gestão, assim como a sua atualização com as normas governamentais e de segurança atuais.

9.6. Segurança da informação

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas referentes à utilização e ao acesso às informações institucionais. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as Pró-Reitorias, somados a um(a) representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e um(a) representante do Gabinete do(a) Reitor(a).

No período de 2023, o Comitê Gestor de Segurança da Informação trabalhou na confecção e atualização dos seguintes documentos:

- Reformulação da Política de Segurança da Informação (PSI);
- Criação da Política de Backup Institucional;
- Criação da Política de Privacidade e Proteção de Dados;
- Criação do Plano de Contingência de Tecnologia da Informação.

9.7. Principais desafios e ações futuras

Um dos principais desafios para 2024 corresponde à manutenção e à ampliação da equipe de desenvolvimento SIG. A equipe não contou com novos integrantes no ano de 2023, em contrapartida, a demanda de trabalho é crescente, à medida que se celebra o termo de cooperação com a UFRN.

Quanto às questões de infraestrutura, projeta-se a modernização do storage no DataCenter e a migração inicial de alguns serviços para as soluções em nuvem. Isso tende a reduzir os custos de manutenção e de atualização de equipamentos, assim como reduz os gastos com mão de obra profissional para gestão.

Em um contexto nacional, percebe-se a saída de diversos profissionais de TI do serviço público para o privado, devido aos salários mais atrativos. O grande desafio é encontrar uma maneira de engajar esses profissionais a continuarem atuando em órgãos públicos.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O IFFar desenvolve ações de fomento ao desenvolvimento sustentável, ações que se destacam com a adoção de critérios socioambientais em seus processos, programas e projetos, bem como na sensibilização da comunidade acadêmica de acordo com os seguintes pilares:

- Respeito ao meio ambiente;
- Desenvolvimento humano para a sustentabilidade;
- Ecoeficiência e inovação;

- Uso consciente dos recursos naturais e bens públicos;
- Envolvimento humano.

As contratações do IFFar obedecem às disposições da legislação vigente, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual, enfatiza que o processo de licitação deve promover o desenvolvimento nacional sustentável. Ademais, a adoção dos critérios de sustentabilidade nas contratações públicas está assegurada no art. nº 225 da Constituição Federal, a qual impõe ao poder público a necessidade da defesa e da proteção do Meio Ambiente, em favor do desenvolvimento sustentável para a geração presente e futura.

A seguir, são apresentados exemplos das medidas sustentáveis mais relevantes adotadas no IFFar, que englobam as dimensões social, econômica e ambiental:

- Inclusão de melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos mantendo a adequada prestação do serviço;
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas, para merenda escolar e eventos, visando ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisições de Alimentos (PAB) do Governo Federal, favorecendo o desenvolvimento local e regional;
- Manutenção de continuidade da contratação de bibliotecas virtuais;
- Elaboração de editais de licitação por equipes multidisciplinares, em que servidores de diferentes áreas possam contribuir com seus conhecimentos técnicos, resultando em um processo mais coerente com as ofertas do mercado;
- Utilização de impressoras que imprimem em frente e verso;
- Ampliação e manutenção de utilização de energia limpa (Usinas Fotovoltaicas) em todas as unidades do IFFar;
- Viabilização da conta vinculada em todos os contratos de terceirização de mão de obra exclusiva, mitigando o risco de as contratadas deixarem de realizar os pagamentos rescisórios e de férias e décimo terceiro salário dos trabalhadores.

10.1. Política Ambiental do IFFar

Com a Política Ambiental do IFFar (Resolução Consup Nº 72/2018), iniciou-se a regulamentação dos Núcleos de Educação e Gestão Ambiental do IFFar (NUGEA) e foi constituída a Comissão Provisória de Gestão e Educação Ambiental (CGEA), para elaborar a proposta de Regulamento Interno, incluindo a constituição dos Núcleos de Educação e Gestão Ambiental nos *campi* e na Reitoria do IFFar (Portaria Nº 914/2019). O regulamento das atividades do Núcleo de Gestão e Educação Ambiental (NUGEA) foi aprovado pela Resolução Consup Nº 28/2020.

O NUGEA tem como objetivos:

- promover o diagnóstico socioambiental das atividades administrativas e operacionais do IFFar;
- estimular o cumprimento da legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e o bem-estar dos servidores docentes, técnico-administrativos em educação, discentes da Instituição e comunidade local;
- consolidar uma instituição sustentável com base no tripé social, ambiental e econômico, respeitando a legislação vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da Política Ambiental Institucional;
- incentivar projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação para o desenvolvimento e disseminação de tecnologias para a redução dos danos ambientais;
- instigar a discussão da responsabilidade ambiental pela comunidade do IFFar agregando esses princípios em sua formação acadêmica;
- buscar a contínua melhoria de procedimentos administrativos e técnicos para a mitigação e prevenção dos impactos ambientais provenientes de suas atividades, conforme legislação ambiental vigente;
- propor programas e medidas de incentivo ao uso racional de recursos do IFFar.

A seguir, elenca-se algumas das atividades desenvolvidas pelo NUGEA nos *campi*:

- Primavera no IFFar - promoção de ações integrativas de cunho ambiental;
- Ações para a Recuperação de Áreas de Preservação Permanente;
- Semana do Meio Ambiente;
- Ações em Alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Difusão de boas práticas ambientais, entre outras.

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Estrutura Organizacional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é composta de 11 *campi*, 01 *campus* avançado, além de unidades complementares – algumas de Educação a distância e outras de apoio presencial. O órgão é uma Autarquia Federal vinculada ao MEC.

Atualmente o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas²:

- Reitoria (Santa Maria);
- *Campus* Alegrete;
- *Campus* Frederico Westphalen;
- *Campus* Jaguarí;
- *Campus* Júlio de Castilhos;
- *Campus* Panambi;

- *Campus* Santa Rosa;
- *Campus* Santo Ângelo;
- *Campus* Santo Augusto;
- *Campus* São Borja;
- *Campus* São Vicente do Sul;
- *Campus* Avançado Uruguaiana;
- Polos de Educação a Distância;
- Centros de Referência.

Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>

11.2. Estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha

Quadro 28 – Configuração da estrutura pagadora IFFar

Órgão UGE	Gestão	UG Executora	
26420	Inst.Fed. de Educ. e Tec. Farroupilha	158127	Inst.Fed. Farroupilha Reitoria
		154628	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> Jaguari
		155081	<i>Campus</i> Santo Ângelo
		155570	<i>Campus</i> Frederico Westphalen
		158266	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> Santo Augusto
		158267	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> de Alegrete
		158268	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> São Vicente do Sul
		158269	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> Júlio de Castilhos
		158503	Inst.Fed. Farroupilha São Borja
		158504	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> Santa Rosa
		158505	Inst.Fed. Farroupilha <i>Campus</i> Panambi

Fonte: Tesouro Gerencial

11.3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*):NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*)⁷; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

11.4. Resumo das práticas e critérios contábeis

11.4.1. Orçamento público

A estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado. Ela é inserida no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

11.4.2. Ente público

Os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas. Essa consolidação ocorre no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

11.4.3. Despesa pública

As despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da

⁷ Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

11.4.4. Recursos orçamentários e recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária⁸ como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

11.5. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No link a seguir, é possível consultar a movimentação orçamentária do exercício 2023 no Instituto Federal Farroupilha:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MluAFPu3fsiBakbFXEptLksrbBfCXneG/e/dit?usp=sharing&ouid=105254877085957347986&rtpof=true&sd=true>

No Balanço Orçamentário da IFFar do 4º trimestre de 2023, é possível observar, na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R\$ 396.347.366,24), as Despesas Correntes – que são despesas de custeio – representam 97,63% do total da despesa empenhada. Já as Despesas de Capital – que são os investimentos em materiais permanentes e obras – representam 2,36% dos empenhos. Destaca-se que a despesa com pessoal representa 77,46% do total empenhado e 83,77% das despesas correntes empenhadas. Quanto à liquidação e ao pagamento das despesas empenhadas, verifica-se que 95,06% delas já foram liquidadas e 79,34% foram pagas. Do total dos empenhos de 2023, 4,62% foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados (não

⁸ Fonte: <http://www.conass.org.br>

liquidados) e 8,86% passaram para o exercício 2024 automaticamente como Restos a pagar Processados (já liquidados).

Quanto às Receitas Orçamentárias, a previsão inicial e atualizada foi de R\$15.600.172,00. Já as Receitas Realizadas ficaram em R\$ 14.287.897,61, portanto, abaixo da previsão em R\$ 1.312.274,39 – uma realização de 91,59% da previsão inicial.

As Receitas agropecuárias realizaram somente 15,40% da previsão inicial que era de R\$ 9.937.942,00, desse total, somente R\$ 1.530.203,07 foi realizado.

O avesso aconteceu com as Receitas de Serviços que superaram a previsão inicial em 398,75%, devido à realização de processo seletivo e à superação da procura pela prova de seleção para ingresso no IFFar.

11.5.1. Restos a pagar

Os Restos a Pagar se dividem em processados e não processados. Restos a Pagar Processados são aqueles empenhos que passam de um exercício para outro, os quais já possuem seu objeto liquidado, estando pendente somente o pagamento. Restos a Pagar Não Processados são aqueles cujo objeto do empenho não foi cumprido, porém através de indicação procedida pelo gestor da Unidade passam de um exercício para outro e ficam pendentes de liquidação. Nessa situação, podem ser bloqueados e definitivamente cancelados conforme as normas vigentes, se os prazos de liquidação neles constantes não forem cumpridos. Percentualmente, os Restos a Pagar referentes a despesas de capital (investimentos) representam 54,54 % e aqueles relativos a despesas correntes (custeio) 45,46% do total. A seguir, os quadros demonstram a composição dos saldos dos Restos a Pagar no IFFar.

Quadro 29 – Restos a Pagar por categoria econômica

Restos a Pagar - Categoria Econômica											
Filtro do relatório:											
({Item Informação} = RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2023) E ({UG Executora} = 158127:INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA, 158266:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO, 158267:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE, 158268:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL, 158269:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS, 158503:INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA, 158504:CAMPUS DE SANTA ROSA, 158505:INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI, 154628:INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI, 155081:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO, 155570:CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN)											
Mês lançamento DEZ2023											
Item Informação		40		41		42		44		46	
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	
Categoria Econômica	Despesa	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Item Informação)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Item Informação)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Item Informação)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Item Informação)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Item Informação)
3	DESPESAS CORRENTES	10.035.979,63	10.035.979,63	1.773.538,72	1.773.538,72	178.954,09	178.954,09	10.393.379,08	10.393.379,08	10.377.390,85	10.377.390,85
4	DESPESAS DE CAPITAL	7.253.734,55	7.253.734,55	681.265,49	681.265,49	12.393,25	12.393,25	7.439.891,35	7.439.891,35	7.435.502,64	7.435.502,64

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 30 – Restos a Pagar MDE IDUSO 8 – Ações de manutenção e desenvolvimento do ensino

Restos a Pagar – MDE IDUSO 8						
Filtro do relatório:						
{Item Informação} = RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS, RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS) E ({Mês Lançamento} = DEZ/2023) E ({Iduso =8: REC. NÃO DESTINA. A CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIF. DAS DESPESAS COM M.D.E) E ({UG Executora} = 158127:INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA, 158266:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO, 158267:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE, 158268:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL, 158269:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS, 158503:INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA, 158504:CAMPUS DE SANTA ROSA, 158505:INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI, 154628:INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI, 155081:INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO, 155570:CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN)						
Mês lançamento DEZ2023						
Item Informação		40	41	42	44	46
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS
Iduso		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
8	REC. NÃO DESTINA. A CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIF. DAS DESPESAS COM M.D.E	15.265.398,34	2.320.692,22	145.100,67	15.804.147,74	15.785.443,42

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 7 – Balanço orçamentário – todos os orçamentos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420- INS.T.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA- AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 26000- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 17/01/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	136.067,28	136.067,28
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	6.884,09	6.884,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	6.884,09	6.884,09
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-

Receita Agropecuária	-	-	110.710,00	110.710,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	17.735,29	17.735,29
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	17.735,29	17.735,29
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	737,90	737,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	737,90	737,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado da Banca Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	136.067,28	136.067,28
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-

SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	136.067,28	136.067,28
DEFICIT			81.721.886,28	81.721.886,28
TOTAL	-	-	81.857.953,56	81.857.953,56
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	339.540.925,00	339.540.925,00	81.857.953,56	2.324,06	-	257.682.971,44
Pessoal e Encargos Sociais	316.979.116,00	316.979.116,00	74.520.000,00	-	-	242.459.116,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.561.809,00	22.561.809,00	7.337.953,56	2.324,06	-	15.223.855,44
DESPESAS DE CAPITAL	1.517.171,00	1.517.171,00	-	-	-	1.517.171,00
Investimentos	1.517.171,00	1.517.171,00	-	-	-	1.517.171,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUB TOTAL DAS DESPESAS	341.058.096,00	341.058.096,00	81.857.953,56	2.324,06	-	259.200.142,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO	341.058.096,00	341.058.096,00	81.857.953,56	2.324,06	-	259.200.142,44
TOTAL	341.058.096,00	341.058.096,00	81.857.953,56	2.324,06	-	259.200.142,44

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.237.185,18	14.028.113,94	1.343.161,13	7.633,81	0,04	15.257.665,27
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.237.185,18	14.028.113,94	1.343.161,13	7.633,81	0,04	15.257.665,27
DESPESAS DE CAPITAL	482.715,44	4.280.027,54	226.281,25	-	-	4.762.742,98
Investimentos	482.715,44	4.280.027,54	226.281,25	-	-	4.762.742,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.719.900,62	18.308.141,48	1.569.442,38	7.633,81	0,04	20.020.408,25

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	217.258,18	33.155.858,45	31.523.649,61	417,95	1.849.049,07
Pessoal e Encargos Sociais	561,92	30.291.049,59	29.844.399,74	-	447.211,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	216.696,26	2.864.808,86	1.679.249,87	417,95	1.401.837,30
DESPESAS DE CAPITAL	60.419,45	360.427,97	190.304,73	-	230.542,69
Investimentos	60.419,45	360.427,97	190.304,73	-	230.542,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	277.677,63	33.516.286,42	31.713.954,34	417,95	2.079.591,76

11.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como por atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

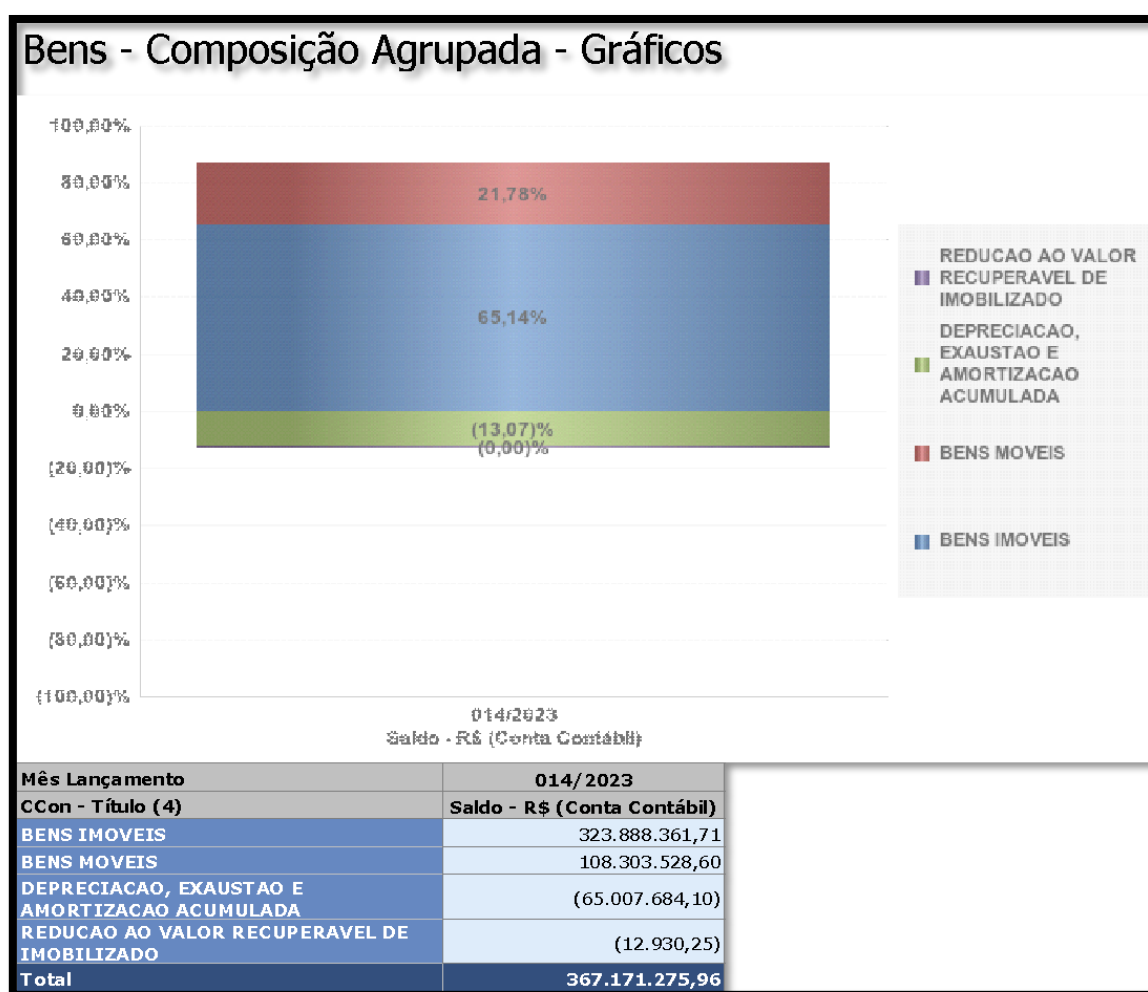
A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – financeiro e Permanente – em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Análise Horizontal: Análise da movimentação dos saldos de um item ou grupo comparando o exercício anterior (2022) com o período examinado (2023), ou seja, a evolução dos saldos ao longo do tempo.

Análise Vertical: Verifica quanto um item ou subgrupo representa em relação ao total de um subgrupo ou grupo de contas.

A Figura a seguir demonstra a composição do Balanço Patrimonial quanto aos bens do Ativo Imobilizado.

Figura 8 – Bens Composição Agrupada



Fonte: Tesouro Gerencial

Os bens imóveis representam 74,94%, e os bens móveis, 25,06% do Ativo Imobilizado tangível. Isso está demonstrado na figura a seguir, que registra a composição dos bens imóveis e as análises horizontal e vertical.

Figura 9 – Bens Imóveis – Composição

Bens Imóveis - Composição				
Mês Lançamento	014/2023	014/2022	ANÁLISE	ANÁLISE
CCon - Item (6)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Horizontal	Vertical
Bens de Uso Especial	307.291.097,42	316.275.642,24	-2,84073	94,55325
Bens Dominicais	144.200,00	144.200,00	0	0,04311
Bens Imóveis em Andamento	13.662.760,39	16.595.086,45	-17,6698	4,96124
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	282.295,99	282.295,99	0	0,084395
Instalações	2.508.007,91	1.197.517,11	109,434	0,358008
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.125.791,20)	(780.972,98)	44,15239	-0,23348
Total	322.762.570,51	333.713.768,81		

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se o percentual dos “Bens de uso especial” que representam 94,55% dos imóveis. Já os “Bens imóveis em andamento” tiveram diminuição no saldo em -17,66%, o que demonstra que obras foram concluídas. Além disso, mostra que novas obras foram iniciadas, mas isso não causou o aumento no saldo deste item do BP.

A figura a seguir demonstra a composição dos Bens de Uso Especial.

Figura 10 – Bens Imóveis de Uso Especial – Composição

Bens Imóveis de Uso Especial - Composição				
Mês Lançamento	014/2023	014/2022	ANÁLISE	ANÁLISE
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Horizontal	Vertical
Fazendas, Parques e Reservas	1.044.413,06	1.044.413,06	0	0,330222
Terrenos, Glebas	3.107.418,35	3.107.418,35	0	0,982503
Imóveis de Uso Educacional	243.551.388,24	243.118.622,96	0,178006	76,86922
Edifícios	46.766.446,52	46.516.551,14	0,537218	14,7076
Imóveis Residenciais e Comerciais	491.706,50	491.706,50	0	0,155468
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	12.329.724,75	21.996.930,23	-43,948	6,954987
Total	307.291.097,42	316.275.642,24		

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se o percentual dos “Imóveis de uso educacional” de 76,86% em relação ao saldo total dos “Bens de Uso Especial”.

O quadro a seguir apresenta a composição dos bens móveis.

Figura 11 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição				
Mês Lançamento	014/2023	014/2022	ANÁLISE	ANÁLISE
CCon - Item (6)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Horizontal	Vertical
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39.291.032,32	36.286.110,75	8,281189	35,82458
Bens de Informática	29.231.899,36	27.662.017,54	5,675225	27,31018
Móveis e Utensílios	22.365.221,33	20.925.916,39	6,878098	20,65975
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.969.236,93	12.342.250,42	5,080002	12,18527
Veículos	4.025.452,25	3.714.315,55	8,37669	3,667072
Bens Móveis em Almoxarifado	14.317,26	14.317,26	0	0,014135
Armamentos	200,00	200,00	0	0,000197
Semoventes e Equipamentos de Montaria	205.592,23	139.292,23	47,59777	0,137521
Demais Bens Móveis	200.576,92	203.895,48	-1,62758	0,201302
Depreciação / Amortização Acumulada	(63.881.892,90)	(58.372.695,60)	9,43797	-57,6302
Redução ao Valor Recuperável	(12.930,25)	(12.930,25)	0	-0,01277
Total	44.408.705,45	42.902.689,77		

Fonte: Tesouro Gerencial

Os destaques na análise vertical ficam por conta dos grupos “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, que representam 35,82%; “Bens de Informática”, que representam 27,10%, e “Móveis e Utensílios”, que representam 20,65% do total dos Bens Móveis.

O saldo que apresentou crescimento de saldo mais expressivo foi o grupo de “Semoventes e Equipamentos de Montaria”, que cresceu 47,59% no período de 31.12.2022 a 31.12.2023.

A figura a seguir exhibe a composição das contas de “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que representam o caixa do órgão.

Figura 12 – BP – Limite de Saque por fonte de recursos

BP - Limite de Saque - Por FONTE DE RECURSOS - Gera Cota				
Fonte Recursos		Mês Lançamento	01/4/2023	01/4/2022
		Conta Contábil	111122001	111122001
			= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS
		Gera Cota STN (SN)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	SI		2.123,29
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SI	26.733,19	
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SI	0,00	
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	SI	0,00	
012	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SI	0,00	
014	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.E SAUDE	SI	13.972,45	
034	DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	SI	54.835,81	
050	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	NAO	1.896.510,37	
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE	SI		15.407,75
081	CONVENIOS	NAO	446.010,96	
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	SI		24.419,73
133	EDUCACAO BASICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	SI	493,30	
18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	SI		93.663,99
42	COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	SI		0,00
44	TITULOS DE RESPONSABIL.D.O.TN-OUTRAS APLICACOES	SI		0,00
444	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	SI	105.398,63	
491	RECURSOS DIVERSOS	NAO	11.792,01	
50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	NAO		1.845.662,81
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	SI		0,00
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	NAO		200,83
86	REC.VNC.A APLIC.EMPOLITICAS PUB.ESPECIFICAS	SI		81.102,50
88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICACAO	SI		0,00
90	RECURSOS DIVERSOS	NAO		13.925,86

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como a redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 367.171.275,96 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2023 e 2022.

R\$ milhares

Tabela 1 –Imobilizado - Composição

	31/ 12/2023	31/ 12/2022	H%
Bens Móveis			
	108	101	
(+) Valor Bruto Contábil	.303.528,60	.288.315,62	,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de	63.	58.	
Bens Móveis	881.892,90	372.695,60	,43
	12.	12.	
+ (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	930,25	930,25	,00
Bens Imóveis			
	323	334	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	.888.361,71	.494.741,79	3,17
Imóveis	1.1	780	
	25.791,20	.972,98	4,15
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			

Fonte: SIAFI 2023 e 2022

Bens móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26420 em 31/12/2023 totalizavam R\$ 108.303.528,60 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Bens móveis – Composição

	31/12/ 2023	31/12/ 2022	A H(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	39.29	36.286.	8
	1.032,32	110,75	,28
Bens de Informática	29231	27.662.	5
	899,36	017,54	,67
Móveis e Utensílios	16.53	20.925.	-
	8.196,95	916,39	20,96
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.96	12.342.	5
	9.236,93	250,42	,08
Veículos	4.025.	3.714.3	8
	452,25	15,55	,37
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoarifado	14.31	14.317,	0
	7,26	26	,00
Armamentos	200,0	200,00	0
	0		,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	205.5	139.29	4
	92,23	2,23	7,59
Demais Bens Móveis	200.5	203.89	-
	76,92	5,48	1,62
Depreciação / Amortização Acumulada	63.881.	58.372.	9
	892,90	695,60	,43
Redução ao Valor Recuperável	12.930,	12.930,	0
	25	25	,00
Total			

Fonte: SIAFI 2023 e SIAFI 2022

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 36,27% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.

O grupo de “Móveis e utensílios” teve baixa no saldo em -20,96% no período analisado. Isso se deve à baixa de bens inservíveis em Unidades Gestoras do IFFar.

Já no grupo de “Semoventes e Equipamentos de Montaria” houve um aumento de 47,59% no saldo no período verificado, o que se deve ao aumento no rebanho de animais no campo na Unidade de Júlio de Castilhos que explora atividades agropecuárias.

A composição dos Bens Móveis é demonstrado no Quadro abaixo.

Quadro 31 – Composição dos Bens Móveis

1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	2.919.104,91
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	947.026,15
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTO,	7.861.205,58
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	433.990,12
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	837.837,17
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.623.452,74
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	6.083.181,21
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	450.175,38
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2.595.679,77

1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSÓRIOS P	10.951,22
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	13.625,97
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO	4.948.580,28
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELETRIC	889.805,64
1.2.3.1.1.01.24	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	6.936,00
1.2.3.1.1.01.25	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTO	3.669.480,18
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA	29.231.899,36
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	29.231.899,36
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	22.365.221,33
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	5.695.198,21
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITORI	131.826,17
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	16.538.196,95
1.2.3.1.1.04.00	MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE C	12.969.236,93
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	7.946.089,69
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	6.002,82
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	122.384,63
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E F	4.890.728,79
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC	4.031,00
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS	4.025.452,25
-----GLOBAL (REAL+OUTRAS MOEDAS) EM REA		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	32.878,20
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	3.944.512,45
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	21.193,90
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCAÇÕES	26.867,70
1.2.3.1.1.08.00	BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO	14.317,26
1.2.3.1.1.08.01	ESTOQUE INTERNO	14.317,26
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	200,00
1.2.3.1.1.10.00	SEMOVENTES	205.592,23
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MOVEIS	200.576,92
1.2.3.1.1.99.07	BENS NÃO LOCALIZADOS	132.545,59
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	66.168,02
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.863,31

Fonte: SIAFI 2023

A variação positiva do saldo dos Bens Móveis é explicada por novas aquisições desses ativos ocorridos em todas as unidades gestoras do órgão.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Instituto Federal Farroupilha, em 31/12/2023, totalizavam R\$ 323.888.361,71 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

R\$ milhares

Tabela 3 – Bens Imóveis – Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH(%)
Bens de Uso Especial	307.291.097,42	316.275.642,24	-2,92
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais	144.200,00	144.200,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	13.662.760,39	16.595.086,45	-21,46
Instalações	2.508.007,91	1.197.517,11	-109,43
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	282.295,99	282.295,99	0,00
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada	1.125.791,20	3.434.529,71	67,22

Fonte: SIAFI 2023 e SIAFI 2022

Bens de Uso Especial – Composição

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 94,88% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26420, perfazendo o montante de R\$ 307.291.097,42 em 31/12/2023 em valores brutos.

R\$ milhares

Tabela 4 – Bens de Uso Especial - Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	542.026,97		0,00
Terrenos, Glebas	3.107.418,35		-15,37
Armazéns e Galpões	207.303,30		100
Imóveis de Uso Educacional	243.118.622,96		37,90
Edifícios	46.516.551,1		30,60
Fazendas, parques e reservas	1.044.413,06		48,10
Imóveis Residenciais e Comerciais	491.706,82		0,00
Estacionamentos e Garagens	153.502,00		0,00
			121

Outros Bens Imóveis de Uso Especial		3.234.895,95	0,00
Bens de Infraestrutua		221.930,86	26,52
Autarquias/Fundações		21.250.783,85	87,92
Salas		144.200,00	0,00
Obras em andamento		16.562.663,55	-58,37
Obras em Andamento Convênios		32.422,90	0,00
Instalações	1.197.517,11	974.517,11	18,62
Benf. Em prop. De ter.	282.295,99		100
Depreciação	780.972,98	3.434.529,71	-339,77

Fonte: SIAFI 2023 e SIAFI 2022

Os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do IFFar são Imóveis de uso Educacional, que equivalem a 79,11% do total desse grupo de bens imóveis.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos de maneira mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

O processo de reavaliação tanto de bens móveis como imóveis foi realizado durante o mês de dezembro de 2022, pela comissão nomeada pela Portaria Eletrônica 1416/2022 - GRE. Os valores reavaliados e as atualizações procedidas no SPIUNET e ratificadas no SIAFI explicam a variação horizontal significativa de alguns itens para mais ou para menos.

Os bens de uso educacional representam 72,68% do total dos bens imóveis do Instituto Federal Farroupilha.

a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUNET e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Observação Importante: O sistema de controle patrimonial SIPAC, nunca funcionou satisfatoriamente desde sua implantação, e o suporte da empresa contratada para o serviço de implantação e manutenção do sistema sempre foi muito insuficiente. No final do mês de outubro de 2021, o Sistema de Controle Patrimonial atualmente utilizado sofreu um ataque hacker que prejudicou ainda mais seu funcionamento, causando inúmeras inconsistências no banco de dados e impossibilitando a geração de relatórios. Em vista disso, não foi possível o lançamento de ajuste da depreciação de bens móveis no encerramento dos exercícios 2022 e 2023. O Setor de Contabilidade da Reitoria do IFFar vem solicitando a migração para o SIADS há mais de 2 anos, no entanto, enfrenta obstáculos impostos por outros departamentos do IFFar, os quais são necessários para que os procedimentos de migração sejam efetuados. No mês de novembro de 2023, foi realizada a pedido da Contabilidade uma reunião com a equipe de implantação e suporte do SIADS do Ministério de Planejamento, Gestão e Orçamento, ocasião em que foram esclarecidos todos os pontos que causavam resistências à migração para o SIADS. Assim sendo, a Contabilidade espera que a migração seja efetivada o mais breve possível, e o controle patrimonial finalmente volte ao normal e seja efetivo e eficaz no âmbito do órgão 26420.

Nota – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Em 31/12/2023, o Órgão Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 1.706.619,11 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2023 e 2022.

Tabela 5 – Intangível – Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	1.377.773,83	1.318.073,88	4,52
Software com Vida Útil Indefinida	325.353,00	325.353,00	0,00
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	3.492,28	3.492,28	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Bvb0			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada	517.249,73	516.229,73	0,20
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			

Fonte: SIAFI 2023 e SIAFI 2022.

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil definida, que representa cerca de 80,73% do grupo.

Nota – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2023, o instituto Federal Farroupilha possuía um saldo de R\$ 11.599.567,59 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, a figura dispõe essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Figura 13 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais - Composição - Órgão		
Mês Lançamento	01/4/2023	01/4/2022
Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Aluguéis	618.291,53	192.860,46
Fornecimento de Bens	527.531,41	527.531,41
Seguros	104.737,41	69.836,27
Serviços	10.349.007,24	11.531.667,25
Total	11.599.567,59	12.321.895,39

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 89,21% do total das obrigações assumidas pelo Instituto Federal Farroupilha ao final de 31/12/2022.

Na continuação, a figura relaciona as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2023.

Em R\$

Figura 14 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante

Obrigações Contratuais - Por UG Contratante - Órgão		
Mês Lançamento	014/2023	014/2022
Métrica	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora	Total	Total
154628 INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	799.071,93	717.422,56
155081 INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	0,00	2.834,84
155570 CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	1.333.295,99	1.018.794,07
158127 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	3.998.023,39	3.883.454,10
158266 INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	0,00	0,00
158267 INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE		0,00
158268 INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL	0,00	0,00
158269 INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	3.461.239,59	3.914.564,07
158503 INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	2.007.936,69	2.007.936,69
158504 CAMPUS DE SANTA ROSA	0,00	776.889,06
158505 INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	0,00	0,00
Total	11.599.567,59	12.321.895,39

Fonte: Tesouro Gerencial

As unidades gestoras 158127 e 158269, por exemplo, são responsáveis por 64,30% do total contratado.

As figuras a seguir apresentam a relação de pessoas jurídicas e pessoas físicas contratadas e o saldo a executar na data base de 31/12/2022.

Figura 15 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 1)

Obrigações Contratuais - Por Contratado - Órgão			
Mês Lançamento		014/2023	014/2022
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Contratado		Total	Total
36588980000132	2C COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	0,00	
73500696000199	A C M TRANSPORTES TURISTICOS LTDA	19.092,88	19.092,88
13213492000145	A. FRITZEN & CIA. LTDA	0,00	1.651,67
02492310000287	A. SILVA FERRAGENS LTDA	189,00	189,00
08475237000130	A.P. DUARTE & CIA LTDA	0,00	10.903,13
05462743000954	ABORGAMA DO BRASIL LTDA	10.150,88	10.150,88
06885843000107	ACECOM COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATI	239.738,88	239.738,88
24156805000197	ADEMIR BROETTO 99737116020		0,00
03397986000173	ALEX MARCON EIRELI		0,00
82103631072	ALEXANDRO CARDOSO		0,00
02713530000102	ALFA PREVIDENCIA E VIDA S.A.	56.751,58	56.751,58
05538307000164	ALFALOG ENGENHARIA E LOGISTICA LTDA	189.410,22	151.335,45
22166193000198	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A	0,00	0,00
22166193003375	ALGAR SOLUCOES EM TIC S/A		0,00
23226948000165	ALLGED SOLUCOES DE TI LTDA.	743,68	743,68
07067001000100	AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA		0,00
67060838015	ANCELMO LANES DA CONCEICAO	0,00	0,00
08863519000105	ANDRE L. R. ALVES - EIRELI	40.262,60	
94573169000184	ANDREIA ARLETE WEISE FIM	465,19	465,19
33204160068	ANTONIO JOSE INACIO		0,00
71310023000140	ARC LIVRARIA E IMPORTADORA LTDA	43.303,33	43.303,33
25213318000181	AREMAR COMERCIO E SERVICOS LTDA	4.960,00	4.960,00
34455724000141	AREMAR MIX COMERCIO E MANUTENCOES EM GERAL LTDA	34.007,50	180,00
87767596000138	ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA	189.059,40	49.565,40
76659820000151	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	2.249,32	2.843,59
10639521000147	ASSOCIACAO PARQUE TECNOLOGICO DE SANTA MARIA	50.403,92	21.648,62
06107666000120	AVANTE BRASIL - INFORMATICA E TREINAMENTOS LTDA	128.154,49	128.154,49
24762350087	AVELINO DE POTTER	5.776,82	2.722,05
03486598000169	AVMB SOLUCOES EM TI LTDA	63.302,14	63.302,14
05318854000134	BAR E RESTAURANTE BLANCO LTDA	145.377,00	265.564,00
18607653000107	BIBLIOTHECA SISTEMAS DO BRASIL LTDA	16.400,00	16.400,00
10810728000132	BOOKS ONLINE DISTRIBUIDORA LTDA		0,00
05855335000105	BRASIL COMERCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA		0,00
10230958000122	BRASIL SERVICOS DE ADMINISTRACAO E TERCEIRIZACAO DE MAO	50.908,06	50.908,06
07756651000155	BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	35.113,53	35.178,11
93979565000143	BRILE CONSTRUCOES LTDA	58.266,81	58.266,81
12441717000158	BRILHANTE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	14.460,57	
09216620000137	BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A	126.567,40	143.423,32
08735676000135	CADONA E LUNARDI LTDA	156,16	15.684,93

Figura 16 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 2)

03362450000112	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA	99.937,29	99.937,29
09000230000125	CARLOS A. C. CARDOSO	12.239,05	12.239,05
27267717004	CARLOS ANTONIO LOCATELI VIELMO	0,00	0,00
18061629000107	CASQUEIRO E SOUZA CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA	14.462,22	34.182,63
15388008000144	CECAFES - COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZACAO DA AGR	0,00	765,60
93030773000100	CECILIA TURISMO LTDA	2.283,58	2.283,58
22469865000134	CENTRAL DE COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR - UNIC	0,00	7.014,35
02927667000160	CESAR AUGUSTO MULLER DE ASSIS	10.594,71	10.594,71
14495815000101	CHICOUREL ARQUITETURA STUDIO DE PROJETOS LTDA	0,00	
09110918000168	CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA.	131.180,00	131.180,00
01339291000100	CIRANGELO P CARVALHO & CIA LTDA	24.489,46	5.813,46
09336143000143	CITYDATA TELECOMUNICACOES LTDA.	20.724,00	20.724,00
41196104034	CLAITON DE ALMEIDA SEVERO	1.149,50	1.149,50
40432544000147	CLARO S.A.	29.996,67	29.996,67
00448994000103	CLASSIC VIAGENS E TURISMO - EIRELI	17.776,21	17.776,21
02249941076	CLIVIAN LICHTENECKER	0,00	0,00
13598570000177	COMERCIAL DE ELETRODOMESTICOS LAGES LTDA	3.824,60	3.824,60
01013974000172	COMERCIO DE EXTINTORES HORIZONTINA LTDA	0,00	10,68
23105763000100	COMPALESS INFORMATICA EIRELI	1.045,90	56.657,49
92802784000190	COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN	174.395,86	243.261,58
61602199023244	COMPANHIA ULTRAGAZ S A	5.000,00	5.000,00
92225739000110	COMPUCOM SOLUCOES DIGITAIS LTDA	4.425,11	4.425,11
04670117000133	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ALBRUN LTDA	1.192,05	1.192,05
06090879000196	CONSTRUTORA EXPANSAO LTDA	45.247,75	45.247,75
07672981000162	CONSTRUTORA FRICKS LTDA	58.540,24	58.540,24
04631940000130	CONSTRUTORA PASQUALOTTO LTDA	57.897,88	57.897,88
12153450000101	CONSTRUTORA SANTA VITORIA LTDA		0,00
04768594000136	CONTATO SERVICOS DE CONSERVACAO E MANUTENCAO LTDA	10.883,51	15.327,60
18192759000189	CONTROLE DE PRAGAS MASTERSUL LTDA	2.318,75	2.318,75
04355355000154	COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE IBIRUBA - C	1.077,40	1.667,00
04355355000740	COOPERATIVA DE PEQUENOS AGROPECUARISTAS DE IBIRUBA LTD	6.641,00	
05047086000121	COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA		0,00
91360420000134	COOPERATIVA DOS SUINOCULTORES DO CAI SUPERIOR	75.004,10	75.004,10
09378991000115	COOPERATIVA MISTA AGROPECUARIA E ECONOMIA SOLIDARIA LTD	0,00	0,00
88587357000592	COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA	2.270,00	2.270,00
88587357006604	COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA	2.124,75	2.124,75
95824322000161	COOPERLUZ - COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTE	0,00	26.942,21
10540976000100	CORE SERVICE EVENTOS EIRELI	360,52	360,52
09188235000123	COSTA BEBER TRANSPORTES LTDA	91.863,36	91.863,36
05090524000134	COSTA, MACHADO & RODRIGUES LTDA		0,00
07712781000196	CPE BAHIA COMERCIO DE APARELHOS TOPOGRAFICOS LTDA		0,00
91950261000128	CRELUZ - COOPERATIVA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA	161.706,69	34.767,39

Figura 17 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 3)

23470584000164	CWLAW PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA.	7.215,00	7.215,00
07256543000113	D WERLANG - CONSTRUÇOES	554.608,13	554.608,13
03578349000101	DAL OSTO & ROHDE DEDETIZADORA LTDA	0,00	0,00
09400257000105	DANIELI AGRO COMERCIAL EIRELI	0,00	0,00
04463413000163	DAVOP COMERCIAL EIRELI	182,80	182,80
13080839000129	DEDESET CONTROLE DE PRAGAS E VETORES EIRELI	0,00	2.079,45
03886224000130	DELICI DE ALMEIDA GOULART	0,00	0,00
07832586000108	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	146.719,35	76.774,04
00699158000100	DIONEIA A. MINUZZI EIRELI	38.019,08	2.082,38
69828652072	DIOVANE VALTAIR GUASSO		0,00
17918712000197	DM SPRINGER TERRAPLENAGEM E COMERCIO LTDA	0,00	0,00
09052021000125	DOCFILE SOLUCOES DE DOCUMENTOS LTDA	0,00	5.177,72
19004820000180	DPASQUA CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA	67.300,29	12.962,33
01906976000190	DRZ CONSTRUTORA LTDA.		0,00
28473819000195	ECOCARE MANUTENCAO E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	9.503,74	41.282,11
24788985000120	EDER LUIS PAIANO 00571618014	0,00	11.126,47
13537193000166	EDERSON WILLIAN TEIXEIRA EIRELI	106,59	106,59
26616183000168	EDGAR JOSE FIORESI 76829499020	437,10	3.830,20
00835258076	EDILAINE DOS SANTOS MARTINS	0,00	0,00
11796575000189	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	0,00	0,00
13119446000181	ELETROVOLT SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAL DE REFRIGER	5.126,92	64.579,75
16802385000140	ELETRYSERVICE - SERVICOS DE INSTALACAO E MANUTENCAO ELE	0,00	
00028986003042	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	2.000,00	3.000,00
00028986007463	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA.	0,00	6.000,00
10571929000124	ELEVTEC MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	3.534,07	9.221,89
16989002000276	ELIANE RESTA DAL ROSSO GOYA	2.003,09	2.003,09
92815707004	ELISIANE MACHADO		0,00
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	557.416,61	596.800,61
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	47.156,54	46.836,44
14260109000172	ENGCLINSUL MANUTENCAO LTDA	28.962,14	28.962,14
01829867000117	ENGEF ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA	0,00	
94116704000178	ENGESERV SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	23.231,50	23.231,50
02891176000106	EQUIP SEG SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	45.918,83	45.918,83
13109093000139	EQUIPE - SERVICOS HUMANIZADOS EIRELI	1.446,07	5.013,09
08427697000193	EXTINCHAMA EXTINTORES BR 287 LTDA;	11.447,24	11.447,24
67419747091	FABRICIO WOLLMANN WILLKE	1.985,00	3.995,00
27254414000101	FAK EMPREENDIMENTOS LTDA	5.373,02	4.663,36
05509289000192	FEDERAL VIDA E PREVIDENCIA S/A - FALIDO	1.018,50	1.018,50
10624384000177	FELIPE KROTH COSSETIN EIRELI	3.824,56	3.824,56
11189613000135	FERNANDO & MARCIA LOCAOES E MONTAGENS PARA EVENTOS LTD	7.018,12	7.018,12
07548854000156	FERNANDO GUEDES REGINATO EIRELI	2.119,92	1.126,88
05965659091	FLAVIO JOSE PEREIRA	1.963,00	3.299,40
04772725000159	FLORES & TRINDADE LTDA	5.460,00	5.460,00
02930607000104	FM & F TECNOLOGIA LTDA		0,00
13092775000186	FONTANA, SCHNEIDER E CIA LTDA	0,00	244.866,10
10528510000190	FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVACAO PREDIAL LTDA	47.930,55	7.746,05

Figura 18 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 4)

12087446000184	FULLPRINT COPIADORAS LTDA	15.691,32	11.100,75
02321624000136	FUNDACAO ENNIO DE JESUS PINHEIRO AMARAL DE APOIO AO INS	117.935,35	61.679,65
87878476000108	FUNDACAO UNIVERSIDADE EMPRESA DE TECNOLOGIA E CIENCIAS	178.833,00	197.433,00
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	285.704,38	285.704,38
89271464000146	G. DE OLIVEIRA E CIA LTDA	23.410,48	23.410,48
18207297000126	G.S. CONSTRUÇOES EIRELI	94.163,21	94.163,21
19065633000106	GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	1.947,58	1.947,58
09151510000134	GABRIEL FLORES GUERRA - EIRELI	20.867,60	20.867,60
02755013000104	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	112.242,73	112.242,73
90180605000102	GENTE SEGURADORA SA	24.166,50	17.711,69
29081505000100	GGH ASCENSORES LTDA	4.293,80	12.631,40
18876112000176	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICACOES DE EDITAIS EIRELI	2.690,74	4.176,60
01955280002	GILNEI SOARES SEVERO	0,00	0,00
10755385000150	GIOVANI LUIS FERASSO EIRELI	0,00	
00547622007	GRACIELI MADIANEIRA OLIVEIRA HENGEN		0,00
08680462000109	GRAFICA ERECHIM LTDA	2.000,00	2.000,00
07959756000101	GTS ENGENHARIA LTDA		0,00
23608728000104	H A F EMPREENDIMENTOS LTDA	83.961,04	84.042,04
17886949000133	H. F. SOLUCOES LTDA	5.955,00	
27448432000116	HELEN PAULA CAITANA DIAS EIRELI	0,00	0,00
02465107062	HENRI BARON JUNIOR		0,00
91982348000187	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00
69828091020	HUMBERTO FEK SA LUTZ	0,00	0,00
17453147000130	IGUACU DESENVOLVIMENTO LTDA	0,00	20.445,91
85240869000166	ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	10.550,24	10.550,24
06240343000100	IMS CONSTRUTORA LTDA	0,00	34.250,00
92221589000176	IRMAOS KOPERECK LTDA	0,00	
01711147000152	IT SERVICOS CORPORATIVOS, COMERCIO E EMPREENDIMENTOS EI	39.600,74	39.600,74
11443226000183	IVAN MARCOS ALBARELLO	259.855,15	34.786,28
02468616065	IVAN RICIERI GUASSO		0,00
08658622000113	J. J. VITALLI	296,10	296,10
02938599000134	JAMIR LUIZ ANDREOLA	0,00	3,13
10481408000186	JANUSA G. DOS SANTOS KREBS	13.193,06	13.193,06
13609718000121	JD CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	0,00	0,00
85388320000113	JM COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	41.565,00	43.465,00
02842184050	JOAO SANTOS FLORES	0,00	
23094508049	JOAO VALTAIR GUASSO		0,00
02095393000190	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA		0,00
07323654000103	JOCELIA D.DALLABRIDA	15.501,22	15.501,22
01178274012	JOCENARA ZIQUINATTI MARTINS		0,00
07366643000100	JOHNRELLI PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	1.128,53	1.128,53
45179573068	JOLCIMAR ANTONIO GUILARDI		0,00

Figura 19– Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 5)

05564196000160	JORGE SOARES MACHADO	15.333,52	15.333,52
23958285000173	JRC - COMERCIO VAREJISTA E PRODUCAO DE EVENTOS ESPORTIV	36.362,55	45.840,00
93101830000196	JRV OLIVEIRA & FILHO LTDA	0,00	28.964,12
69826404004	JULIANA SOUTO LUTZ	0,00	0,00
36957673000181	JULIANO DINIZ CAMPOS CONSTRUCOES	0,00	0,00
05005583000167	JVS TRANSPORTE E TURISMO LTDA	4.448,63	8.672,55
91982355000189	KNORR PRODUTOS E SERVICOS ELETRICOS S/A		0,00
07555412000137	KOLF SERVICOS DE ENGENHARIA - EIRELI	0,00	
10560231000103	LABORPLAN - LABORATORIO DE ANALISES DE AGUA DO PLANALT	8.200,00	1.000,00
01441380000	LEONARDO FLORES NETTO	0,00	
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	238.015,63	184.240,70
00976595000115	LIMPADORA SANTO AUGUSTO LTDA	11.669,41	0,00
10565981000178	LINCE - SEGURANCA ELETRONICA LTDA.	12.593,39	2.438,37
10364152000208	LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	69.101,28	
12039966000111	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	67.149,27	903.422,75
01864782000170	LIVRARIA LITUDO EIRELI	2.896,51	2.896,51
94212370000136	LUIZ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	0,00	0,00
14595249000100	LUMERTZ E CIA LTDA		0,00
05739555000173	LUZIANE FLORES GUERRA	79,68	79,68
94308798000187	M D SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	14.527,77	11.294,38
06245268000170	MAGDA SOLANGE FREITAS MENEZES	57.057,15	57.057,15
93164270020	MARCELO DELAPASSE DA SILVA	0,00	
39366213000177	MARCELO LAGO ARQUITETURA LTDA	305.225,78	116.093,19
25432264000145	MARIA CRISTINA N. BORBA	166,10	166,10
06339572000186	MARINONIO SERVICE LTDA	4.991,06	4.991,06
64263851072	MARION DA CRUZ DOS SANTOS	0,00	
68181167015	MARLEI BINELO WERKHAUSEN	0,00	0,00
93720175000154	MARTIL COMERCIO DE AUTOPECAS LTDA		0,00
14847478000166	MASTTER KILL SERVICOS DE SANEAMENTO E CONTROLE DE PRAGA		0,00
87883807000106	MBM SEGURADORA SA	10.519,05	10.844,49
97077283000101	MECANICA COMERCIAL AUTO AGRICOLA LTDA	26.400,00	26.400,00
12086330000120	MEGA SOLUCOES CIENTIFICAS E LOCACAO EIRELI	0,00	15.309,91
08219232000147	MENDEX NETWORKS TELECOMUNICACOES LTDA	2.908,80	3.556,80
02453554000170	MERCOSERVICE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	78.484,30	65.920,49
02347024000147	MEZAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	340,24	340,24
15287650000137	MINERACAO RINCAO FRENTE EIRELI	0,00	0,00
13183749000163	MINHA BIBLIOTECA LTDA.	0,00	
10762976000155	MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL L	320,00	320,00
33608308000173	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A	2.885,64	
18590546000105	MPM COMUNICACAO LTDA	4.420,00	

Figura 20 - Figura 18 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 6)

23684531000146	MS EVENTOS EIRELI	0,00	0,00
22310018000122	MTEC ENERGIA EIRELI		0,00
04286939000115	MTK CONSTRUCAO CIVIL EIRELI	0,00	0,00
23170931000133	MURANO CONSTRUCOES LTDA	12.500,00	12.500,00
11525620000160	MW SEGURANCA LTDA	0,00	0,00
20784004000115	N.A. SERVICE LTDA	32.764,49	32.764,49
35504412072	NERI REOLON		0,00
07846791000114	NOVETTI LOCACAO E SERVICOS PARA ESCRITORIO LTDA	4.987,95	4.987,95
07797967000195	NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	50,00	
05423963000111	OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	58.271,16	58.271,16
76535764000143	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	39.938,89	36.693,61
79283065000141	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	192.095,90	3.584,35
06059231000157	PARANA LIMP SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	44.835,91	4.449,25
00302055061	PATRICK MARQUEZINI DA SILVA	0,00	
16491457000186	PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR EIRELI	0,00	0,00
10845224000158	PE COMERCIAL ON-LINE LTDA		0,00
10439655000114	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	57.241,77	60.132,08
01681443000158	PERSPECTIVA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	74.819,65	74.819,65
06111427000143	PLANATER TERRAPLANAGEM LTDA	168,00	0,00
04595044000162	PORTAL TURISMO E SERVICOS EIRELI	3.036,36	3.036,36
03994920000160	PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA	69.585,24	235.827,59
61198164000160	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	0,00	
04463475000175	PORTO, ROCHA & CIA LTDA		0,00
24604095000110	PRECISAO TRATAMENTO DE AGUA LTDA.		0,00
11057118000172	PRESTADORA DE SERVICOS ROTA DO SOL LTDA.	5.938,54	5.938,54
06278833000103	PRISMASERV SOLUCOES EMPRESARIAIS EIRELI	1.018,67	1.018,67
33921734000162	PROATIVA EVENTOS LTDA	36.300,00	
82708967000197	PROJECAO CONSTRUCOES E PRE MOLDADOS LTDA	146.730,56	146.730,56
00141463000173	PROMOB SOFTWARES S.A.	0,00	0,00
01686470000113	R D P DISTRIBUIDORA DE LIVROS - EIRELI	4.950,20	4.950,20
06955770000174	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	43.894,14	43.894,14
12650908000120	R2W GRAFICA E EDITORA - EIRELI	6.750,00	6.750,00
36113867000109	RAIANE DUNKER ANGILLO	0,00	
91572933000109	RAK-ENGENHARIA, AVALIACOES E PRE-MOLDADOS LTD	12.589,34	12.589,34
46760060000103	RAPHAEL DE MEDEIROS CORTES 02037205040		0,00
93082725000157	RAVANELLO & CIA LTDA.	59.068,73	59.068,73
27232288000186	RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI		0,00
06071065000104	REAL REFOR SERVICOS COMERCIO E MANUTENCAO PREDIAL LTDA		0,00
02841334000113	REGIS CRISTIANO DA SILVA PEREIRA		0,00
07336918000155	REMER VILLACA & NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PR	9.710,00	9.710,00
11299868000150	REOBOTE HOTEL E RESTAURANTE LTDA	68.801,71	68.801,71
02016440000162	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	254.193,05	318.248,56
08639376000152	RICOHSM LOCACAO DE MAQUINAS COPIADORAS, IMPRESSORAS E M	26.666,82	26.666,82
02016439000138	RIO GRANDE ENERGIA SA	1.040.491,63	1.040.491,63

Figura 21 – Figura 18 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 7)

01461518016	RODRIGO INACIO	0,00	
03014480002	RONALDO DE SOUZA BRUTTI		0,00
21884935087	ROQUE ANTONIO HECK	50.000,00	50.000,00
52264521015	ROSEMARI WASEM BARON	0,00	
08940091000157	ROTA SMART MONITORAMENTO LTDA	82.004,57	82.004,57
09273940000129	ROZANE TROST MORCELLI	30.596,63	30.596,63
16843558000179	RS DEDETIZACAO LTDA	0,00	0,00
05157606000159	RS MEDICA LTDA	45.608,04	45.608,04
03589984090	RUTIELLE BATISTA MARQUES	0,00	
91936005000186	S.R. ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA	46,79	46,79
12282201000108	S.R.J COMERCIO & SERVICOS LTDA	0,00	0,00
05228723000166	SAARA OBRAS E SERVICOS EIRELI		0,00
00975504002	SABRINA BROMBERG OLIVEIRA	19.526,75	29.246,85
32421737087	SADI DE FREITAS BITENCOURT	0,00	
21419761000152	SAMMA SERVICOS LTDA	148.695,07	339.911,79
14040948000185	SANDRO BORGES DA ROSA		0,00
15372684000120	SANTA HORA LTDA	378.373,78	378.373,78
91951798000102	SANTA LUCIA BASSAN COMERCIO DE IMOVEIS LTDA	305.650,50	305.650,50
41391705068	SAUL ATAIDE TREVISAN	385,00	261,50
05541161000106	SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	65.907,68	151.248,38
00332087001923	SECURITY SEGURANCA LTDA	0,00	5.219,61
74357443000170	SELFECORP OPERADORA TURISTICA E VIAGENS CORPORATIVAS LT	259.912,39	259.912,39
03750757000190	SEPAT MULTI SERVICE LTDA	49.073,11	265.428,30
806030	SERPRO - SEDE - BRASILIA	2.341,00	2.341,00
18260235000269	SERRARIA MATENSE LTDA	0,00	0,00
87343257000124	SERVAN - PRESTACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	21.843,19	21.843,19
03392348000160	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	9.255,08	9.540,93
23936038000176	SERVITEK GESTAO EMPRESARIAL EIRELI		0,00
07618334000172	SETIMA - SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI	16.837,77	44.384,14
10229266000164	SHAMOU - ESPORTES COMERCIO E SERVICOS LTDA	8.314,08	8.314,08
11040206000161	SIMM CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA	344.000,78	1.662,97
94479532000105	SIRTEC SISTEMAS ELETRICOS LTDA	1.477,24	1.477,24
33068883000201	SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A. - FALIDO		0,00
94603180000140	SORBLINE ADSORBENTS TECNOLOGIA EIRELI	207.995,00	207.995,00
07435741000144	STAFF SOLUCOES EM FISICA MEDICA E RADIOPROTECAO LTDA	794,90	794,90
00736426000108	SUCOS MONEGAT LTDA		0,00
06205427000102	SULCLEAN SERVICOS LTDA	221.023,91	417.307,27
08202514000131	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA	0,20	0,20
08055277000123	SURICATE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	13.665,23	40.892,55
16693374000170	TATIANE PIRES	9.732,51	9.732,51
06089278000163	TCHETURBO PROVEDOR DE INTERNET LTDA	55.929,25	55.929,25
64799539000135	TECNOSET INFORMATICA PRODUTOS E SERVICOS LTDA	13.200,66	13.200,66
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	88.460,72	
04892991000115	TELTEC SOLUTIONS LTDA		0,00
15839921000110	TERRACO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	177.636,40	177.636,40

Figura 22 – Figura 18 – Obrigações Contratuais por Contratado – Órgão (parte 8)

03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	1.577,52	1.577,52
90347840004539	TK ELEVADORES BRASIL LTDA	510,44	510,44
21827723000139	VAGNER PRADO VALESKI		0,00
01564028070	VAGNER SOUTO LUTZ	0,00	
92151477053	VANDERLI FERNADES	0,00	
68789205000212	VIACAO CENTRO-OESTE LTDA	11.750,00	11.750,00
04548831000153	VIDRACARIA CRISTAL LTDA	35.116,33	35.116,33
13682207000135	VIP SUL SERVICOS E TERCEIRIZACAO EIRELI	42.123,53	42.123,53
01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	5.012,07	5.012,07
05872814000130	VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.	1.389,20	1.389,20
05872814001020	VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.	0,00	
21546322000100	W. B. APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	4.425,91	4.425,91
01527405000145	W&M PUBLICIDADE LTDA	4.135,84	4.135,84
17460013000146	WAGNER PASINI PEREIRA & CIA LTDA		0,00
03996218060	WILLIAM GASPARIN PRESSI	3.240,00	0,00
02178876000158	WORK-SISTEM COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA		0,00
10220038000123	ZILIONET TELECOMUNICACOES LTDA	0,00	907,34
Total		11.599.567,59	12.321.895,39

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.639.430,68 relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo a totalidade de obrigações de curto prazo.

Figura 23 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Fornecedores e Contas a Pagar - Composição - Órgão		
Mês Lançamento	014/2023	014/2022
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Curto Prazo	1.639.430,68	1.433.694,03
Nacionais	1.639.430,68	1.433.694,03
Estrangeiros		0,00
Total	1.639.430,68	1.433.694,03

Fonte: Tesouro Gerencial

O total dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere a fornecedores nacionais, representando 100% do total a ser pago.

Na continuação, a figura relaciona as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2023.

Figura 24 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão		
Mês Lançamento	014/2023	014/2022
Métrica	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora	Total	Total
154628 INST. FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	63.832,77	190.559,01
155081 INST. FED. FARROUPILHA/ CAMPUS SANTO ANGELO	241.869,39	61.094,84
155570 CAMPUS FREDERICO WEST PHALEN	8.808,05	17.308,54
158127 INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA	94.139,64	94.914,91
158266 INST. FED. FARROUPILHA/ CAMPUS SANTO AUGUSTO	25.732,19	0,00
158267 INST. FED. FARROUPILHA/ CAMPUS DE ALEGRETE	363.803,48	429.177,08
158268 INST. FED. FARROUPILHA/ CAMPUS SAO VICENTE SUL	333.790,62	499.139,18
158269 INST. FED. FARROUPILHA/ CAMPUS JULIO CASTILHOS	13.877,54	0,00
158503 INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	185.698,73	63.085,63
158504 CAMPUS DE SANTA ROSA	215.661,67	14.931,35
158505 INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	92.216,60	63.483,49

Fonte: Tesouro Gerencial

No Instituto Federal Farroupilha as Unidades Gestoras 158267, 158266, 158504 e 158268 são responsáveis por 70,45% do total a ser pago.

O quadro apresentado a seguir relaciona os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2023.

Quadro 32 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Mês Lançamento		014/2023		014/2022	
Conta Contábil		Curto Prazo	Total	Curto Prazo	Total
Fornecedor		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
03397986000173	ALEX MARCON EIRELI	12.990,18	12.990,18		
12441717000158	BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	39.623,21	39.623,21		
10330342000123	CONSTRAP EIRELI	30.004,25	30.004,25	33.128,13	33.128,13
04631940000130	CONSTRUTORA PASQUALOTTO LTDA	84.920,30	84.920,30	81.102,50	81.102,50
21807865000134	HURGE EMPREITEIRA EIRELI	87.804,00	87.804,00	87.804,00	87.804,00
158127	INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA	9.499,05	9.499,05	9.499,05	9.499,05
13609718000121	JD CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	200.780,21	200.780,21	105.012,75	105.012,75
02347024000147	MEZAN COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	59.157,69	59.157,69	59.157,69	59.157,69
03984954000174	MN TECNOLOGIA E TREINAMENTO LTDA	34.434,36	34.434,36		

09223858000190	NP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	268.649,75	268.649,75	268.649,75	268.649,75
26717532000138	PÓRTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI	17.802,06	17.802,06		
82708967000197	PROJEÇÃO CONSTRUÇÕES E PRÉ MOLDADOS LTDA	60.419,14	60.419,14	60.419,14	60.419,14

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 25 – Balanço Patrimonial – ativo e passivo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 17/01/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	12.567.074,75	38.298.272,10	PASSIVO CIRCULANTE	82.952.760,23	112.883.721,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.292.093,26	30.040.670,92	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	39.787.425,58	65.323.797,96
Créditos a Curto Prazo	6.562.158,71	6.562.158,71	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	6.562.158,71	6.562.158,71	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.657.754,24	1.639.430,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16,79	-
Estoques	1.709.546,36	1.691.218,56	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	3.276,42	4.223,91	Demais Obrigações a Curto Prazo	40.507.563,62	45.920.492,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	368.532.618,23	368.321.892,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	4.434,74	4.434,74	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	82.952.760,23	112.883.721,37

(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	367.333.524,48	367.126.970,63	Demais Reservas	735.974,55	735.974,55
Bens Móveis	44.570.953,97	44.364.400,12	Resultados Acumulados	297.410.958,20	293.000.468,56
Bens Móveis	108.510.082,45	108.303.528,60	Resultado do Exercício	4.410.506,65	-30.144.860,22
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-63.926.198,23	-63.926.198,23	Resultados de Exercícios Anteriores	292.940.784,58	323.085.644,80
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	59.666,97	59.683,98
Bens Imóveis	322.762.570,51	322.762.570,51	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	323.888.361,71	323.888.361,71	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	298.146.932,75	293.736.443,11
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.125.791,20	-1.125.791,20			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.193.541,38	1.189.369,38			
Softwares	1.190.049,10	1.185.877,10			
Softwares	1.707.298,83	1.703.126,83			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-517.249,73	-517.249,73			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	381.099.692,98	406.620.164,48	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	381.099.692,98	406.620.164,48

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	4.292.093,26	30.040.670,92	PASSIVO FINANCEIRO	103.978.852,57	53.834.297,87
ATIVO PERMANENTE	376.807.599,72	376.579.493,56	PASSIVO PERMANENTE	79.288.102,87	79.077.431,63
			SALDO PATRIMONIAL	197.832.737,54	273.708.434,98

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.758.720,98	25.968.974,27	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	14.920.971,55	11.818.260,36
Atos Potenciais Ativos	25.758.720,98	25.968.974,27	Atos Potenciais Passivos	14.920.971,55	11.818.260,36
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	25.741.463,11	25.951.716,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	218.692,77	218.692,77
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	14.702.278,78	11.599.567,59
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	25.758.720,98	25.968.974,27	TOTAL	14.920.971,55	11.818.260,36

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	- 87.357.704,72
Recursos Vinculados	- 12.329.054,59
Educação	- 994.237,69
Seguridade Social (Exceto Previdência)	- 216.737.543,94
Previdência Social (RPPS)	- 7.500.000,00
Dívida Pública	429.375.148,01
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	- 216.472.420,97
TOTAL	- 99.686.759,31

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota – Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade. Dito de outra forma, deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, destaca-se a Demonstração das Variações Patrimoniais do 4º trimestre de 2023. Comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IFFar, a evolução do saldo de item em relação ao mesmo período do exercício passado, que segue abaixo:

- Exploração e Venda de Bens, Serviços e Mercadorias, que teve uma variação negativa -27,32% em relação ao exercício anterior. Algumas unidades possuem cursos da área agropecuária e comercializam o excedente de sua produção através dos postos de vendas;
- Destaque para a Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos, que reduziu 94,83% .
- Transferências e Delegações Recebidas representam 97,67% das Variações Patrimoniais Aumentativas e cresceram em 8,95% em 2023.

Quanto às variações diminutivas chamam à atenção os seguintes itens:

- Gastos com Pessoal e encargos variou positivamente em 1,23% e representa 62,03% das Variações Patrimoniais Diminutivas;
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo teve variação positiva de 19,48% e representa 12,10% das Variações Patrimoniais diminutivas.

Analisando comparativamente com o Balanço Patrimonial, o item Venda de Mercadorias reflete diretamente no Ativo Circulante nas disponibilidades de caixa do órgão, já que gera recursos financeiros em fonte própria.

A ausência de reavaliação de bens móveis e a redução ao valor recuperável – devido a problemas no sistema de controle patrimonial que está inoperante desde um ataque hacker em outubro de 2021 – reflete nos itens constantes na Demonstração de Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto Diminutivas, os quais contam zerados. Reflete também no saldo do próprio ativo imobilizado do Balanço Patrimonial nos itens bens móveis e depreciação.

Figura 26 – Balanço Patrimonial - variações patrimoniais quantitativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 17/01/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.278.768,55	459.860.760,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	135.329,38	1.115.875,36
Venda de Mercadorias	110.710,00	150.134,94
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	24.619,38	965.740,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	4,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	4,80
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	0,01
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-

Transferências e Delegações Recebidas	6.933.538,40	449.155.697,88
Transferências Intragovernamentais	6.933.238,40	447.463.168,74
Transferências Intergovernamentais	-	448.210,96
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	300,00	1.244.318,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	208.226,98	9.428.210,26
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	414.517,46
Ganhos com Desincorporação de Passivos	208.226,98	9.013.692,80
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.673,79	160.971,89
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.673,79	160.971,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.868.261,90	490.005.620,42
Pessoal e Encargos	-	303.914.862,47
Remuneração a Pessoal	-	240.772.781,48
Encargos Patronais	-	48.776.669,28
Benefícios a Pessoal	-	14.353.595,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	11.816,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	25.747.828,41
Aposentadorias e Reformas	-	20.365.811,73
Pensões	-	3.056.716,49
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	2.325.300,19
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.320.111,61	59.324.391,24
Uso de Material de Consumo	55.488,11	7.107.476,98
Serviços	1.264.623,50	45.998.695,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	6.218.218,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,11	85.610,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,11	84.655,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	954,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-

Transferências e Delegações Concedidas	1.105.838,36	59.927.118,21
Transferências Intragovernamentais	1.105.838,36	57.526.940,42
Transferências Intergovernamentais	-	1.861.000,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	539.177,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	434.335,67	35.441.040,95
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.712.205,48
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	51.112,19
Incorporação de Passivos	418.480,27	17.964.859,97
Desincorporação de Ativos	15.855,40	7.712.863,31
Tributárias	1.772,15	135.348,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	11.998,39
Contribuições	1.772,15	123.349,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.204,00	5.429.420,73
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.204,00	5.136.172,57
Subvenções Econômicas	-	81.476,85
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	211.771,31
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.410.506,65	- 30.144.860,22

Fonte: Tesouro Gerencial

11.4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

Análise Horizontal

No que corresponde aos ingressos:

Observa-se um aumento nas receitas orçamentárias vinculadas em 3,77% (R\$ 61.294,63), comparando ao mesmo período de 2022. Esses valores dizem respeito principalmente a Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas.

Quanto às transferências financeiras recebidas, observa-se uma elevação de 8,34% (R\$ 37.357.560,93).

No que diz respeito aos Recebimentos Extraorçamentários, houve uma variação positiva em 17,55% (R\$ 9.186.114,98) em relação a 2022.

A correspondência com a Demonstração de Fluxo de Caixa é notada no item Transferências Financeiras Recebidas de mesmo nome no BF. As Receitas Orçamentárias Vinculadas do BF correspondem à Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Remunerações das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias na DFC.

No que corresponde aos dispêndios:

As despesas orçamentárias ordinárias aumentaram em 9,44% (R\$ 33.841.131,21). Além disso, as transferências financeiras concedidas tiveram variação positiva de 5,10% (R\$ 2.917.587,69).

No que tange aos pagamentos extraorçamentários, observa-se uma diminuição de 11,72% (R\$ 5.204.230,44). Já as correspondências com a DFC são notadas nos pagamentos extraorçamentários em relação aos dispêndios extraorçamentários daquele demonstrativo. Também é possível notar correspondência entre as transferências financeiras concedidas item que tem a mesma denominação no BF e na DFC.

Análise Vertical

No que corresponde aos ingressos:

As receitas orçamentárias vinculadas representam 0,30% (R\$ 1.623.973,48) do total dos ingressos. As transferências financeiras correspondem a 84,76% (R\$ 447.463.144,29).

No que corresponde aos dispêndios

As despesas orçamentárias representam 75,07% (R\$ 396.328.821,13) do total dos dispêndios. Já as transferências financeiras concedidas abarcam 10,82% (R\$ 57.134.319,74). Por fim, os pagamentos extraorçamentários correspondem a 8,41% (44.399.051,13) dos dispêndios do período analisado.

As figuras a seguir demonstram situações específicas e relativas ao Balanço Financeiro.

Figura 27 – Dívida Pública por ação de governo – órgão

BF - Dívida Pública - por Ação de Governo		
Mês Lançamento		DEZ/2023
Ação Governo		Saldo - R\$ (Conta Contábil)
15R4	APOIO A CONSOLIDACAO E REESTRUTURACAO DAS INSTITUICOES DA RE	2.802.590,61
20RJ	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	137.489,33
20RL	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P	6.475.429,50
219U	APOIO AO FUNCIONAMENTO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES DA RE	1.113.484,05
21B4	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE EN	533.424,96
2994	ASSISTENCIA AOS ESTUDANTES DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUC	944.078,29

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 28 – Dívida Pública por Programa de Governo – órgão

BF - Dívida Pública - por Programa de Governo		
Mês Lançamento		DEZ/2023
Programa Governo		Saldo - R\$ (Conta Contábil)
5011	EDUCACAO BASICA DE QUALIDADE	137.489,33
5012	EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	11.869.007,41

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 29 – Balanço Financeiro - ingressos e dispêndios



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.ETEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2023
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE(Encerrado)(Fechado)
EMIÇÃO 27/03/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	1.620.769,19	1.554.526,24	Despesas Orçamentárias	396.328.821,13	350.052.608,43
Ordinárias	-	-	Ordinárias	358.164.320,72	324.323.189,51
Vinculadas	1.623.973,48	1.562.678,85	Vinculadas	38.164.500,41	25.729.418,92
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	3.057.664,57	4.320.791,73
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	20.105.126,32	114.509,69
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.623.973,48	-	Previdência Social (RPPS)	-	18.804.769,79
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.562.678,85	Dívida Pública	12.126.007,11	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.875.702,41	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	- 3.204,29	- 8.152,61	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.489.347,71
			Recursos Extraorçamentários	-	-
			Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	447.463.144,29	410.105.583,36	Transferências Financeiras Concedidas	57.134.319,74	54.216.732,02

Resultantes da Execução Orçamentária	412.039.022,41	365.272.689,19	Resultantes da Execução Orçamentária	40.977.896,76	34.105.319,01
Repasso Recebido	371.326.112,07	331.227.720,18	Repasso Concedido	264.986,42	60.350,00
Sub-repasso Recebido	40.712.910,34	34.044.969,01	Sub-repasso Concedido	40.712.910,34	34.044.969,01
Independentes da Execução Orçamentária	35.424.121,88	44.832.894,17	Independentes da Execução Orçamentária	16.156.422,98	20.111.413,01
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.010.714,26	42.867.764,66	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	16.053.083,76	19.976.697,03
Demais Transferências Recebidas	36.243,83		Demais Transferências Concedidas		67.574,10
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.377.163,79	1.965.129,51	Movimento de Saldos Patrimoniais	103.339,22	67.141,88
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	52.328.214,96	43.142.099,98	Pagamentos Extraorçamentários	44.399.051,13	49.603.371,57
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	33.495.909,48	25.375.732,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	25.770.762,78	24.528.259,49
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.308.141,48	17.289.714,18	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.812.893,49	24.673.356,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	420.824,78	409.511,07	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	422.798,63	401.755,24
Outros Recebimentos Extraorçamentários	103.339,22	67.141,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	392.596,23	-
Arrecadação de Outra Unidade	103.339,22	67.141,88	Demais Pagamentos	392.596,23	
Saldo do Exercício Anterior	26.490.734,48	25.561.236,92	Saldo para o Exercício Seguinte	30.040.670,92	26.490.734,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.490.734,48	25.561.236,92	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.040.670,92	26.490.734,48
TOTAL	527.902.862,92	480.363.446,50	TOTAL	527.902.862,92	480.363.446,50

Fonte: SIAFI 2023

11.5. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um dos seis Demonstrativos Contábeis obrigatórios dos entes públicos, disponibilizados pelo SIAFI, no âmbito da Administração Federal, a qual evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, sendo um importante instrumento de avaliação da gestão pública.

Análise de Ingressos e Desembolsos

No que se refere aos ingressos de receitas das atividades operacionais, nota-se um aumento de 4,08% (R\$ 66.242,95). Já quanto aos desembolsos financeiros, observa-se uma variação maior que 7,71% (R\$ 33.443384,67).

As figuras a seguir demonstram situações específicas e relativas à Demonstração de Fluxo de Caixa.

Figura 30 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

DFC - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - FR 1491000000 (Contas de Ativo e Passivo)			
CCon - Classe (1)	CCon - Item (6)	Mês Lançamento	DEZ/2023
		Conta Contábil	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
1 ATIVO	20 LIMITE DE SAQUE - ORGAOS E ENTIDADES OFSS	111122001 = LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	11.792,01
		111122003 = LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	499,71
2 PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	04 DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	218810409 = DEPOSITOS DE TERCEIROS	2.730,00
		218810447 = DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES NAO RECLAM	9.561,72

Fonte: SIAFI

Figura 31 – Ingressos de Receitas e Serviços

DFC - Ingressos RECEITAS - Serviços						
NRE2 Origem Receita	Mês Lançamento	DEZ/2023	DEZ/2022	DEZ/2021	DEZ/2020	DEZ/2019
	NRE3 Espécie Receita	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
6 RECEITA DE SERVIÇOS	1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	783.578,60	221.824,26	56.912,32	68.991,72	693.639,78

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 32 – DFC por Função + Grupo de Despesa + Anos

DFC por Função + Grupo de Despesa + ANOS						
Páginas: Grupo Despesa: 3:OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
Ano Lançamento	2023	2022	2021	2020	2019	
Subfunção Governo	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	
363 ENSINO PROFISSIONAL	221.827,11	173.131,06	204.908,52	119.306,14	744.133,33	

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 33 – DFC por Função + Grupo de Despesa + Anos

DFC por Função + Grupo de Despesa + ANOS					
Páginas: Grupo Despesa: 1:PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
Ano Lançamento	2023	2022	2021	2020	2019
Subfunção Governo	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)	Saldo - Moeda Origem (Conta Contábil)
363 ENSINO PROFISSIONAL	1.768.517,24	1.219.066,61	1.044.892,72	1.078.163,76	1.162.699,95
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	45.459.609,86	41.894.326,18	41.449.951,26	39.184.305,06	33.486.384,58

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 34 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 28/03/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	- 25.124.209,42	16.014.680,32
INGRESSOS	81.606.985,40	449.608.077,48
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	23.754,60	182.154,82
Receita Agropecuária	145.950,15	149.187,33
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	46.951,86	783.578,60
Remuneração das Disponibilidades	0,01	0,01
Outras Receitas Derivadas e Originárias	19.452,00	57.637,47

Transferências Recebidas	-	448.210,96
Intergovernamentais	-	448.210,96
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	448.210,96
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	81.370.876,78	447.987.308,29
Ingressos Extraorçamentários	42.205,16	420.824,78
Transferências Financeiras Recebidas	81.293.685,79	447.463.144,29
Arrecadação de Outra Unidade	34.985,83	103.339,22
DESEMBOLSOS	- 106.731.194,82	- 433.593.397,16
Pessoal e Demais Despesas	- 87.821.173,76	- 328.138.302,51
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	- 3.906.477,51	- 23.240.403,47
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	- 83.914.696,25	- 304.859.070,86
Cultura	-	-

Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-38.828,18
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	- 7.592.197,77	- 47.505.380,05
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	- 7.592.197,77	- 47.449.954,21

Outras Transferências Concedidas	-	-55.425,84
Outros Desembolsos Operacionais	- 11.317.823,29	- 57.949.714,60
Dispêndios Extraorçamentários	-36.847,73	-422.798,63
Transferências Financeiras Concedidas	-11.280.975,56	-57.134.319,74
Demais Pagamentos		-392.596,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	- 2.541.390,96	- 12.464.743,88
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	- 2.541.390,96	- 12.464.743,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 2.524.619,17	- 12.257.920,68
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	- 16.771,79	- 206.823,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 27.665.600,38	3.549.936,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	30.040.670,92	26.490.734,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.375.070,54	30.040.670,92

Fonte: SIAFI, 2023.

11.6. Demonstração das variações patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade, em outras palavras, deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, destaca-se na Demonstração das Variações Patrimoniais 4º trimestre de 2023. Comparando-se ao mesmo período do exercício passado no horizonte do IFFar, a evolução do saldo de item em relação ao mesmo período do exercício passado, que segue abaixo:

- Exploração e Venda de Bens, Serviços e Mercadorias, que teve uma variação negativa -27,32% em relação ao exercício anterior. Algumas unidades possuem cursos da área agropecuária e comercializam o excedente de sua produção através dos postos de vendas;
- Cabe destaque ainda para a Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos, que caiu para 94,83% ;
- Transferências e Delegações Recebidas representam 97,67% das Variações Patrimoniais Aumentativas e cresceram em 8,95% em 2023.

Quanto às variações diminutivas, chamam à atenção os seguintes itens:

- Gastos com Pessoal e encargos variou positivamente em 1,23% e representa 62,03% das Variações Patrimoniais Diminutivas;
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo teve variação positiva de 19,48% e representa 12,10% das Variações Patrimoniais diminutivas.

Analisando comparativamente com o Balanço Patrimonial, o item Venda de Mercadorias reflete diretamente no Ativo Circulante nas disponibilidades de caixa do órgão, já que gera recursos financeiros em fonte própria.

A ausência de reavaliação de bens móveis e a redução ao valor recuperável – devido a problemas no sistema de controle patrimonial que está inoperante desde um ataque hacker em outubro de 2021 – reflete nos itens constantes na Demonstração de Variações Patrimoniais tanto Aumentativas quanto Diminutivas, os quais contam zerados. Reflete também no saldo do próprio ativo imobilizado do Balanço Patrimonial nos itens bens móveis e depreciação.

Figura 35 – Demonstrações das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2024
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMIÇÃO 17/01/2024
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.278.768,55	459.860.760,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	135.329,38	1.115.875,36
Venda de Mercadorias	110.710,00	150.134,94
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	24.619,38	965.740,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	4,81
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	4,80
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	0,01
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-

Transferências e Delegações Recebidas	6.933.538,40	449.155.697,88
Transferências Intragovernamentais	6.933.238,40	447.463.168,74
Transferências Intergovernamentais	-	448.210,96
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	300,00	1.244.318,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	208.226,98	9.428.210,26
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	414.517,46
Ganhos com Desincorporação de Passivos	208.226,98	9.013.692,80
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.673,79	160.971,89
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.673,79	160.971,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.868.261,90	490.005.620,42
Pessoal e Encargos	-	303.914.862,47
Remuneração a Pessoal	-	240.772.781,48
Encargos Patronais	-	48.776.669,28
Benefícios a Pessoal	-	14.353.595,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	11.816,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	25.747.828,41
Aposentadorias e Reformas	-	20.365.811,73
Pensões	-	3.056.716,49
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	2.325.300,19
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.320.111,61	59.324.391,24
Uso de Material de Consumo	55.488,11	7.107.476,98
Serviços	1.264.623,50	45.998.695,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	6.218.218,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,11	85.610,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	0,11	84.655,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	954,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-

Transferências e Delegações Concedidas	1.105.838,36	59.927.118,21
Transferências Intragovernamentais	1.105.838,36	57.526.940,42
Transferências Intergovernamentais	-	1.861.000,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	539.177,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	434.335,67	35.441.040,95
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.712.205,48
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	51.112,19
Incorporação de Passivos	418.480,27	17.964.859,97
Desincorporação de Ativos	15.855,40	7.712.863,31
Tributárias	1.772,15	135.348,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	11.998,39
Contribuições	1.772,15	123.349,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.204,00	5.429.420,73
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.204,00	5.136.172,57
Subvenções Econômicas	-	81.476,85
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	211.771,31
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.410.506,65	- 30.144.860,22

Fonte: SIAFI, 2023.

12. Declaração do Contador do IFFar

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

- O sistema de controle patrimonial e de almoxarifado (SIPAC) apresenta inconsistências desde o início de sua implantação, porém, a situação se agravou devido a uma atualização para uma nova versão ocorrida em março de 2021 e também em consequência de um ataque hacker ocorrido no final de outubro de 2021. Vários chamados foram abertos no suporte local do sistema, alguns foram sanados, outros ainda estão pendentes. Em virtude disso, os saldos referentes às contas contábeis 123810100, 124810100 e 115610100 apresentam diferenças entre SIAFI e SIPAC, bem como outras contas de bens móveis. A Coordenação de Contabilidade do IFFar vem solicitando há mais de 2 anos a migração para o SIADS, no entanto, enfrenta resistência e colocação de obstáculos por alguns setores que são fundamentais para que a migração aconteça. Já foi realizada reunião esclarecedora e proveitosa, com a equipe de implantação do SIADS em novembro de 2023, espera-se que a migração seja agendada o mais breve possível pela Gestão do órgão, pois todas as dúvidas foram esclarecidas e os obstáculos foram desmistificados para todos os setores envolvidos no processo migratório.

As normas contábeis aplicadas no âmbito do IFFar são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIUNET e o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Santa Maria, 05 de janeiro de 2023.

CÍCERO KLEIN SOUTO
CRC 082122-O/0